

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

COERÊNCIA E COESÃO
NA INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS EM PROVAS
DE CONCURSOS PÚBLICOS

Mestrado

Agnaldo Sérgio de Martino

Orientadora:

Professora Doutora Leonor Lopes Fávero

São Paulo, 2008.

Agnaldo Sérgio de Martino

COERÊNCIA E COESÃO
NA INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS EM PROVAS
DE CONCURSOS PÚBLICOS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, na linha de pesquisa de *Texto e discurso nas modalidades oral e escrita* sob orientação da Professora Doutora Leonor Lopes Fávero

PUC-SP
São Paulo, 2008.

BANCA EXAMINADORA

Texto, contexto, fora-do-texto; o dito e o co-dito; o expresso e as entrelinhas; a letra e o espírito; o explícito e o implícito; a estrutura e o sentido; a recepção e a interpretação: eis os fatores responsáveis pela complexidade do texto.

Elisa Guimarães

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, devo agradecer à Profª Drª Leonor Lopes Fávero, por sua orientação em todas as etapas de meu curso de Mestrado. Sua atuação sempre dedicada – e carinhosa –, que soube dosar as necessidades de acompanhamento e intervenções críticas a um trabalho científico, deu-me a liberdade de encaminhar minha pesquisa e desenvolver o meu projeto. Agradeço por sua delicadeza, sua paciência e sua tolerância, e o incentivo que me proporcionou – em momentos críticos de minha vida pessoal – para a conclusão desse trabalho.

Agradeço à Profª Drª Vanda Maria Elias, à Profª Drª Maria Thereza de Queirós Guimarães Strôngoli e à Profª Drª Esther Gomes de Oliveira pela leitura, discussão crítica e sugestões propostas a esse trabalho na etapa de qualificação e defesa.

Agradeço, também, ao grupo de professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP que me auxiliaram durante o curso: Profª Drª Mercedes Fátima Crescitelli, Profª Drª Dieli Vesaro Palma, Profª Drª Maria Thereza de Queirós Guimarães Strôngoli, Prof. Dr. Luiz Antonio Ferreira, Profª Drª Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos, Prof. Dr. João Hilton Siqueira, Prof. Dr. Dino Pretti, e aos meus colegas de turma – por seu incentivo e acompanhamento.

Quero expressar meu sentimento de gratidão e carinho aos meus familiares e amigos, que me incentivaram e apoiaram nas diferentes etapas do meu aprendizado.

A meu pai [*in memoriam*] e minha mãe,

Antonio e Cleuza.

RESUMO

Esta dissertação, na linha de pesquisa *Texto e Discurso nas Modalidades Oral e Escrita*, estuda como os princípios da coesão e da coerência podem ser aplicados a análises de questões de compreensão de texto das provas de concursos públicos, a fim de se chegar a uma resposta objetiva em relação à questão analisada.

A coesão e a coerência já foram muito discutidas por vários autores, e a cada nova discussão surgem novas propostas de observação e classificação dos fatores tanto de coesão quanto de coerência. O trabalho faz uma revisão de alguns estudos que se escreveram a respeito desses assuntos e os utiliza como base para a construção de sentidos possíveis para os textos.

Tendo como objetivo chegar a uma resposta apenas para a questão proposta na prova de concurso público, serão observadas as várias marcas textuais deixadas pelo produtor do texto para que o leitor as recupere e as utilize como ponto de apoio para a interpretação objetiva do texto.

Palavras-chave: coesão, coerência, texto, compreensão.

ABSTRACT

This essay, oriented to a “Text and Speech in Oral and Written Manners” approach, studies how the principles of cohesion and coherency may be applied to analysis of text comprehension questions from public concourse examinations, with the purpose of achieving an objective response towards the analyzed question.

Cohesion and coherency were already largely discussed by a number of authors, and to each discussion new observation and classification proposals were proposed, related to the principles of cohesion and coherency as well. The essay revises some studies which were written regarding these issues and uses them as base for the development of possible purports for the texts.

Having as objective reach to an answer solely to the question proposed in the examination of a public concourse, the several textual marks left by the text producer are observed as to the reader redeems and uses them as support to an objective interpretation of the text.

KEY WORDS: cohesion, coherency, text, comprehension.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo I – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
Capítulo II – REVISÃO DA LITERATURA	21
2.1 – Noção de texto	26
2.2 – Coesão e coerência: fatos distintos	34
2.3 – Coesão	36
2.3.1 – Coesão segundo Fávero	38
2.3.2 – Coesão segundo Koch	40
2.3.3 – Coesão na visão de outros autores	42
2.4 – Coerência	47
2.5 – Leitura e compreensão	60
2.6 – Em conclusão	67
Capítulo III – ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	68
CONCLUSÃO	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
ANEXOS.....	155

INTRODUÇÃO

Ao iniciar o curso de Mestrado, já estava decidido que o tema desta pesquisa seria a compreensão/interpretação de texto, pois – ao se trabalhar com isso em sala de aula – nota-se a grande dificuldade que muitos alunos enfrentam para chegarem a uma resposta a respeito de questões que tratam de tal aspecto lingüístico.

Muitos candidatos a um cargo público buscam cursos preparatórios para as provas de concursos públicos, no intuito de melhorarem o seu desempenho com a ajuda de profissionais especializados nesse processo seletivo. As turmas que se formam em tais cursos são muito heterogêneas, pois nelas há pessoas com formação em áreas diversas. Ao se trabalhar com essas turmas é que se percebem, com nitidez, as dificuldades com a compreensão de texto.

As dificuldades foram percebidas em dois grupos de alunos:

Grupo 1: alunos adultos – com 18 anos, ou mais – que se preparam para carreiras públicas do nível médio (todos com o ensino médio concluído, alguns já cursando nível superior).

Grupo 2: alunos adultos – em geral com mais de 25 anos – que se preparam para carreiras públicas do nível superior (todos com curso superior concluído, das mais diversas áreas: Direito, Medicina, Administração, Engenharia etc.).

Ao se buscar a base do problema, descobriu-se que faltava aos alunos a percepção dos elementos estruturais do texto (lexicais, gramaticais, semânticos, discursivos etc.). Não estavam preparados para notarem aspectos importantes na construção do sentido.

Outro aspecto a ser considerado – não como problema, e sim como fato inexorável – é o de que cada leitor é *um* leitor; cada leitor trará para o texto as suas próprias experiências de leitura; cada leitor compreenderá o texto de uma forma, dentre as várias permitidas pelo texto (*várias formas* e não de qualquer forma).

Assim, existem muitas variáveis a serem estudadas para que se chegue a respostas em relação à compreensão/interpretação de um texto.

A idéia de compreensão do texto

mobiliza, diretamente, uma definição do papel do sujeito na constituição dos sentidos, e destes com o mundo, com os objetos “nomeados”. Qual é a relação entre as palavras e as coisas e como o sujeito intervém nesse processo de produção de sentidos? Esse papel se define diferentemente no transcurso da história, uma vez que a própria estruturação dos sujeitos, sua concepção de linguagem e de mundo se modificam ao longo do tempo, pois as formas das sociedades não permanecem as mesmas nas diferentes épocas. (Rodriguez, 2003: 47)

Partindo da definição de *compreensão de texto* de Rodriguez (2003), e ampliando-a para o fato de que o texto tem vários sentidos possíveis, dependendo de muitas variáveis em relação ao leitor – *conhecimento compartilhado, vivência, meio e interação, conhecimento de mundo etc.* –, e levando em conta que em provas de concursos públicos todos os candidatos devem assinalar apenas *uma* resposta, pois há – em tais provas, obviamente – uma única opção que nos dá a resposta correta, surge uma questão: como os muitos candidatos que realizam a *mesma* prova podem ter o *mesmo* entendimento acerca de um *mesmo* texto dado?

Pretende-se, neste trabalho, aplicar os princípios de coesão e coerência à compreensão de textos em provas de concursos públicos,

mostrando o papel e a importância desses princípios, na busca pela resposta a ser assinalada por todos os candidatos.

Levando em conta a estreita relação entre coesão e coerência, parte-se da idéia de que tais princípios – e, conseqüentemente, a análise dos elementos coesivos e de coerência – podem levar à objetividade necessária para a compreensão de textos em provas de concursos públicos – para as quais não deve haver dupla resposta, ou ambigüidade, ou qualquer fato que dê margem a dúvida, em relação ao entendimento do texto apresentado ao candidato.

Delimitado o tema da dissertação e seu objetivo, definiram-se os procedimentos metodológicos – o processo de pesquisa, a definição do *corpus* e o método de análise –, que se apresentam no primeiro capítulo.

O segundo capítulo traz a revisão da literatura como resultado do trabalho de pesquisa sobre a coesão e a coerência, abrangendo os princípios lingüísticos adotados por vários autores.

Em seguida, no terceiro capítulo, estão as análises das questões selecionadas: apresentação da questão e princípios aplicados na compreensão de suas idéias. Mostram-se, então, os elementos que os alunos devem perceber para que cheguem, todos, à *resposta correta* para o questionamento proposto na prova.

E, por fim, apresenta-se a conclusão acerca do trabalho realizado.

Seguem-se, portanto, as três etapas do trabalho.

Capítulo I – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao se iniciar um curso de Mestrado, já se tem um projeto e algumas metas a serem atingidas. Com o passar do tempo – com as aulas, com as conversas com professores e colegas de turma, com as conversas com o orientador –, percebe-se, muitas vezes, que o projeto inicial precisa ser alterado, pois descobriu-se uma infinidade de fatos, aspectos, princípios, teorias etc. que, até então, não haviam sido considerados. E não foi diferente com esta dissertação.

Assim, o tema já estava escolhido: compreensão e interpretação de texto em provas de concursos públicos. A linha da pesquisa já estava definida: coesão e coerência textual. Fez-se necessário, então, definir a pesquisa.

Seguindo as recomendações da orientação, deu-se início à leitura dos importantes autores que formaram a base das atuais teorias sobre coesão e coerência: Halliday & Hasan (1976), Beaugrande & Dressler (1981), Brown & Yule (1983), Van Dijk & Kintsch (1983), Marcuschi (1983), Fávero (2005) entre outros. Simultaneamente outras leituras se faziam – por recomendação dos professores – na área da Historiografia Lingüística, da Semântica, dos Gêneros Textuais, da Semiótica, do Discurso entre outras; e, apesar de não terem sido utilizadas como referências bibliográficas, muito contribuíram para o alargamento da visão acerca do da língua, do texto, ou seja, do intrincado jogo das palavras.

Passada essa fase inicial de aulas, cumprimento de créditos, a orientação é a leitura de obras mais atuais, que revisam os autores já lidos e reformulam algumas teorias por estes descritas. Leram-se então Apothéloz (2003), Mondada & Dubois (2003), Kleiman (2004), Cereja (2005) e muitos outros – alguns utilizados como referência bibliográfica, outros não; mas todos muito importantes para aquisição de conhecimento.

Das leituras fizeram-se as compilações, os resumos, as resenhas, as sinopses. Escolheram-se previamente algumas passagens de cada autor que pudessem embasar a Revisão da Literatura, a ser escrita. Nesse ponto do trabalho, foi de grande valia o curso ministrado pelo Prof. Dr. Dino Pretti, sobre “Referências Bibliográficas”, pois a cada obra lida já se preparavam a referência e a citação (caso fosse utilizar-se dela, o trabalho de “catalogação” já estaria pronto – e nunca é demais organizar as obras lidas, porquanto pode-se empregá-las em outros trabalhos).

Com as obras lidas, resumidas e catalogadas, segue-se o momento da comparação. Muitos autores tratam dos mesmos temas, em várias obras distintas – o que já havia sido percebido durante as leituras. Foi necessário, então, conferir se apresentavam novidade, ou se apenas repetiam teorias uns dos outros. Optou-se por empregar as visões que se distinguiam de um autor para outro, em alguns momentos; e por empregar as visões que se repetiam, em outros momentos, com o intuito de se confirmar as teorias. Chegou-se, então, à *bibliografia prévia* que fundamentaria teoricamente a dissertação. “Bibliografia prévia”, porque se percebeu que essa bibliografia precisou ser alterada durante a produção do **Capítulo II – Revisão da Literatura**, pois a orientação recomendou algumas outras leituras que se faziam importantes, ou por sua atualidade – Koch & Elias (2006) –, ou por encaixar-se perfeitamente na direção argumentativa do texto que se produzia – Fiorin (1994), Marcuschi (1999), e Fávero (2005, *obra atualizada*).

Começa o trabalho de preparação do texto de revisão da literatura, separada em:

- noção de texto,
- distinção entre coesão e coerência,
- coesão,
- coerência,
- outros aspectos da leitura e compreensão.

Essa divisão fora esboçada já na seleção da bibliografia e, no momento da escritura do texto, ela tomava forma.

Cada parte do texto que ficava pronta era submetida às considerações da orientação, que a devolvia anotada para revisão. Foram sete revisões até chegar ao texto definitivo do **Capítulo II – Revisão da Literatura**.

Terminada a revisão da literatura, chega o momento da seleção do *corpus*. Desde o começo do curso de Mestrado algumas provas de concursos públicos já estavam sendo “separadas”, como possíveis materiais de análise. Então, com base nas teorias que se podiam aplicar à compreensão/interpretação de textos, foram selecionadas as questões que fazem parte do **Capítulo III – Análise do Corpus**.

O *corpus* é constituído de 43 questões de compreensão de texto. Para evitar repetições desnecessárias de textos, as 43 questões foram distribuídas em 34 análises, pois alguns textos geram duas ou mais questões.

A seleção dos textos e suas respectivas questões deu-se com base nos problemas que os dois grupos de alunos dos cursos preparatórios para concursos (mencionados na **Introdução**) encontravam durante as aulas de compreensão de texto. Notava-se, nessas aulas, que as dificuldades surgiam porque os alunos detinham o conhecimento dos princípios da coesão ou da coerência.

Tais textos e questões foram retirados de 20 provas aplicadas por quatro entidades, para vários cargos públicos, em nível médio e em nível superior. A escolha das entidades foi feita com base na importância que elas têm na preparação de provas para concursos públicos, pois são as empresas mais atuantes nessa área.

As entidades escolhidas foram:

Esaf – Escola de Administração Fazendária.

A origem da Esaf remonta ao ano de 1945, com as primeiras experiências em cursos de aperfeiçoamento, do Ministério da Fazenda. Em um processo de desenvolvimento progressivo, foi criado, em 1967, o Centro de Treinamento do Ministério da Fazenda – Cetremfa, que se transformou na Escola de Administração Fazendária – Esaf, em 8 de novembro de 1973.

Com a inauguração, em 28.7.1975, de sua sede própria em Brasília, a Esaf passou a contar com o atual complexo educacional de linhas modernas e funcionais.

Em 6.8.1975, ocorreu a institucionalização da Escola como Órgão Central de Direção de Atividades Específicas do Ministério da Fazenda; em 1976, foi aprovado seu regimento interno, caracterizando-a como um sistema de Educação Permanente e, desde então, tem estado presente na seleção e no desenvolvimento de servidores públicos.¹

Cespe-UnB – Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília.

[...] é Instituição pública sem fins lucrativos, cujas atividades estão voltadas à criação, à realização, à manutenção e ao desenvolvimento das atividades de ensino (transmissão de conhecimentos), de pesquisa (produção de novos conhecimentos) e de extensão (prestação de serviços à comunidade).²

¹ Texto extraído do site (com acesso em 25-10-2007, 14h05):
<http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/institucional/historico/historic.htm>

² Texto extraído do site (com acesso em 25-10-2007, 14h15):
<http://www.cespe.unb.br/cespe>

FCC – Fundação Carlos Chagas.

A Fundação Carlos Chagas (FCC) entidade de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida como de Utilidade Pública nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Criada em 1964, tinha como finalidade a realização dos exames vestibulares para a área biomédica. A partir de 1968, passou a atuar também no campo da seleção de recursos humanos, prestando serviços técnicos especializados a órgãos públicos e empresas privadas, na realização de processos seletivos para uma grande população de candidatos.

Com mais de 2.600 concursos realizados e mais de 33 milhões de candidatos em todo o território nacional, a FCC encontra-se plenamente habilitada a realizar todo tipo de concurso, bem como a desenvolver projetos de avaliação educacional, independentemente de sua dimensão ou abrangência geográfica.³

NCE – Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ agrega corpo acadêmico à sociedade através de projetos de pesquisa, capacitação técnica e profissional e desenvolvimento tecnológico.

Criado em 1967, o NCE oferece programas de pós-graduação, extensão universitária, cursos avulsos, consultorias em diversas áreas, além de prestar serviços de organização de concursos para várias instituições públicas e privadas em todo Brasil. Desenvolve ainda os sistemas que gerenciam a vida acadêmica e administrativa da UFRJ.⁴

³ Texto extraído do site (com acesso em 25-10-2007, 14h21):
<http://www.fcc.org.br/apresentacao/quemSomos.html>

⁴ Texto extraído do site (com acesso em 25-10-2007, 14h38):
<http://www.nce.ufrj.br/concursos>

Para responder às questões preparadas pela ESAF, pela FCC e pelo NCE, o candidato deve assinalar uma opção dentre as cinco apresentadas (questões de múltipla escolha). Já para responder às questões preparadas pelo Cespe-UnB, o candidato deve julgar cada item como *certo* ou *errado*. Cada entidade tem suas características e peculiaridades no modo de apresentação das questões de compreensão de texto (ou mesmo as gramaticais – *que não serão tema desse estudo*), apesar de tratarem todas elas dos mesmos fatos lingüísticos.

Para que se conheçam melhor as bancas examinadoras e os seus estilos de questão, aparece, ao final do trabalho, uma prova de cada uma delas (ver ANEXOS).

A escolha das provas também seguiu alguns critérios:

- a) definiu-se o **período de 2000 a 2007** para mostrar que os princípios da coesão e da coerência são recorrentes em provas objetivas que cobram dos candidatos a compreensão de texto;
- b) selecionaram-se provas para **o nível médio e o nível superior**, pois a resolução das questões de compreensão acontece da mesma maneira para ambos os níveis;
- c) optou-se por **cargos diversos**, porque não importa a função a ser desempenhada pelo funcionário público, o critério de resolução das questões de compreensão de texto em provas objetivas é o mesmo para os vários cargos públicos.

Chegou-se, assim, à seguinte lista (apresentada em ordem cronológica):

1. ESAF – Analista de Finanças e Controle – AFC (SFC), aplicada em 2000 – nível superior
2. ESAF – Agente Tributário Estadual – ATE/MS, aplicada em 2001 – nível superior

3. ESAF – Auditor-Fiscal da Receita Federal, aplicada em 2002 – nível superior
4. Cespe-UnB – Agente de Polícia Federal, aplicada em 27/01/2002 – nível superior
5. Cespe-UnB – Procurador Federal de 2ª Categoria, aplicada em 31/03/2002 – nível superior
6. FCC – Agente Vistor I, aplicada em abril de 2002 – nível superior
7. ESAF – Auditor-Fiscal da Previdência Social, aplicada em 20/10/2002 – nível superior
8. Cespe-UnB – Bolsa-prêmio de Vocação para a Diplomacia, aplicada em 22/06/2003 – nível superior
9. FCC – Analista Judiciário – Área Judiciária, aplicada em maio de 2004 – nível superior
10. Cespe-UnB – Delegado de Polícia Federal, aplicada em 25/09/2004 – nível superior
11. Cespe-UnB – Analista Judiciário – Área Administrativa, aplicada em 12/12/2004 – nível superior
12. ESAF – Gestor Fazendário – GEFAZ-MG, aplicada em 19/06/2005 – nível superior
13. NCE/UFRJ – Análise de Sistemas – Desenvolvimento, aplicada em outubro de 2005 – nível médio
14. FCC – Analista do Banco Central – Área 5, aplicada em janeiro de 2006 – nível superior
15. FCC – Analista Judiciário – Área Administrativa, aplicada em março de 2006 – nível superior
16. Cespe-UnB – Técnico Ministerial – Assistente Administrativo, aplicada em 06/08/2006 – nível médio
17. FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa, aplicada em outubro de 2006 – nível médio
18. Cespe-UnB – Petróleo do Brasil S.A. (Petrobras) – Administrador(a) Júnior, aplicada em 05/08/2007 – nível superior

19. FCC – Analista Judiciário – Execução de Mandados, aplicada em agosto de 2007 – nível superior
20. FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa, aplicada em agosto de 2007 – nível médio

Numa única prova são cobrados conhecimentos de diversas disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Raciocínio Lógico, Direito, Economia, Administração, Contabilidade etc. – de acordo com a carreira pública a que se destina. Com vistas a cumprir o objetivo a que se propõe o presente trabalho, extraíram-se para análise apenas as questões de Língua Portuguesa pertinentes à compreensão de texto.

Definidas as questões, chega o momento da análise: aplicação dos princípios da coesão e da coerência à compreensão de texto.

Capítulo II – REVISÃO DA LITERATURA

A coesão e a coerência contribuem para conferir textualidade a um conjunto de enunciados. Assim, a coesão, manifestada no nível microtextual, se refere ao modo como os vocábulos se ligam dentro de uma seqüência. E a coerência, manifestada em grande parte em nível macrotextual, é o resultado da possibilidade de se estabelecer alguma forma de unidade ou relação entre os elementos do texto.

É importante lembrar que a coesão auxilia no estabelecimento da coerência, embora, às vezes, a coesão nem sempre se manifeste explicitamente através de marcas lingüísticas, o que faz concluir que pode haver textos coerentes mesmo que não tenham coesão explícita. E tão importante quanto conhecer os conceitos de coerência e coesão é saber de que maneira esses fenômenos contribuem para tornar um texto inteligível.

A compreensão do texto está diretamente relacionada à maneira como se percebem a coesão e a coerência, dando a ele muitas possibilidades de leitura. Porém, um texto admite *múltiplas* leituras, mas não admite *toda* leitura, é o que afirma Fiorin (2004: 81):

Inúmeras vezes ouvimos dizer que o texto é aberto e que, por isso, qualquer interpretação de um texto é válida. Quando se diz que um texto está aberto para várias leituras, isso significa que ele admite mais de uma e não toda e qualquer leitura. Qual é a diferença? As diversas leituras que o texto aceita já estão nele inscritas como possibilidades. Isso quer dizer que o texto que admite múltiplas interpretações possui indicadores de polissemia. Assim, as várias leituras não se fazem a partir do arbítrio do leitor, mas das virtualidades significativas presentes no texto.

A coesão e a coerência tornam-se, desse modo, ponto de partida para a compreensão de um texto.

A coesão – dentre as várias acepções que veremos adiante – é o encadeamento que pode produzir a textualidade; trata-se de recuperar, em um enunciado, um termo presente em outro; é uma relação linear entre as sentenças, porém não é condição necessária nem suficiente para a coerência (cf. Fávero, 2005: 88).

Fiorin & Savioli (1998: 271) afirmam que

um texto tem coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, quando há concatenação entre eles.

E Marcuschi (1983) assim define os elementos de coesão:

são aqueles que dão conta da seqüenciação superficial do texto, isto é, os mecanismos formais de uma língua que permitem estabelecer, entre os elementos lingüísticos do texto, relações de sentido.

Já a coerência está ligada à compreensão, à possibilidade de interpretação daquilo que se diz ou escreve. Por isso uma simples frase, um texto de jornal, uma obra literária (romance, novela, poema etc.), uma conversa animada, um discurso de um político ou de um operário, uma canção, enfim, qualquer comunicação – independentemente de sua extensão – precisa ter sentido, ou seja, precisa ter coerência.

A coerência se estabelece numa situação comunicativa. Na verdade, quando se diz que um texto é incoerente, é preciso esclarecer que motivos levam a tal afirmação. Ele pode ser incoerente em uma determinada situação – por exemplo –, porque quem o produziu não soube adequá-lo ao leitor, não valorizou suficientemente a questão da comunicabilidade, não obedeceu ao código lingüístico, enfim, não levou em conta o fato de que a coerência está diretamente ligada à possibilidade de se estabelecer um sentido para o texto.

No dia-a-dia, são comuns comentários do tipo: *Isto não tem coerência. Esta frase não tem coerência*, ou ainda, *O seu texto está incoerente*. O que leva as pessoas a fazerem tais observações, provavelmente, é o fato de perceberem que, por algum motivo, escapa a elas o entendimento de uma frase ou de todo o texto.

A coerência de uma frase, de um texto não se define apenas pelo modo como elementos lingüísticos se combinam, ela depende também do conhecimento do mundo partilhado pelos interlocutores, bem como do gênero de texto em questão. O sentido do texto é viabilizado pela combinação dos elementos presentes numa progressão harmoniosa.

Ao ler uma frase como *"No verão passado, quando estivemos em Natal, Rio Grande do Norte, não aproveitamos a praia, pois o frio era tanto que chegou a nevar"*, percebe-se que ela é incoerente em decorrência da incompatibilidade entre um conhecimento prévio que se tem da realidade e o que se relata. Sabe-se que, considerando uma realidade "normal", em Natal não neva (ainda mais no verão!).

Claro que, inserido numa narrativa ficcional fantástica, o exemplo dado poderia fazer sentido, dando coerência ao texto – nesse caso, o contexto seria a "anormalidade" e prevaleceria a coerência interna da narrativa.

No caso de apresentar uma inadequação entre o que informa e a realidade "normal" pré-conhecida, para guardar a coerência, o texto deve apresentar elementos lingüísticos instruindo o leitor acerca dessa anormalidade.

Uma afirmação como *"Foi um verdadeiro milagre! O cachorro caiu do décimo andar e não sofreu nenhum arranhão."* é coerente, na medida em que a frase inicial (*"Foi um verdadeiro milagre"*) instrui o leitor para a anormalidade do fato narrado.

Dessa forma, o leitor compreende o texto por meio desses elementos lingüísticos empregados pelo autor. Mas isso apenas ainda não é suficiente para que o texto seja compreendido, pois segundo Rodriguez (2003: 48):

o estatuto da interpretação não será o mesmo ao longo da história. A pergunta **o que é interpretar** e o que isso tem a ver com a constituição dos sentidos, com o funcionamento da língua, e qual sua relação com a realidade do sujeito, com o meio em que vive, não será, portanto, respondida sempre da mesma maneira.

Não só essa autora mas muitos outros têm a mesma visão a respeito da interpretação/compreensão de um texto. Podemos citar Bachelard (2000), em seu estudo a respeito do *novo espírito científico*; para ele a própria objetividade é anfibológica:

é talvez na atividade científica que se vê mais claramente o duplo sentido do ideal de objetividade, o valor ao mesmo tempo real e social da objetivação. (Bachelard, 2000: 18)

Assim, para se chegar a *uma* resposta sobre a compreensão de texto em provas de concursos públicos, deve-se partir dos princípios de coesão e coerência, verificando-se padrões e formas (cf. Marcuschi, 1999) presentes no texto.

Blikstein (2004) reafirma tal idéia, e propõe:

se quisermos ser claros e objetivos, visando à obtenção de uma descodificação e resposta uniformes, utilizaremos códigos fechados. (Blikstein, 2004: 46)⁵

⁵ [Código] aberto: característica de um código que possibilita mais de um significado e mais de uma descodificação para um mesmo signo (unidade constitutiva da mensagem). [...] fechado: característica de um código que só permite, em princípio, um significado e uma descodificação para o mesmo signo (unidade constitutiva da mensagem). (Blikstein, 2004: 92-3)

Há no texto elementos lingüísticos que podem e devem ter o mesmo valor para todos os usuários da língua; se assim não fosse, como seria a comunicação do dia-a-dia – em casa, no trabalho, no lazer com os amigos? Saussure (2004) faz uma analogia interessante, que ampara essa afirmação:

A língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos. Trata-se, pois, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independa da vontade dos depositários. (Saussure, 2004: 27)

Lyons (1977) afirma que, embora os estudos sejam múltiplos, não há consenso entre os lingüistas capaz de delinear definitivamente o objeto da semântica. Segundo o autor, os estudos semânticos abarcam três domínios: o lexical, o frasal e o textual. A distinção entre esses três domínios revela, por um lado, a evolução dos estudos no eixo do tempo – cuja variabilidade se explica por diretrizes teóricas e metodológicas de cada escola ou fase de pensamento – e, por outro lado, revela também os problemas relevantes para cada um deles.

Assim como ocorrem as múltiplas visões a respeito da semântica, há tal multiplicidade de visões também acerca de outros fatos da língua. Partindo do fato de que existem pontos de vista distintos, apresentam-se neste trabalho as teorias de vários autores que discutiram a coesão e a coerência – seus posicionamentos, as paridades e os distanciamentos, convergências e divergências –, para se construir, neste trabalho, uma base de análise dos textos constantes em provas de concursos públicos.

2.1. Noção de texto

Antes de qualquer observação a respeito da compreensão de textos, faz-se necessária a conceituação de **texto**, pois não é qualquer aglomerado de frases que se pode chamar assim. É preciso verificar a viabilidade de um enunciado ser ou não um texto. Para isso, baseamo-nos nas definições de alguns autores que se dispuseram a tratar do assunto.

Fávero (2005: 6) afirma:

sabemos intuitivamente não só distinguir entre textos e não-textos mas também que nossa produção lingüística se dá com textos e não com palavras isoladas, não sabemos, porém, definir intuitivamente o que faz com que um texto seja um texto, e nem os estudiosos são unânimes ao conceituá-lo.

Ainda segundo a autora,

O texto consiste [...] em qualquer passagem falada ou escrita que forma um todo significativo independente de sua extensão. Trata-se, pois, de um contínuo comunicativo contextual caracterizado pelos princípios de textualidade: contextualização, coesão, coerência, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade, e intertextualidade.

De modo geral é a mesma definição dada por Bronckart (2003: 75) quando diz:

Chamamos de texto toda unidade de produção de linguagem situada, acabada e auto-suficiente (do ponto de vista da ação ou da comunicação).

Segundo Fávero & Koch (1994: 25), o texto é constituído de vários componentes estilísticos, esquemáticos, retóricos, não se limitando, assim, a componentes simplesmente gramaticais. No sentido *lato*, designa qualquer manifestação da capacidade textual do indivíduo que abrange qualquer tipo de

comunicação realizado por meio de um sistema de signos, tais como: poemas, músicas, pinturas, filmes, esculturas etc. No sentido *estrito*, consiste na formação de um todo significativo que independe de sua extensão, pois trata-se de uma unidade de sentido,

de um conteúdo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela “tessitura” do texto. (Fávero & Koch, 1994: 25)

Por *tessitura* do texto entendem-se os princípios de textualidade, em especial, a coesão e a coerência, pois elas podem garantir que um texto seja concebido como tal e não como um simples conjunto de palavras ou frases.

É o que ressalta Medeiros (1996: 113), ao definir *texto* como

um tecido verbal estruturado de tal forma que as idéias formam um todo coeso, uno, coerente.

A imagem de tecido contribui para esclarecer que não se trata de frases soltas, muito menos de uma simples seqüência de cadeias significativas, pois os signos individuais que constroem uma seqüência textual interligam-se por múltiplas relações de ordem sintática e semântica. São seqüências de signos verbais ordenados sistematicamente, de modo a manifestar um único direcionamento.

A manifestação de um único direcionamento, ou a noção de unidade no texto, também é destacada por Fiorin & Platão (1998: 173), quando citam Padre Antônio Vieira – *Sermão da Sexagésima*:

O sermão há de ser duma só cor, há de ter um só objeto, um só assunto, uma só matéria. Há de tomar o pregador uma só matéria, há de defini-la para que se conheça, há de dividi-la para que se distinga, há de prová-la com a Escritura, há de declará-la com a razão, há de confirmá-la com o exemplo, há de ampliá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se hão de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar, há de responder às dúvidas, há de

satisfazer as dificuldades, há de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários, e depois disso há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar. Isto é sermão, isto é pregar, e o que não é isto, é falar de mais alto. Não nego nem quero dizer que o sermão não haja de ter variedade de discursos, mas esses devem nascer todos da mesma matéria, e continuar e acabar nela.⁶

Para que um texto seja constituído, ou para que se chegue a uma compreensão, é necessário trabalhar, principalmente, as relações de conexão conceitual-cognitiva, além das relações coesivas. (cf. Fávero, 2005: 77).

Medeiros (1996) ampara essa idéia da constituição textual em relação aos elementos estruturais do texto, quando cita o *saber partilhado*, a *informação nova* e as *provas*:

a) o *saber partilhado*, que é a informação antiga – pode aparecer na introdução, ou estar subentendida no contexto –, em que o produtor do texto estabelece um acordo com o leitor (os interlocutores), para, em seguida, expor informações novas;

b) a *informação nova*, que se caracteriza como uma necessidade para a existência do texto, veiculando uma informação que não é do conhecimento do leitor, ou que não o é da forma como será exposta, o que implica matizes novos e, conseqüentemente, uma nova maneira de ver os fatos;

c) as *provas*, que são fundamentos das afirmações expostas. Se o leitor duvidar de suas asserções, poderá recorrer a outras obras indicadas pelo escritor para chegar às mesmas conclusões que ele.

Segundo Geraldí (1996), o texto pode ser uma palavra ou uma obra completa, que se produz no interior de um processo interlocutivo. Um texto oral

⁶ VIEIRA, Padre Antônio (1968). Sermão da Sexagésima. In: – *Os sermões*. Vol. VI, p. 99, São Paulo: Difel.

de conversação durante uma refeição, por exemplo, tem características muito distintas das de um texto oral produzido num debate, numa reunião ou assembléia, numa cerimônia religiosa, pois ambos respondem a interesses diversos que resultam da atividade de sujeitos envolvidos em relações diferentes – ainda que sejam os mesmos sujeitos. Esses sujeitos submetem-se a regras diferentes, resultantes de práticas históricas diferentes.

Em se tratando de textos escritos, o convívio com eles faz com que o leitor adquira a capacidade de apreender tanto suas formas quanto seus conteúdos. Isso ocorre porque suas formas e seus conteúdos não podem ser vistos como fatores separados. Supõe-se, dessa prática, uma atitude produtiva em que o leitor sai modificado por aderir aos pontos de vista com que compreende o mundo ou por modificar seus pontos de vista em face do diálogo mantido por meio do texto com seu *autor* – este compreendido sob o ponto de vista de Foucault (2004: 26): “autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência.”

Para Kleiman (2004: 10), o texto escrito proporciona ao indivíduo a faculdade de materializar significados e intenções “de um dos interagentes à distância” (*sic*), em que a base textual sobre a qual ele se apóia é inerente a um processo de elaboração. Ainda, segundo a autora, é nisso que reside a complexidade do ato de leitura, pois:

a compreensão de um texto escrito envolve a compreensão de frases e sentenças, de argumentos, de provas formais e informais, de objetivos, de intenções, muitas vezes de ações e de motivações, isto é, abrange muitas das possíveis dimensões do ato de compreender, se pensarmos que a compreensão verbal inclui desde a compreensão de uma charada até a compreensão de uma obra de arte. (Kleiman, 2004: 10)

A clareza de um texto escrito “é condicionada pelas possibilidades de interpretação que ele apresenta” (cf. Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1995: 142), pois o produtor do texto deve conhecer o idioma e suas regras gramaticais para

deixar claros seus objetivos, ou idéias, que deseja transmitir, confirmando assim a visão de Kleiman (2004).

Ainda quanto à eficácia do texto, diz Medeiros (1996: 114):

Um texto é mais ou menos eficaz dependendo da competência de quem o produz, ou da interação de autor-leitor, ou emissor-receptor. O texto exige determinadas habilidades do produtor, como conhecimento do código, das normas gramaticais que regem a combinação dos signos. A competência na utilização dos signos possibilita melhor desempenho.

Para Cagliari (1996: 104), a produção de um texto escrito envolve problemas específicos de estruturação do discurso, de coesão, de argumentação, de organização das idéias e escolha das palavras, do objetivo e do destinatário do texto etc.

Não basta que o texto atinja um estado satisfatório para o escritor; é preciso que ele se conscientize de que, para ser qualificado, “precisa de um objetivo bem definido, que é o de fornecer subsídios para que alguém *leia*.” (Cf. Cagliari, 1996: 104).

A escrita por si só, assim como as várias outras formas de representação do mundo (cartazes, placas, desenhos etc.), não induz à leitura. Essa leitura deve ser motivada, isto é, quem escreve espera do leitor que interprete o que está escrito, não pelo puro prazer de fazê-lo, mas para realizar algo que a escrita indique, aponte, motive.

Para Fávero *et alii* (2003: 25):

A elaboração de um texto escrito (...) envolve um objetivo ou intenção do locutor. Contudo, o entendimento desse texto não diz respeito apenas ao conteúdo semântico, mas à percepção das marcas de seu processo de produção. Essas marcas orientam o interlocutor no momento da leitura,

na medida em que são pistas lingüísticas para a busca do efeito de sentido pretendido pelo produtor.

A produção de um texto, então, ocorre no interior de um processo interlocutivo. Esse processo é marcado pelos sujeitos nele envolvidos e pelas práticas históricas que foram se constituindo ao longo do tempo, no interior de cada instituição social, pois “na comunicação pelo idioma, o texto apresentará freqüentemente o dito, e o ‘não dito’, mas nele inserido, capaz de ser filtrado mediante recursos idiomáticos.” (cf. Leite, 1985:16)

Citelli (2005: 22), ao discorrer sobre a noção de texto, que pode ser aplicada tanto para as manifestações orais como para as escritas, ressalta que nesses processos tal ocorrência se dá como uma forma de elaboração de “uma rede de significados com vistas a informar, explicar, discordar, convencer, aconselhar, ordenar.”

Então, ao escrever, o indivíduo manifesta o desejo de se comunicar, buscando ser entendido, e deseja estabelecer contratos verbais com o leitor. Para atingir essa finalidade o autor deixa marcas em seus textos para que possam ser seguidas pelo leitor.

Essa atividade de formulação de texto (tanto falado quanto escrito) para Fávero *et alii* (2003: 55) diz respeito a:

efetivar atividades que estruturam e organizam os enunciados de um texto, e o esforço que o locutor faz para produzi-lo se manifesta por traços que deixa em seu discurso. Assim, formular não significa simplesmente deixar ao interlocutor a “tarefa” de compreensão, mas, sim, deixar, através de traços, marcas para que o texto possa ser compreendido.

As palavras ou frases articuladas produzem significações que são dotadas de intencionalidade, ganhando sentidos pela interferência dos destinatários, criando as unidades textuais.

A produção de um texto exige mais do que a junção aleatória de palavras e frases. A constituição dos sentidos requisita que sejam adotados certos procedimentos que vão desde a escolha dos vocábulos até as relações entre eles e as frases.

Como visto, a produção de texto é um processo no qual o locutor, no momento em que o produz, deve levar em consideração o fato de que o está escrevendo não para si, mas para outra pessoa: um interlocutor – que necessita fazer uso de processos cognitivos para chegar à compreensão, que deve estar apto a perceber as marcas deixadas pelo autor, no ato de produção.

Guimarães (2004: 195) frisa isso ao afirmar que, para tornar concreto um ato de compreensão,

é necessário que o sujeito reúna determinadas condições: possua a competência pragmática correspondente às mensagens do texto e do discurso; domine traços de referência de conteúdos; busque no texto a mensagem pretendida pelo autor; utilize estratégias e habilidades adequadas ao exercício de compreensão/interpretação.

Isso leva a crer que o autor não poderá despojar-se de critérios para fazer-se compreender; ele deve preocupar-se com o fato de que os seus interlocutores poderão deixar de preencher possíveis *lacunas* deixadas no seu texto, pois “toda e qualquer atividade lingüística (produção de texto) está impregnada da visão de mundo que os usuários têm, construída pela atividade da inteligência e pelo grupo em que se insere, numa dinâmica.” (Silveira & Leite, 1985: 117)

Mais um fato importante no processo de produção de texto que desvenda a intenção do autor é a escolha do modo de organização do seu texto: descrição, narração ou dissertação. Não que um texto não possa ser composto pelos três, mas sempre haverá a preponderância de um ou de outro, dependendo da finalidade a que se destina (cf. Fiorin, 1994: 61).

Fiorin (1994: 61-70) sintetiza as características de cada modo de organização da seguinte maneira:

Em síntese, a descrição é regida pelos seguintes princípios:

- focaliza estados e não transformações;
- seu discurso é figurativo;
- os tempos verbais nela privilegiados são o presente e o pretérito imperfeito;
- seus elementos não mantêm uma relação de causalidade e, por isso, podem ser permutados sem afetar a compreensão do texto.

[...]

Em síntese, a narração é regida pelos seguintes princípios:

- focaliza transformações que se pressupõem umas às outras;
- seu discurso é figurativo;
- os tempos verbais fundamentais da narrativa são os perfectivos; os acontecimentos narrados mantêm uma relação de anterioridade e posterioridade e essa relação não pode ser alterada sem que se afete a compreensão do texto.

[...]

Em síntese, as características da dissertação são:

- opera com transformações explícitas ou implícitas;
- seu discurso é temático;
- nela o tempo verbal mais usado é o presente atemporal;
- suas asserções mantêm entre si relações lógicas do tipo causa, consequência, condição etc.

2.2. Coesão e coerência: fatos distintos

A coesão e a coerência são dois princípios fundamentais na construção da textualidade.

A textualidade consiste no conjunto de características que fazem com que um texto seja assim concebido e não como um conjunto de palavras, frases ou seqüência de frases. (cf. Beaugrande & Dressler, 1981).

Muitos autores fazem distinção entre coesão e coerência, outros não as distinguem, e outros apenas fazem estudos vários sem qualquer nomenclatura rígida (cf. Fávero, 2005: 8).

Distinguir-se-á, neste trabalho, uma da outra, visto que um texto pode apresentar elementos coesivos, sem com isso adquirir coerência. Assim como o contrário também é possível: pode haver coerência sem que haja a presença explícita de seqüências coesivas, atingindo a textualidade citada por Beaugrande & Dressler.

Vejam-se os exemplos encontrados em Fávero (2005: 11):

- (1) Meu filho não estuda nesta Universidade. Ele não sabe que a primeira Universidade do mundo românico foi a de Bolonha. Esta Universidade possui imensos viveiros de plantas. A Universidade possui um laboratório de línguas.
- (2) Maria está na cozinha. A cozinha tem paredes com azulejos. Os azulejos são brancos. Também o leite é branco.
- (3) Luiz Paulo estuda na Cultura Inglesa. Fernanda vai todas as tardes ao laboratório de física do colégio. Mariana fez 75 pontos na FUVEST. Todos os meus filhos são estudiosos.

Note-se que nos exemplos (1) e (2) há seqüências coesivas – por repetição ou por retomada –, mas não há textualidade, não chegam a formar um texto. Já no exemplo (3), apesar da inexistência de elementos de coesão expressos, há um texto, pois formam uma unidade compreensível.

Segundo Antunes (2005: 177):

A coesão é uma decorrência da própria *continuidade* exigida pelo texto, a qual, por sua vez, é exigência da *unidade* que dá *coerência* ao texto.

E a coerência

é uma propriedade que tem a ver com as possibilidades de o texto funcionar como uma *peça comunicativa*, como um meio de interação verbal. (Antunes, id: 176)

Seguindo esses raciocínios, uma e outra serão vistas separadamente.

2.3. Coesão

Um texto não pode ser entendido apenas como um emaranhado de frases isoladas. Faz-se necessário considerar que existem elementos lingüísticos cuja função principal é a de estabelecer relações textuais, que são chamadas (cf. Koch, 2004) de *recursos de coesão textual*.

Esses elementos lingüísticos aparecem como auxiliares na tessitura do texto, originando, assim, o fenômeno da coesão textual.

Halliday & Hasan (1976) esclarecem que ocorre a coesão textual quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um elemento pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro.

Segundo esses autores, a coesão é uma relação semântica entre um elemento do texto e algum outro elemento que seja de extrema relevância para que se estabeleça a sua interpretação. A coesão, por estabelecer *relações de sentido*, diz respeito ao conjunto de recursos semânticos por meio dos quais uma sentença se liga à que veio anteriormente, aos recursos semânticos mobilizados, proporcionando, assim, a criação do texto.

Kleiman (2004: 48-9) aponta o conjunto dos elementos “que formam as ligações no texto” como aqueles que relacionam suas diversas partes, sendo, também, instrumentais na construção de um significado global para o texto. Esses elementos coesivos apresentam-se como: “repetições, substituições, pronominalizações, uso de dêiticos, elementos estes internos ao texto que permitem construir, com base na leitura, um cenário enxuto, com poucos elementos [...]”.

Para Beaugrande & Dressler (1981), a coesão diz respeito à maneira como as palavras e as frases que compõem um texto – os chamados

componentes da superfície textual – encontram-se conectadas entre si numa seqüência linear, por meio de dependências de ordem gramatical.

Strôngoli (2002: 237) afirma que:

estudar a manifestação da língua do ponto de vista da coesão de suas designações, significados e estruturas lingüísticas é focalizar o **texto** e utilizar estratégias de análise fechadas.

Essas estratégias de análise fechadas

são utilizadas para estudar as unidades da comunicação, palavra ou frase, do ponto de vista de sua natureza lingüística: designação, significado e estrutura. Possibilitam observação e descrição do emprego dessas unidades segundo as regras próprias do sistema da língua, sem recorrer a fenômenos estranhos a esse sistema. [...] Seus principais referenciais teóricos são: gramática descritiva e normativa, etimologia, morfologia, fonética, fonologia, sintaxe e estilística. As estratégias fechadas são úteis, por conseguinte, quando se focalizam as unidades funcionais da língua, independentemente do contexto em que são usadas. (id. *ibid.*, p. 236)

Marcuschi (1983) define os elementos de coesão como aqueles que dão conta da estruturação da seqüência superficial do texto, afirmando que eles não são meramente sintáticos, mas há uma espécie de semântica da sintaxe textual, isto é, os princípios formais de uma língua permitem estabelecer relações de sentido entre os elementos lingüísticos do texto.

Segundo Fávero & Koch (1994: 38), as relações coesivas compreendidas como relações semânticas textuais são formalizadas pela língua num sistema que engloba três níveis:

o semântico (significado), o léxico-gramatical (formal) e o fonológico-ortográfico (expressão).

Ao fazer uso de elementos coesivos, o texto adquire um toque especial de legibilidade, o que explicita os tipos de relações estabelecidas entre os elementos lingüísticos que o compõem.

Vejam-se, a seguir, algumas propostas de estudo da coesão.

2.3.1. Coesão segundo Fávero

Fávero (2005) propõe o estudo da coesão dividindo-a em três tipos: *referencial, recorrencial e seqüencial "stricto sensu"*. Veja-se a seguir como se dá essa proposta de divisão.

A coesão referencial é entendida como o primeiro grau de abstração que o leitor faz. Por meio da *substituição* e da *reiteração* o leitor recupera informações dadas no texto:

a) substituição: quando um componente lingüístico é retomado (anáfora) ou precedido (catáfora) por uma *pro-forma*⁷.

b) reiteração: é a repetição de expressões no texto; faz-se por repetição do mesmo item lexical (A menina chora muito, essa *menina* é chata.), por sinônimos (O homem estava nervoso com o atraso da esposa, era um *senhor* pontual.), por hiperônimos (As *construções* antigas me agradam, visitei ontem um lindo *apartamento* de 1910.), por hipônimos (O *Fusca* sempre me agradou, é um *carro* de que gosto muito.), por expressões nominais definidas (Castro Alves dá nome a uma praça na Bahia, pois foi lá que o *poeta dos*

⁷ Elemento gramatical representante de uma categoria como, por exemplo, o nome; caracteriza-se por baixa densidade sêmica: traz as marcas do que substitui. (Fávero, 2005: 19)

escravos nasceu.), e por nomes genéricos (Há uma *pessoa* esperando por você na recepção, disse que é seu irmão.).

Na coesão recorrencial há sempre uma progressão, uma informação *nova* que se articula com a *velha*. Segundo Brown & Yule (1983), a informação nova é *aquela que acredita conhecida ou porque está fisicamente no contexto ou porque já foi mencionada no discurso*.

A coesão recorrencial constitui-se por:

a) recorrência de termos: repetição enfática de termos (*Irene preta / Irene boa / Irene sempre de bom humor*⁸).

b) paralelismo: diferentes conteúdos utilizando as mesmas estruturas (*Eia eletricidade, nervos doentes da Matéria / Eia telegrafia sem fios, simpatia metálica do Inconsciente!*⁹).

c) paráfrase: procedimento em que se restabelece a idéia de um texto em outro:

A paráfrase é uma atividade de reformulação pela qual se restaura “bem ou mal, na totalidade ou em partes, fielmente ou não, o conteúdo de um texto-fonte, num texto-derivado” (Fuchs, 1983). (...) A paráfrase é, portanto, um enunciado que reformula um anterior e com o qual mantém uma relação de equivalência semântica (Fávero *et alii*, 2003: 59)

E ainda:

A paráfrase sempre se remete a um texto anterior, para reafirmá-lo ou esclarecê-lo, criando, portanto, uma relação de intertextualidade. (id. *ibid.*: 67)

⁸ BANDEIRA, M. 1958. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro, Aguilar. v.1, p.218

⁹ PESSOA, F. 1960. *Obra poética*. Rio de Janeiro, Aguilar. p.360-1

d) recursos fonológicos, segmentais ou supra-segmentais: observação do ritmo da frase com suas entonações e silêncios (*Se você fizer isso então...*), e da motivação sonora como aliterações, ecos, assonâncias etc. (*O rato roeu a roupa real do rei de Roma.*).

A coesão seqüencial *stricto sensu* constitui o meio pelo qual o texto progride sem haver retomada (recorrência) de itens. Ela se dá por:

a) seqüenciação temporal: indica o tempo “real” em que as coisas acontecem. Pode ser por ordenação linear (*Levantou cedo, tomou banho e saiu.*), por expressões seqüências (*Primeiro vi a moto, depois o ônibus.*), por partículas temporais (*Irei ao teatro logo à noite.*), ou por correlação dos tempos verbais (*Ordenei que arrumassem a casa.*).

b) seqüenciação por conexão: é a seqüência que se faz por meio de operadores do tipo lógico (disjunção, condicionalidade, causalidade, mediação, complementação, restrição ou delimitação), operadores do discurso (conjunção, disjunção, contrajunção, explicação ou justificação), e pausas (na escrita, os sinais de pontuação – vírgula, ponto-e-vírgula, ponto-final etc.).

2.3.2. Coesão segundo Koch

Na concepção de Koch (2004:18), a “coesão textual diz respeito a todos os processos de seqüencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação lingüística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual.”

Koch (2004) defende a existência de duas grandes modalidades de coesão: a *coesão remissiva ou referencial* e a *coesão seqüencial*. Para chegar

a essas modalidades, a autora parte dos cinco tipos de coesão descritos por Halliday & Hasan (1976):

- a) referência: pessoal, demonstrativa, comparativa;
- b) substituição: nominal, verbal, frasal;
- c) elipse: nominal, verbal, frasal;
- d) conjunção: aditiva, adversativa, causal, temporal, continuativa;
- e) lexical: repetição, sinonímia, hiperonímia, uso de nomes genéricos, colocação.

Por **coesão remissiva** ou **referencial** (cf. Koch, 2004) pode-se entender aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) do universo textual. Ao primeiro, Koch (2004: 31) denomina **forma referencial** ou **remissiva** e ao segundo, **elemento da referência** ou **referente textual**.

A noção de elemento da referência, neste sentido, é bastante ampla, podendo ser representado por um nome, um sintagma, um fragmento de oração, uma oração ou todo um enunciado. O referente se constrói no desenrolar do texto, o qual se modifica a cada *nome* a ele dado ou a cada nova ocorrência desse mesmo *nome*, isto é, o referente é algo que se (re)constrói textualmente.

A remissão pode ser feita *para trás* e *para frente*, constituindo uma anáfora ou uma catáfora. As principais formas remissivas são:

- a) formas gramaticais – *presas* (artigos, pronomes adjetivos, numerais adjetivos) ou *livres* (pronomes substantivos e advérbios pronominais);
- b) formas lexicais – grupos nominais, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos.

Já a **coesão seqüencial** (Koch, 2004: 53)

diz respeito aos procedimentos lingüísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes do enunciado, parágrafos e mesmo seqüências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir.

Segundo a autora, a coesão seqüencial se dá pela:

- a) seqüencialização parafrástica: pela recorrência de termos, de estruturas, de conteúdos, de recursos fonológicos, de tempo e aspecto verbais;
- b) seqüencialização frástica: pelo encadeamento de marcas lingüísticas, pela manutenção temática, pela progressão temática, pela justaposição e pela conexão

2.3.3. Coesão na visão de outros autores

As diferentes visões apresentadas por uma e outra autora nos levam a compreender que os elementos que objetivam garantir a coesão textual colaboram para a manutenção do tema, o estabelecimento de relações semânticas e/ou pragmáticas entre segmentos maiores ou menores do texto, a ordenação e articulação de seqüências textuais.

Deve-se ressaltar que o uso adequado de elementos coesivos facilita a compreensão do texto. A coesão ajuda a estabelecer a coerência na percepção dos sentidos do texto. Segundo Benveniste (1989: 232-3):

O sentido a transmitir, ou se se quiser, a mensagem é definida, delimitada, organizada por meio das palavras; e o sentido das palavras, por seu turno, se determina em relação ao contexto.

Coesão se entende, portanto, como “a ligação, a relação, os nexos que se estabelecem entre os elementos que constituem a superfície textual.” (Koch & Travaglia, 1990: 40). Ao contrário da coerência, é explicitamente revelada através de marcas lingüísticas, índices formais na estrutura da seqüência lingüística e superficial do texto, “o que lhe dá um caráter *linear*, uma vez que se manifesta na organização seqüencial do texto.”

A coesão vai sendo construída e se evidencia pelo emprego de diferentes procedimentos, tanto no campo do léxico, como no da gramática. Ela se realiza nas relações entre elementos sucessivos tais como: artigos, pronomes adjetivos, adjetivos em relação aos substantivos; formas verbais em relação aos sujeitos; tempos verbais nas relações espaço-temporais constitutivas do texto etc., na organização de períodos, de parágrafos, das partes do todo, como formadoras de uma cadeia de sentido capaz de apresentar e desenvolver um tema ou as unidades de um texto. Construída com os elementos gramaticais e lexicais, confere unidade formal ao texto (cf. Fávero 2005).

Ao assinalar a conexão entre as diferentes partes do texto, tendo em vista a ordem em que aparecem, a coesão é sintática e gramatical, e *também* semântica, pois, em muitos casos, os mecanismos coesivos se baseiam numa relação entre os significados de elementos da superfície do texto (cf. Fávero, 2005).

O texto constitui-se não apenas de uma seqüência de palavras ou de frases. A sucessão forma uma cadeia que vai muito além da simples seqüencialidade: há um entrelaçamento significativo que aproxima as partes formadoras do texto. Os elementos lingüísticos que estabelecem a conectividade e a retomada, e garantem a coesão, são os **referentes textuais**.

Cada um desses referentes estabelece relações de sentido e significado tanto com os elementos que o antecedem como com os que o sucedem, construindo uma cadeia textual significativa, a **referenciação**.

Em relação aos referentes e à referenciação, Cavalcante (2003: 10) afirma que

Os referentes (...) são construtos culturais, representações constantemente alimentadas pelas atividades lingüísticas. E sob tal pensamento, seria então mais adequado falar de *referenciação*, de modo a ressaltar a idéia de processo que caracteriza o ato de referir.

Um estudo importante acerca da referenciação é-nos apresentado por Apothéloz (2003). Tal estudo se define por uma *revisão* da referência de modo geral e, em especial da anáfora, como representação de uma entidade construída no discurso e pelo discurso, de acordo com alguns elementos textuais e outros compartilhados pelos participantes da comunicação (pressupostos). O autor apresenta a sua visão acerca dois tipos de referência: *exofórica* e *endofórica*. A primeira se dá quando se faz referência aos objetos ainda não designados no texto; a segunda refere-se a objetos já designados no cotexto (ou contexto lingüístico). A crítica do autor reside no fato de que o referente de uma expressão endofórica não está situada no texto, o que se localiza no texto é apenas uma outra expressão designando esse referente. (cf. Apothéloz, 2003: 64).

Quanto à referência endofórica Apothéloz (2003: 53) afirma:

As expressões anafóricas têm, com efeito, propriedades diferentes, e não sofrem as mesmas restrições conforme sejam ou não controladas sintaticamente por seu antecedente (para o caso, evidentemente, de haver um). Quando tal controle existe, a interpretação do anafórico tem a inferência de uma interpretação sintática; senão ela é dependente de fatores contextuais e pragmáticos.

E define dois tipos de anáforas:

Fala-se de anáfora **fiel** sempre que um referente anteriormente introduzido no texto é retomado por meio de um SN {sintagma nominal} definido ou demonstrativo, cujo nome nuclear é aquele mesmo por meio do qual foi introduzido (**uma casa... a/esta casa...**)

[...]

Fala-se, ao contrário, anáfora **infidel** sempre que o nome da forma de retomada é diferente daquela da forma introduzida (trata-se, mais freqüentemente, se um sinônimo ou de um hiperônimo) ou quando lhe é acrescentada uma determinação qualquer (**uma casa... a habitação**) (id. ibid., 71)

Muitas vezes a *referência endofórica* designa a *dêixis textual*, que segundo o estudioso

A expressão dêixis textual designa comumente o emprego de expressões indiciais como **mais acima, abaixo, no próximo capítulo, aqui etc.** com o objetivo de se referir aos segmentos, aos lugares ou aos momentos do próprio texto em que estas expressões são utilizadas. (id. ibid., 69)

Ele cita ainda a *dêixis de memória*, a referência a algo que não está presente no texto:

Um sintagma nominal demonstrativo pode referir-se **in absentia**, quer dizer, na ausência de qualquer designação antecedente de seu referente e sem que este esteja presente na situação enunciativa. (id. ibid., 69-70)

Nós tomamos um trago no bar com gente fumando. *Essa fumaça, esse cheiro de álcool.* (id. ibid., 70)

Os dêiticos são elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa. Já os componentes concentram em si a significação. Remetem a um momento ou lugar da

enunciação. Eles exercem, por excelência, a função de progressão textual, dada sua característica. A respeito deles Guimarães (2002) afirma que os pronomes pessoais e as desinências verbais indicam os participantes do ato do discurso. Os pronomes demonstrativos, certas locuções prepositivas e adverbiais, bem como os advérbios de tempo, referenciam o momento da enunciação, podendo indicar *simultaneidade*, *anterioridade* ou *posterioridade*. Assim: *este*, *agora*, *hoje*, *neste momento* (presente); *ultimamente*, *recentemente*, *ontem*, *há alguns dias*, *antes de* (pretérito); *de agora em diante*, *no próximo ano*, *depois de* (futuro).

Para Marcuschi (1999: 220):

A evolução referencial se dá com base numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecida centralmente no discurso.

E de acordo com essa visão, Marcuschi aproxima-se de outros autores ligados ao estudo da *referenciação* (cf. Mondada & Dubois, 2003: p.17-52 entre outros)¹⁰, pois – para estudar a evolução referencial – pensa os referentes como *objetos-de-discurso*, utilizando-os no estudo do texto com base em dois processos gerais: *progressão referencial* e *progressão tópica*.

a **progressão referencial** diz respeito à introdução, preservação, continuidade, identificação e retomada de referentes textuais, correspondendo às **estratégias de designação de referentes**. A **progressão tópica** diz respeito ao(s) assunto(s) ou tópico(s) discursivo(s) tratado(s) ao longo do texto. (Marcuschi, 1999: 219)

Sempre se aplica o princípio da coesão ao se conectarem as formas e os padrões presentes nos textos, para que eles façam sentido. Ao fazerem sentido, ao se conectarem os significados, move-se para além da coesão de formas e padrões e aplica-se o princípio da **coerência** (cf. Beaugrande, 1997).

¹⁰ As autoras, no texto citado, definem os *referentes* e preferem chamá-los de *objetos-de-discurso*.

2.4. Coerência

Beaugrande & Dressler (1981) concebem a coerência como o modo pelo qual os componentes do universo textual, ou seja, os conceitos e relações subentendidos ao texto de superfície são mutuamente acessíveis e relevantes entre si.

Responsável por constituir os sentidos do texto, a coerência não é apresentada, pois, como meros traços dos textos, mas sim como o resultado de uma complexa rede de fatores de ordem lingüística, cognitiva e interacional. Assim, a simples justaposição de situações em um texto pode ativar operações que criam relações de coerência. (cf. Marcuschi, 1983)

Marcuschi (2003: 34) afirma que

A perspectiva interacionista preocupa-se com os processos de produção de sentido tomando-se sempre como situados em contextos sócio-historicamente marcados por atividades de negociação ou por processos inferenciais. Não toma as categorias lingüísticas como dadas *a priori*, mas como construídas interativamente e sensíveis aos fatos culturais. Preocupa-se com a análise dos gêneros textuais e seus usos na sociedade. Tem muita sensibilidade para fenômenos cognitivos e processos de textualização na oralidade e na escrita, que permitem a produção de coerência como uma atividade do leitor/ouvinte sobre o texto recebido.

A coerência faz com que o texto adquira sentido para os usuários da língua, e

este sentido, evidentemente, deve ser do todo, pois a coerência é global. (Koch & Travaglia, 1990: 21)

Então, para que haja coerência, é necessário também que haja a possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade ou relação

entre seus elementos. A coerência é entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o interlocutor tem para calcular o sentido desse texto.

Saussure (2004: 124) diz:

A língua apresenta (...) este caráter estranho e surpreendente de não oferecer entidades perceptíveis à primeira vista, sem que se possa duvidar, entretanto, de que existam e que é seu jogo que a constitui.

A coerência é esse “jogo” que faz o texto ser percebido na sua globalidade.

Vale notar que essa observação sobre estabelecer relações entre as idéias, vistas como conhecimentos ativados, mostra como elas são mutuamente acessíveis e relevantes, influenciando umas na construção das outras e se entremeando em sua expressão pela língua, de forma a ocorrer na interlocução entre os usuários do texto (produtor e leitor).

Charolles (1988) afirma ser a coerência a qualidade inerente aos textos pela qual os falantes passam a reconhecê-los como bem formados, dentro de um possível mundo (ordinário ou não). Ela pode ser entendida como um princípio de interpretabilidade, dependente da capacidade dos usuários em compreender o sentido do texto pelo qual estão interagindo.

Fávero (2005) reformula a noção de coerência a partir da visão dos autores: Beaugrande e Dressler, Halliday e Hasan, Marcuschi, e afirma que

a coerência caracteriza-se como o nível de conexão conceitual e estruturação do sentido, manifestado, em grande parte, macrotextualmente. (id. *ibid.*, p.59)

Assim, a coerência contrapõe-se à coesão, visto que esta “se dá no nível microestrutural”, ou seja, na superfície do texto (cf. Fávero, 2005).

Como o texto contém mais do que o sentido da superfície, devem-se levar em conta as experiências cotidianas, as atitudes e as intenções – todos eles fatores não lingüísticos.

Fávero (2005) cita a semântica procedimental (*procedural semantics*) como a proposta mais adequada ao entendimento da coerência – mesma visão de Beaugrande & Dressler e Marcuschi –, pois opera com dois níveis de aquisição de conhecimento:

a) conhecimento declarativo: é o das frases, das proposições do texto; evidencia-se pelas relações do tipo lógico (generalização, especificação, causalidade etc.).

b) conhecimento procedimental: é o conhecimento culturalmente determinado e construído por meio de experiências; está armazenado na memória episódica de cada leitor/ouvinte.

Esses conhecimentos responsáveis pela coerência (isto é, a produção de sentido) se organizam em estruturas cognitivas (conceitos, modelos cognitivos globais e superestruturas):

a) conceitos: são os conhecimentos armazenados na memória semântica e na memória episódica.

b) modelos cognitivos globais: são os conhecimentos prévios armazenados na memória e intensamente utilizados; subdividem-se em:

- *frames* (conhecimento comum, primário): são conjuntos de conhecimentos armazenados na memória debaixo de um certo “rótulo”, não havendo nenhum tipo de ordenação entre eles; por exemplo, *Carnaval* (confete, serpentina, desfile, escola de samba, fantasia, baile, mulatas etc.).
- esquemas (conhecimento organizado seqüencialmente, fixos, determinados): são conjuntos de conhecimentos armazenados

em uma seqüência temporal ou causal; por exemplo, como pôr um aparelho em funcionamento, um dia na vida de um cidadão comum.

- planos (modelos de comportamento deliberados, com um objetivo): são conjuntos de conhecimentos sobre como agir para atingir um objetivo; por exemplo, como vencer uma partida de xadrez.
- *scripts* (modelos de comportamento estereotipados, com uma rotina preestabelecida): são conjuntos de conhecimentos sobre modos de agir altamente estereotipados em dada cultura, inclusive em termos de linguagem; por exemplo, rituais religiosos (batismo, missa, casamento), as fórmulas de cortesia, as praxes jurídicas.
- cenários (representa o contexto em que o texto está inserido)

Fávero (2005: 75-7) resume todos esses conceitos na idéia de *frames*, pois para ela

O *frame* parece ser a noção mais abrangente, tornando-se mais produtivo considerá-lo o modelo cognitivo mais global e o que possui capacidade de abarcar os demais.

c) superestruturas: a forma global do texto, que define a sua organização e as relações hierárquicas entre as suas partes.

Fávero cita também o conhecimento prévio como a base de sustentação da coerência; o que coincide com a opinião de Kleiman (2004:13), pois

Pode-se dizer com segurança que sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão. (Kleiman, 2004: 13)

O conhecimento prévio é uma junção de *conhecimento lingüístico* (aquele que faz com que o indivíduo se comunique em seu idioma), *conhecimento textual* (reconhecimento do texto quanto à estrutura – cf. Fiorin, 1994) e *conhecimento de mundo* (adquirido formal ou informalmente, é o que as pessoas sabem do mundo).

Para o estabelecimento da coerência, o conhecimento de mundo desempenha um papel não menos importante e decisivo, pois é necessário que o texto fale de coisas que façam parte dos conhecimentos do leitor; caso contrário, não haverá condições de se calcular o seu sentido e ele parecerá destituído de coerência. É o que aconteceria a muitos leitores ao se defrontarem, por exemplo, com o Tratado da Teoria da Relatividade, de Albert Einstein.

Adquire-se esse conhecimento de mundo com as experiências vividas, com o passar do tempo, por estar-se constantemente em contato com os fatos.

Desde que o homem começou a produzir textos, eles passaram por várias mudanças, e hoje, segundo Ferreira (2002: 217), o texto

vive uma pluralidade de existências e sua leitura está, como sempre esteve, na dependência direta das competências e práticas do leitor.

Assim,

Para chegar à compreensão do texto como um todo coerente, é necessário que sejam trabalhadas não só as relações coesivas [...], mas, e *principalmente*, as de conexão conceitual-cognitiva. (Fávero, op. cit., p.75)

A coerência tem a ver com a interlocução, determinando não somente a possibilidade de estabelecer sentidos para texto, mas também *qual sentido* se deve estabelecer no texto. Van Dijk & Kintsch (1983) falam de **coerência local** e de **coerência global**, sendo que aquela se refere a partes

do texto, a frases ou a seqüências de frases dentro do texto, enquanto esta diz respeito ao texto em sua totalidade.

Esses autores também falam em diversos tipos de coerência, tais como:

- a) coerência semântica: refere-se à relação entre significados dos elementos das frases em seqüência num texto (local), ou entre os elementos do texto como um todo (global). O respeito ou desrespeito às relações de sentido entre os significados dos termos também tem a ver com coerência semântica;
- b) coerência sintática: refere-se aos meios sintáticos para expressar a coerência semântica como, por exemplo, os conectivos, o uso de pronomes, de sintagmas nominais definidos e indefinidos etc. A coerência sintática, então, nada mais é do que um aspecto da coesão que pode ter a finalidade de auxiliar no estabelecimento da coerência;
- c) coerência estilística: refere-se àquela pela qual o usuário deveria usar em seu texto elementos lingüísticos, tais como: léxico, tipos de estruturas, frases etc., pertinentes ao estilo ou registro lingüístico a que se destina o texto. Seria o caso, por exemplo, do uso de gírias em textos acadêmicos, sobretudo orais (as conferências); para o seu uso ser “possível”, deveria ser normalmente precedido de ressalvas, como: “*se me permitem o termo*”, ou “*para usar uma expressão popular que bem expressa isso*” etc., ou do uso de palavras “reprováveis” em conversas “polidas” ser normalmente precedido de um “*com o perdão da palavra*”;
- d) coerência pragmática: o texto é visto como uma seqüência de atos de fala relacionados, de modo que satisfaçam condições

presentes em uma dada situação comunicativa, afim de que a seqüência de atos seja percebida como apropriada.

A coerência contribui para a constituição de um texto ao fazer com que uma seqüência lingüística qualquer seja vista como um conjunto. Porque é a relação entre vários fatores, tais como: morfemas, palavras, expressões, frases, parágrafos, capítulos etc. que estabelece a coerência, o que permite construí-la e percebê-la na recepção, como constituindo uma unidade significativa global. É a coerência, portanto, que dá *textura* ou *textualidade* à seqüência lingüística, entendendo-se por *textura* ou *textualidade* aquilo que converte uma seqüência lingüística em texto, justificando, assim, a coerência como uma função da continuidade de sentidos, segundo a definição de Beaugrande & Dressler (1981).

Koch & Travaglia (1990) expõem, ainda, que não existe o texto incoerente em si. Ele pode ser incoerente sim, mas “em” determinada e “para” determinada situação comunicativa, lembrando que a coerência está no processo que coloca texto e usuários em relação numa situação.

Para que se possa estabelecer a coerência de um texto, é preciso que haja correspondência ao menos parcial entre os conhecimentos nele ativados e o conhecimento de mundo do leitor; caso contrário, não haverá condições de construir o *mundo textual*, dentro do qual as palavras e as expressões do texto ganham sentido.

A coerência, então, constrói-se na interação entre o texto e seus usuários, numa situação comunicativa concreta, pois não é um traço ou uma propriedade do texto em si.

Charolles (1988: 47) diz, quanto ao nível *local* (ou microestrutural) e ao *global* (ou macroestrutural), que a coerência de um enunciado deve ser conjuntamente determinada de um ponto de vista local e global, “pois um texto

pode muito bem ser microestruturalmente coerente sem o ser macroestruturalmente.”

Segundo esse autor, não há diferença fundamental entre as (meta)regras de macro-coerência e de microcoerência, e que certas restrições específicas aparecem, entretanto, no nível macroestrutural:

Uma condição necessária para que um texto seja globalmente coerente é que se possa lhe associar, por construção, uma seqüência de macroestruturas e microestruturalmente coerentes. (id. *ibid.*, p.49)

Apresenta, ainda, quatro meta-regras, a saber: de repetição, de progressão, de não-contradição e de relação.

A meta-regra de repetição remete à idéia de que, para um texto ser micro e macroestruturalmente coerente, é preciso que contenha, no seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência estrita. Para assegurar as repetições, a língua dispõe de recursos numerosos e variados, tais como: pronominalizações, definitivações, referenciações contextuais, substituições lexicais, recuperações pressuposicionais, retomadas de inferência etc.

Todos estes procedimentos permitem ligar uma frase (ou uma seqüência) a uma outra que se encontra no seu contexto imediato. (id. *ibid.*, p. 49)

Os mecanismos de repetição expostos acima vêm favorecer a garantia da continuidade temática do enunciado, permitindo, assim, um jogo – submetido a regras – de retomadas a partir do qual se encontra estabelecido um fio textual condutor.

A segunda meta-regra diz respeito ao aspecto da informatividade, da progressão, ou seja, para que um texto seja micro ou macroestruturalmente coerente, é preciso que haja no seu desenvolvimento uma “contribuição semântica constantemente renovada.” (p. 57), isto é, para ser coerente não pode simplesmente o enunciado repetir indefinidamente seu próprio assunto,

sendo necessário, então, adicionar mais elementos que venham aumentar a informatividade.

A terceira meta-regra, a da não-contradição, exprime a idéia de que, para que um texto seja microestruturalmente ou macroestruturalmente coerente, é preciso que no seu desenvolvimento

não se introduza nenhum elemento semântico que contradiga um conteúdo posto ou pressuposto por uma ocorrência anterior, ou deduzível desta por inferência. (id. *ibid.*, p. 59).

E, por último, a meta-regra da relação: para que uma seqüência ou um texto sejam coerentes, é preciso que os fatos que se denotam no mundo representado, que pode ser o estado de coisas ligadas ao mundo real ou a mundos possíveis, estejam relacionados.

Segundo Beaugrande & Dressler (cf. Fávero, 2005 e Koch & Travaglia, 2003), há outros itens funcionando como produtores de coerência:

- *inferências*: para que se possa compreender integralmente um texto, há necessidade de se fazer uma série de inferências, que nada mais são do que operações pelas quais, utilizando seu conhecimento de mundo, o leitor de um texto estabelece uma relação não explícita entre dois elementos (normalmente frases ou trechos) deste texto que ele busca compreender e interpretar.
- *fatores pragmáticos*: são aqueles que “ancoram” o texto em uma situação comunicativa determinada e podem ser de dois tipos: os *contextualizadores* propriamente ditos e os *perspectivos* ou *prospectivos*. Entre os primeiros estão a data, o local, a assinatura, elementos gráficos, timbre etc., que ajudam a situar o texto e, portanto, a estabelecer-lhe a coerência; entre os segundos estão aqueles que trazem

expectativas sobre o conteúdo e a forma do texto: título, autor, início do texto.

- *Situacionalidade*: age em duas direções: da *situação para o texto*, que se deverá determinar em que medida a situação comunicativa interfere na produção/recepção e, portanto, no estabelecimento da coerência; e *do texto para a situação*, em que o produtor passa a recriar o mundo dependendo de seus objetivos, interesses, propósitos, crenças, convicções etc. No primeiro caso (da situação para o texto), faz-se necessário, ao construir um texto, verificar o que é adequado àquela situação específica: variedade dialetal, tratamento a ser dado ao tema, grau de formalidade etc. No segundo caso (do texto para a situação), o mundo criado pelo texto não é uma cópia fiel do mundo real, mas o mundo tal como é visto pelo produtor, partindo de uma determinada perspectiva, tal como de acordo com determinadas intenções. Isso explica o fato de que sempre que duas ou mais pessoas descrevem um objeto, ou uma situação, nunca o fazem da mesma forma, logo os referentes textuais *não são idênticos* aos do mundo real, mas reconstruídos no interior do texto. Por sua vez, o interlocutor passa a interpretar o texto de acordo com a sua ótica, os seus propósitos e as suas convicções, pois há uma *mediação* entre o mundo textual e o mundo real, e vice-versa. É importante que haja uma adequação do texto à situação comunicativa, pois um texto que é coerente em uma dada situação pode não ser em outra.
- *Intencionalidade e aceitabilidade*: a *intencionalidade* refere-se ao modo como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados, haja vista que o produtor tem determinados propósitos, que vão desde a simples intenção de manter ou estabelecer o contato com o

interlocutor até a de agir ou comportar-se de determinada maneira ou levá-lo a partilhar de suas opiniões; a *aceitabilidade* constitui a contraparte da intencionalidade. A intencionalidade tem uma estreita relação com o que se tem chamado de *argumentatividade*: manifestando-se no texto por meio de uma série de marcas ou pistas, tais como: tempos verbais, operadores e conectores argumentativos (até, mesmo, aliás, ao contrário, mas, embora, enfim etc.), os modalizadores (certamente, possivelmente, indubitavelmente, aparentemente etc.), a argumentatividade concederá ao interlocutor a capacidade de construir a sua leitura, entre aquelas que o texto permite, pela maneira como se encontra lingüisticamente estruturado.

- *informatividade*: abrange o grau de previsibilidade da informação contida no texto. Depende de o texto ser *mais* ou *menos* informativo. Isso quer dizer que, se o texto contiver apenas informação redundante ou previsível, seu grau de informatividade será baixo. Por outro lado, ocorrerá um maior grau de informatividade se contiver informação não previsível, além da informação esperada ou previsível. Então, se toda a informação de um texto for imprevisível ou inesperada, terá um grau máximo de informatividade, podendo, à primeira vista, parecer incoerente por exigir do interlocutor um grande esforço de decodificação.
- *focalização*: é concentração do produtor e do interlocutor em apenas uma parte do seu conhecimento e com a perspectiva por meio da qual são vistos os componentes do mundo contido no texto. O produtor fornece ao interlocutor pistas sobre o que está focalizando, ao passo que o este terá de recorrer a conhecimentos partilhados e crenças sobre o que está sendo focalizado, para poder entender o texto (e as palavras que o compõem) de modo adequado.

- *intertextualidade*: para o processamento cognitivo (produção/recepção) de um texto, é preciso recorrer-se ao conhecimento prévio de outros textos. A intertextualidade pode ser de *forma* ou de *conteúdo*: a *intertextualidade de forma* surge quando o produtor de um texto repete trechos, expressões ou enunciados de outros textos, ou, então, o estilo de determinado autor ou de determinados tipos de discurso; a *intertextualidade de conteúdo*, muito constante, surge quando os textos de uma mesma área de conhecimento, de uma mesma época, de uma mesma cultura etc. dialogam, necessariamente, uns com os outros. Exemplos de intertextualidade de conteúdo são as matérias jornalísticas de um mesmo dia, quer do mesmo jornal, quer de jornais diferentes, quer, ainda, de revistas semanais, noticiários de rádio e TV, que dialogam entre si, ao tratarem de um fato em destaque.
- *relevância*: para que um texto seja relevante, é preciso que o conjunto de enunciados que o compõe seja relevante para um mesmo tópico discursivo subjacente, isto é, que os enunciados sejam interpretáveis como falando sobre um mesmo tema.

Koch & Elias (2006), apoiando-se em Van Dijk & Kintsch (1983), propõem agora uma outra tipificação para a coerência.

Coerência sintática:

Está relacionada ao conhecimento lingüístico dos usuários, isto é, diz respeito ao uso adequado das estruturas lingüísticas (em termos de ordem dos elementos, seleção lexical etc.), bem como dos recursos coesivos que facilitam a construção da coerência semântica. (Koch & Elias, 2006: 194-5)

Coerência semântica:

Refere-se às relações de sentido entre as estruturas – palavras ou expressões presentes no texto. (...) para que um texto seja semanticamente coerente, não deve conter contradições de quaisquer conteúdos, postos ou pressupostos. (id. *ibid.*, p.196)

Coerência temática:

Exige que todos os enunciados de um texto sejam relevantes para o tema ou tópico discursivo em desenvolvimento, ou se não o forem, que seja possível ao interlocutor perceber, sem dificuldades, a razão de sua presença no texto. (id. *ibid.*, p.196)

Coerência pragmática:

Está relacionada aos atos de fala que o texto pretende realizar. (...) tais atos devem estar relacionados e obedecer às condições para sua realização. (id. *ibid.*, p.202)

Coerência estilística:

Determina que, em cada situação interativa, o produtor do texto se utilize da variedade de língua adequada, em termos de léxico, estruturas sintáticas etc. (id. *ibid.*, p.203)

Coerência genérica:

Diz respeito às exigências do gênero textual, determinado pela prática social no interior do qual o texto é produzido, isto é, o propósito comunicacional, a forma composicional, o conteúdo temático, o estilo e as condições de produção inerentes a essas práticas. (id. *ibid.*, p.204)

As classificações variam, mas o conceito básico da coerência como um princípio de interpretabilidade, como unidade, como um todo significativo permanece o mesmo em todos os autores.

2.5. Leitura e compreensão

Os princípios da coesão e da coerência são fundamentais para que se compreenda um texto, porém é necessário levar em conta outros elementos importantes da leitura que possibilitem a compreensão do texto.

A leitura atenta é o passo prévio para toda compreensão. Smith (1999: 107-8) diz que *leitura* é

fazer perguntas ao texto escrito. E a leitura com compreensão se torna uma questão de obter respostas para as perguntas feitas. (...) a informação que responde às perguntas é encontrada em um texto escrito ou impresso. Você é capaz de ler uma lista telefônica quando pode encontrar a resposta para a sua pergunta sobre o número da pessoa para quem você quer telefonar. Você pode ler um cardápio quando procura encontrar uma informação sobre a especialidade da casa. Você pode ler um romance ou um texto quando é capaz de obter informação suficiente do mesmo para saber que nenhuma das suas perguntas ficou sem resposta, que não se sente confuso nem perplexo.

Esse “fazer perguntas ao texto” é uma das maneiras de se comprovar a captação de sentidos do texto. Outras maneiras de utilizar a informação retida pela leitura são apresentadas por Guimarães (2004: 196):

Uma maneira de que o leitor dispõe para se dar conta de que efetivamente captou o sentido do texto/discurso consiste em utilizar a informação adquirida por meio da leitura em tarefas que exigem verbalização, tais como parafrasear, resumir, formular e contestar perguntas pertinentes.

A captação de sentidos do texto se dá por meio de vários mecanismos, princípios e elementos observados. É preciso trabalhar com alguns ao mesmo tempo para se chegar a tais possíveis sentidos. A seguir, definem-se alguns itens importantes na compreensão do texto.

a) Significação:

No processo de construção do sentido do texto, uma das maneiras pelas quais se pode chegar à sua idéia global é pela observação dos elementos coesivos e da coerência entre as várias partes dos enunciados. Essa idéia global pode ser chamada de *sentido do texto*.

Segundo Cereja (2005), a construção de sentido se dá pela *significação*, e afirma que esta

existe como capacidade potencial de construir sentido, própria dos signos lingüísticos e das formas gramaticais da língua. É o sentido que esses elementos historicamente assumem, em virtude de seus usos reiterados. É, portanto, um estágio mais estável dos signos e dos enunciados, já que seus elementos, como fruto de uma convenção, podem ser utilizados em diferentes enunciações com as mesmas indicações de sentido.

Percebe-se o fato de o autor citar as *formas gramaticais da língua*. Assim como ele, outros autores são categóricos ao afirmarem que a gramática representa papel muito importante na construção do sentido do texto, pois a *argumentatividade* – “possibilidade de levar o interlocutor a determinados tipos de conclusão, com exclusão de outras, é algo inerente à própria língua” – se dá pela notação das marcas gramaticais inseridas na língua, fazendo com que o leitor chegue a determinadas conclusões, excluindo outras. (cf. Koch, 2002: 160-1).

Para Bakhtin (2003), a construção do sentido vai além da observação das formas gramaticais da língua. O autor afirma que nenhum estudo gramatical pode dispensar as observações acerca da *estilística*:

A gramática (e o léxico) se distingue substancialmente da estilística (alguns autores chegam até a colocá-la em oposição à estilística), mas ao mesmo tempo nenhum estudo de gramática (já nem falo de gramática normativa) pode dispensar observações e incursões

estilísticas. Em toda uma série de casos é como se fosse obliterada a fronteira entre a gramática e a estilística. Bakhtin (2003: 269)

Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss¹¹, *estilística* é “ramo da lingüística que estuda a língua na sua função expressiva, analisando o uso dos processos fônicos, sintáticos e de criação de significados que individualizam estilos”.

Bakhtin (2003: 269) afirma haver um apagamento dos limites entre gramática e estilística. Assim, a construção de significados dependerá não só da observação de uma ou de outra, mas da observação de ambas. Pois, a partir da percepção do *estilo* do texto (*sentidos individualizados*, conforme a definição do dicionário), é possível chegar a algumas conclusões a respeito daquilo que se deseja – por meio dele – transmitir.

Há, de acordo com as idéias apresentadas, maneiras possíveis de se chegar àquilo que o texto transmite. Então, para nós, *significação–construção do sentido–idéia do texto* tornam-se expressões de sentidos equivalentes, pois a finalidade é uma só: a compreensão do texto.

b) Seleção lexical

De acordo com o conceito de intencionalidade, abordado anteriormente, as escolhas feitas pelo produtor do texto revelam as *idéias possíveis* que o leitor deve captar. Confirma-se essa idéia em Benveniste (1989), que fala não só do léxico como também da gramática:

O sentido da frase é de fato a **idéia** que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. (Benveniste, 1989: 230)

¹¹ Texto extraído do site (com acesso em 25-10-2007, 16h55):
<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=estil%EDstica&stype=k>

Segundo Basilio (2004: 25) “o léxico é um depósito de signos construídos” e assim é percebido na leitura, pois há uma idéia preestabelecida para os vocábulos da língua. Um exemplo disso é o paradoxo do jogo semelhança/diferença que há entre as palavras **estátua** e **múmia**: ambas nos remetem a idéia de algo estático, paralisado, porém a primeira traz uma carga semântica positiva, enquanto a segunda nos remete a algo negativo. Há implicações diferentes ao dizer que alguém “está parado como uma estátua”, ou “parado como uma múmia”.

E não é só a mudança de idéia,

a presença de um item lexical pode fazer a diferença entre um texto coerente ou incoerente. O elemento formal funciona aí como o elo que permite ligar as diferentes partes, que antes eram uma seqüência de informações que não faziam sentido, pois não estavam relacionadas entre si. (Kleiman, 2004: 49)

É o cuidado com a seleção lexical que garante a idéia de que a paráfrase seja “um desvio mínimo” (cf. Sant’Anna, 2003: 38), por exemplo, em relação ao um texto original.

c) Polissemia

Os vocábulos têm caráter polissêmico, ou seja, podem assumir dois ou mais sentidos, dependendo do texto em que aparecem. Segundo Voese (2004: 152-3), esse caráter polissêmico

e vago do sentido de uma palavra requer do usuário (...) domínio dos recursos expressivos da língua, de um conjunto de **regras conversacionais ou interativas** que exigem uma enunciação em que estejam presentes a **coerência**, a **coesão** e a **congruência**.

Então,

A noção de **polissemia** (...) obriga a que se atue com a noção de **pista** que, por sua vez, significa que sempre há diferentes possibilidades de interpretação e de compreensão de um texto. Isso exigirá que qualquer interpretação dada esteja **justificada com argumentos** de ordem da língua, do ato de fala, do evento cultural e do discurso, o que significa atuar com conceitos não espontâneos. (Voese, 2004: 152)

A interpretação, assim, passa de objetiva a subjetiva e vice-versa, dependendo da idéia que cada palavra apresenta dentro de dado contexto; e “uma modificação no contexto pode levar a mudanças tanto no léxico, como na organização estrutural das categorias cognitivas.” (Mondada & Dubois, 2003: 25).

A polissemia vai trabalhar a palavra, então, no texto, no contexto em que é inserida, pois não pode haver variação de sentido se a palavra não se relaciona com outras. É a observação desse relacionamento entre as palavras no texto que nos permite dizer qual sentido essa palavra assume. Variando a relação, varia-se também o significado. Ilari & Geraldi (2004: 75) afirmam que

O sentido que a expressão assume então no contexto de fala pouco ou nada tem a ver com o sentido que se poderia esperar para a expressão a partir das palavras que a compõem.

d) Raciocínio lógico:

As palavras podem ter caráter polissêmico, mas – no texto – só podem assumir sentidos autorizados pelo contexto. E para chegar a esses sentidos autorizados o leitor utiliza-se do raciocínio lógico verbal. Palma e Zanotto (2000: 128-9) definem muito bem essa idéia:

Raciocínios são operações mentais que caminham do mais conhecido para o menos conhecido, partem de pressupostos e chegam a uma conclusão. São operações discursivas, por transitar de uma idéia para outra, passando por intermediários e exigindo o uso da palavra;

encadeiam logicamente juízos e deles tiram uma conclusão. O raciocínio concretiza-se no argumento, formalizando-se no silogismo.

O silogismo, segundo o *aristotelismo*, é um raciocínio dedutivo formalmente estruturado a partir de duas proposições (chamadas premissas), das quais se obtém – por inferência – necessariamente uma terceira, que será chamada de conclusão. Tem-se, então, um silogismo no seguinte raciocínio: “Todas as aves têm penas; o pingüim é uma ave; logo, o pingüim tem penas.

Os textos autorizam algumas inferências a partir de informações nele contidas, que – quando articuladas entre si – revelam conclusões coerentes implícitas em marcas textuais.

Ilari & Geraldi (2004) tratam das inferências utilizando em sua obra o termo **implicaturas**. E afirmam que

O uso do termo **implicaturas** se deve ao desejo de distinguir dois fenômenos lingüísticos: o fenômeno do acarretamento, em que se infere uma expressão com base apenas no sentido literal de outra; e o fenômeno de que se trata nesta seção [*implicatura*], em que a derivação de um sentido passa obrigatoriamente pelo contexto (...). (Ilari & Geraldi, 2004: 77)

Pode-se, então, afirmar (cf. Ilari & Geraldi) que a estrutura lingüística do texto fornece *todas* as informações necessárias para que se compreenda um conteúdo pressuposto. A interpretação se faz captando essas informações e ligando-as de maneira lógica a fim de se obter sentido.

e) Relevância textual

Sabe-se que os textos trazem as marcas deixadas pelo produtor para direcionar o entendimento do leitor. É fundamental que no processo de leitura essas marcas sejam decodificadas, percebidas e seguidas, pois indicam o caminho para se chegar a uma interpretação consensual.

Van Dijk (*apud* Solé, 1998: 136) dá-nos uma excelente idéia a respeito disso. Para ele a relevância¹² textual:

refere-se à importância atribuída aos conteúdos de um texto em função de sua estrutura e dos sinais utilizados pelo autor para marcar o que ele considerou mais importante – tema; comentários; sinais semânticos; palavras e frases temáticas; repetições; síntese; recapitulações e introduções; sinais léxicos: ‘o importante...’, ‘o relevante é...’; sinais sintáticos; ordem das palavras e das frases; sinais gráficos: tipo e tamanho das letras, enumerações, grifos.

Ao posicionar-se dessa maneira, Van Dijk concentra muitas das idéias dadas por outros autores, já apresentadas neste texto.

¹² Não podemos confundir a noção *relevância* de que falamos aqui com aquela apresentada por Beaugrande & Dressler (cf. Fávero 2005 e Koch & Travaglia 2003)

2.6. Em conclusão

Com essa visão geral acerca dos vários estudos aqui apresentados, pretendeu-se aproximar as idéias correlacionadas para melhor compreensão dos fenômenos da coesão e da coerência textuais, além de alguns outros princípios, na compreensão/interpretação de texto.

Levando-se em conta o foco do trabalho que ora se apresenta, aplicar-se-á a literatura aqui revista na intenção de encontrar um sentido consensual, objetivo e único para a compreensão de texto das provas de concursos públicos.

Capítulo III – ANÁLISE DO CORPUS

As provas apresentam quantidade variável de questões, mas sempre versam sobre interpretação de texto e gramática. Algumas questões trabalham apenas o aspecto textual, outras apenas o aspecto gramatical, e ainda algumas outras tratam desses dois aspectos conjuntamente.

Como o tema deste trabalho é a interpretação de texto, foram recolhidas apenas questões que tratam desse assunto. Como a gramática é um item importante na compreensão de qualquer texto, uma vez que pode produzir coerência ou – no caso de mal empregada – incoerência, os recursos gramaticais serão utilizados para amparar a observação de elementos coesivos e a percepção de segmentos coerentes/incoerentes.

A teoria vista no **Capítulo I – Revisão da Literatura** servirá de base para a análise das questões das provas de concursos públicos. Para a explicação de uma questão, podemos recorrer a um único princípio ou vários deles. Por esse motivo optou-se, para haver maior liberdade na análise, tratar de cada assunto no momento em que aparece na questão, procurando colocar na seqüência outras questões que tratem do mesmo fato. Por vezes o assunto já terá sido discutido em análise precedente, então apenas se marcará a sua presença sem se repetir a explanação toda a respeito dele.

Para uma melhor percepção da questão da prova, ela estará diagramada de forma distinta da do texto que a analisa (com um recuo maior em relação à margem esquerda e com caracteres diferentes – Times New Roman). A identificação de cada uma das questões é feita com apresentação da entidade que a prepara e o cargo público a se destina, seguidos da data de aplicação da prova.

Dito isso, apresentam-se as análises.

Questões de prova e análises

Um fato importante na leitura é reconhecer a estrutura do texto e assim criar pressupostos para a sua análise. É necessário conhecer as *modalidades de organização textual* para que se possa perceber a intenção do autor e, mais facilmente, captar a idéia que se deseja transmitir, pois a escolha de uma ou outra modalidade pode revelar elementos textuais que ajudam na compreensão do texto, uma vez que cada modalidade tem aspectos distintos para finalidades distintas.

Houve um tempo em que se trabalhavam as *tipologias textuais* como formas fixas e independentes. Os modernos estudos da Lingüística Textual trabalham hoje com a noção de gêneros textuais¹³, ou gêneros discursos – os estudiosos estão divididos entre essas duas nomenclaturas –, e o que se chamava *tipologia textual*, atualmente, classifica-se como *modos de organização do discurso*¹⁴ (cf. Fiorin, 1994).

Descrição, narração e dissertação são os modos como o discurso se organiza. Mas sabe-se que é muito difícil haver no texto apenas uma dessas modalidades. Na verdade, os textos geralmente mesclam modalidades: descrição e narração, descrição e dissertação, narração e dissertação, ou até mesmo os três modos em um único texto.

Perceber, reconhecer e entender o que cada uma dessas modalidades encerra é o primeiro passo para dar início à compreensão de texto, pois cada modo traz em si uma carga de intencionalidade, revelando o posicionamento do produtor do texto e, conseqüentemente, a idéia que procurou – com seu texto – explicitar.

¹³ Sobre esse assunto ver BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2005.

¹⁴ Não se vai, nesse trabalho, distinguir *texto* e *discurso*; aqui, esses termos serão utilizados como sinônimos

Análise de prova (1)

NCE/UFRJ – Análise de Sistemas – Desenvolvimento.

7. Filosofia dos Epitáfios

Saí, afastando-me dos grupos e fingindo ler os epitáfios. E, aliás, gosto dos Epitáfios; eles são, entre a gente civilizada, uma expressão daquele pio e secreto egoísmo que induz o homem a arrancar à morte um farrapo ao menos da sombra que passou. Daí vem, talvez, a tristeza inconsolável dos que sabem os seus mortos na vala comum; parece-lhes que a podridão anônima os alcança a eles mesmos.

(Machado de Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas)

Do ponto de vista da composição, é correto afirmar que o capítulo “Filosofia dos Epitáfios”

- a) é predominantemente dissertativo, servindo os dados do enredo do ambiente como fundo para a digressão.
- b) é predominantemente descritivo, com a suspensão do curso da história dando lugar à construção do cenário.
- c) equilibra em harmonia narração e descrição, à medida que faz avançar a história e cria o cenário de sua ambientação.
- d) é predominantemente narrativo, visto que o narrador evoca os acontecimentos que marcaram sua saída.

O exercício trabalha com a noção de modos de organização do texto. Então, é importante perceber nele as características predominantes:

No primeiro período do texto – “Saí, afastando-me do grupo e fingindo ler os epitáfios.” – aparece um verbo perfectivo; há nesse período uma relação de anterioridade e posterioridade; essas são marcas próprias da *narração*. Porém, no período seguinte os verbos passam ao presente atemporal – característica da *dissertação*. O texto, por conseguinte, é um composto de narração e dissertação, preponderando a dissertação, uma vez que seu discurso é temático (na narração o discurso é figurativo): a “intenção” do autor é discutir a função dos epitáfios.

Outro ponto a se destacar são as relações lógicas que se estabelecem entre as asserções. No texto em análise, observa-se a relação de causa e consequência. Essa relação é marcada pelo advérbio “Daí”, que introduz a consequência em relação ao fato anterior (causa).

Há muitas questões nas provas trabalhando com os modos de organização do discurso. Vejam-se outras:

Análise de prova (2)

NCE/UFRJ – Análise de Sistemas – Desenvolvimento.

(...) em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não as molhar, via-se-lhes a tostada nudez dos braços e do pescoço que elas despiam suspendendo o cabelo todo para o alto do casco; os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pêlo, ao contrário metiam a cabeça bem debaixo da água e

esfregavam com força as ventas e as barbas, fossando e fungando contra as palmas das mãos. As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não se demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas.

(Aluísio Azevedo, O Cortiço)

6. O fragmento acima pode ser considerado:

- a) narrativo, pois ocorre entre seus enunciados uma progressão temporal de modo que um pode ser considerado anterior ao outro.
- b) um típico fragmento dissertativo em que se observam muitos argumentos.
- c) descritivo, pois não ocorre entre os enunciados uma progressão temporal: um enunciado não pode ser considerado anterior ao outro.
- d) descritivo, pois os argumentos apresentados são objetivos e subjetivos.

Notam-se, nesse texto, alguns aspectos importantes:

- a) o discurso é figurativo,
- b) os verbos são usados no pretérito imperfeito,
- c) não há progressão, pois o texto focaliza estados e não transformações,

d) não há entre os enunciados qualquer relação de causalidade, eles podem ser tomados em qualquer ordem.

Todos esses fatores nos remetem à *descrição*.

Análise de prova (3)

Cespe-UnB – Delegado de Polícia Federal.

Texto I – itens de 7 a 10

Diversos municípios brasileiros, especialmente aqueles que se urbanizaram de forma muito rápida, não oferecem à população espaços públicos para a prática de atividades culturais, esportivas e de lazer. A ausência desses espaços limita a criação e o fortalecimento de redes de relações sociais. Em um tecido social esgarçado, a violência é cada vez maior, ameaçando a vida e enclausurando ainda mais as pessoas nos espaços domésticos.

Internet: <<http://www.polis.org.br>> (com adaptações).

Considerando o texto I, julgue os seguintes itens.

- 7 A inserção da palavra **conseqüentemente**, entre vírgulas, antes de “cada vez” (l.6) torna explícita a relação entre idéias desse período e aquelas apresentadas anteriormente no texto.

De acordo com a noção de que o texto dissertativo sempre trará uma relação lógica (aqui de causalidade), percebe-se que a assertiva proposta para

o texto é correta, pois as informações apresentadas no texto garantem o argumento contido no último período.

Nessa questão também se nota a seqüencialização por conexão, citada por Fávero (2005), que se faz por meio de operadores do tipo lógico (disjunção, condicionalidade, causalidade, mediação, complementação, restrição ou delimitação), operadores do discurso (conjunção, disjunção, contrajunção, explicação ou justificação) e pausas (os sinais de pontuação, na escrita). O termo “conseqüentemente” é um operador do tipo lógico, pois junta duas idéias numa relação de causalidade. As pausas também podem ajudar na produção de coerência: “A inserção da palavra **conseqüentemente**, entre vírgulas, antes de “cada vez” (l.6) torna explícita a relação entre idéias desse período e aquelas apresentadas anteriormente no texto.” A assertiva propõe a colocação de vírgulas, o que realmente amplia a noção de conclusão dada pelo advérbio *conseqüentemente*.

Veja-se outra questão que trabalha com operadores do tipo lógico e a pausa (pontuação):

Análise de prova (4)

Cespe-UnB – Delegado de Polícia Federal.

A análise que a sociedade costuma fazer da violência urbana é fundamentada em fatores emocionais, quase sempre gerados por um crime chocante, pela falta de segurança nas ruas do bairro, por preconceito social ou por discriminação. As conclusões dos estudos científicos não são levadas em conta na definição de políticas públicas. Como reflexo dessa atitude, o tratamento da violência evoluiu pouco no decorrer do século XX, ao contrário do que ocorreu com o tratamento das infecções, do câncer ou da AIDS. Nos últimos anos, entretanto,

estão sendo desenvolvidos métodos analíticos mais precisos para avaliar a influência dos fatores econômicos, epidemiológicos e sociológicos associados às raízes sociais da violência urbana: pobreza, impunidade, acesso a armamento, narcotráfico, intolerância social, ruptura de laços familiares, imigração, corrupção de autoridades ou descrédito na justiça.

Dráuzio Varella. Internet: <<http://www.drauziovarella.com.br>>

(com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 2 A expressão “Como reflexo dessa atitude” (l.6) introduz uma idéia que é uma conseqüência em relação à informação antecedente. Portanto poderia, sem prejuízo da correção e do sentido do texto, ser substituída pela palavra **Conseqüentemente**.

Acontece aqui o mesmo processo da questão analisada anteriormente, com alguns acréscimos.

O texto diz: “Como reflexo dessa atitude, o tratamento da violência evoluiu pouco no decorrer do século XX” – note-se que nesse período aparece a expressão *dessa atitude* que, segundo Apothéloz (2003), representa uma *anáfora infiel*, pois a retomada do referente se faz por um hiperônimo: a palavra *atitude* retoma toda a idéia contida nos dois períodos anteriores. Para Marchushi (1999), esse movimento é a *progressão tópica*.

A expressão “Como reflexo dessa atitude” indica resultado de uma ação, conseqüência, ou seja, o *fato* seguinte é resultado do *fato* anterior.

As provas de concursos públicos trabalham muito com textos retirados de jornais, estruturados das mais diversas maneiras. Os textos para cada seção de um jornal são organizados de modo a manifestarem a intenção do autor. Assim, os textos da seção de Artes e Lazer são predominantemente descritivos; os textos contidos na seção de Cotidiano, predominantemente narrativos; e nos Editoriais predomina a dissertação. Os examinadores exploram nas provas esses aspectos.

Análise de prova (5)

FCC – Analista Judiciário – Área Judiciária.

Limites de cotas

As regras anunciadas pela UnB (Universidade de Brasília) para seu programa de cotas raciais para negros e pardos dão bem a medida da inconsistência desse sistema. Os candidatos que pretenderem beneficiar-se das cotas serão fotografados para evitar fraudes.

Uma comissão formada por membros de movimentos ligados à questão da igualdade racial e por “especialistas no tema” decidirá se o candidato possui a cor adequada para usufruir da prerrogativa.

Para além do fato de que soa algo sinistra a criação de comissões encarregadas de avaliar a “pureza racial” de alguém, faz-se oportuno lembrar que, pelo menos para a ciência, o conceito de raça não é aplicável a seres humanos. Os recentes avanços no campo da genômica, por exemplo, já bastaram para mostrar que pode haver mais diferenças genéticas entre dois indivíduos brancos do que entre um branco e um negro. (...)

Esta Folha se opõe à política de cotas por entender que nenhuma forma de discriminação, nem mesmo a chamada

discriminação positiva, pode ser a melhor resposta para o grave problema do racismo. A filosofia por trás das cotas é a de que se poder reparar uma injustiça através de outra, manobra que raramente dá certo. (...)

(Folha de S. Paulo. 22/03/2004, p. A-2)

11. No verbete editorial do dicionário Houaiss, lê-se a seguinte definição:

Artigo em que se discute uma questão, apresentando o ponto de vista do jornal, da empresa jornalística ou do redator-chefe.

Baseando-se nessa definição, é correto afirmar que o texto *Limite das cotas* é, de fato, um editorial, uma vez que

- a) a matéria de que trata é indiscutivelmente polêmica e vem despertando o interesse de boa parte dos leitores.
- b) nele se analisam, de modo isento e equilibrado, as razões de duas abordagens divergentes de uma mesma questão.
- c) há nele uma explicitação inequívoca do seu caráter opinativo, que deixa claro um posicionamento do veículo de informação.
- d) se trata de uma matéria jornalística não assinada, fato que é suficiente para caracterizar a imparcialidade na análise de uma questão.
- e) há nele uma tentativa de levantamento das diferentes e contraditórias opiniões dos redatores de um órgão de imprensa.

Se o **editorial** discute uma questão apresentando um ponto de vista, ele se organiza como uma dissertação. O enunciado da questão informa isso,

portanto para se chegar à resposta é preciso perceber a opção que caracteriza o texto de tal modo.

Outro fato importante a ser notado nessa questão é o emprego da coesão referencial (cf. Fávero 2005), entendida como o primeiro grau de abstração do leitor, pois, por meio dela, o leitor recupera informações dadas no texto. Nessa questão, utilizou-se a reiteração pelo uso de hiperônimo. Esse recurso consiste na referenciação que se faz com o uso de palavra de sentido mais genérico em relação a outra de sentido mais restrito: assento é hiperônimo de cadeira, poltrona, banco etc. Perceba-se que o texto foi extraído do jornal **Folha de S.Paulo**, retomado pelos hiperônimos **veículo de comunicação** (na opção c), e **órgão de imprensa** (na opção e).

A coesão referencial pode ser por *reiteração*, como dito acima, ou por *substituição* – quando um componente lingüístico é retomado (anáfora) ou precedido (catáfora) – por elementos gramaticais. Este é um recurso muito utilizado em provas de concursos públicos.

A coesão referencial por substituição (tanto anáfora quanto a catáfora) trabalha com os elementos gramaticais ou pro-formas gramaticais (cf. Fávero, 2005). Essas pro-formas são assunto recorrente em provas de concursos públicos.

Nota-se, nas duas próximas análises de prova (6 e 7), o uso que se faz de tais pro-formas.

Análise de prova (6)

ESAF – Gestor Fazendário – GEFAZ-MG.

1 Na Grécia e em Roma, o conceito de cidadania tinha um
tom bem diferente do atual. O cidadão grego, mesmo na
áurea época de Péricles, em Atenas, era o nascido de
família cidadã de determinada cidade-estado. Os escravos,
5 os estrangeiros, os “periecos”, moradores da periferia, não
eram cidadãos. Numa cidade-estado, era ínfima a
porcentagem de cidadãos, o que evidencia a presença de
uma cidadania oligárquica nessas cidades. O mesmo pode
10 ser dito de Roma, que dividia seu direito entre *Jus Civile*,
ou direito dos cidadãos, e *Jus Gentium*, o direito das
gentes ou daqueles que não eram cidadãos, que
obviamente tinham menos direitos que os primeiros.

(Roberto de Aguiar, *Ética e Direitos Humanos. In: Desafios
Éticos*, p. 61-62, com adaptações)

08- Assinale a opção em que, de acordo com a argumentação do
texto, a expressão da primeira coluna não se refere à da
segunda coluna.

- a) “o que” (l. 7) > a ínfima porcentagem de cidadãos em uma cidade-estado.
- b) “nessas cidades” (l. 8) > cidades-estado da Grécia antiga.
- c) “O mesmo” (l. 9) > a presença de uma cidadania única.
- d) “que” (l. 12) > aqueles que não eram cidadãos.
- e) “os primeiros” (l. 12) > cidadãos romanos.

Observando a primeira coluna das opções **a**, **b**, **c**, **d** e **e**, notamos que as expressões retiradas do texto são elementos gramaticais (pro-formas) que retomam nomes e informações contidas no texto (cf. Fávero, 2005).

Outra questão – de outra entidade elaboradora de prova de concurso – que trabalha a coesão por substituição, ou as pro-formas:

Análise de prova (7)

FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa.

1 Coerente com a noção de que o pecado marca
fundamentalmente a condição humana como estigma
degradante e que este mundo material é apenas lugar de
perdição ou, na melhor das hipóteses, lugar de penas
5 regeneradoras, o pensamento católico medieval insistiu no
tema da miséria e da indignidade do homem. Indignidade
resultante de Queda, indignidade tornada visceral e que,
sozinho, apenas por si mesmo, apenas com suas parcas
forças o homem não conseguiria superar, necessitando da
10 ação mediadora da Igreja, de seus clérigos, seus
sacramentos. É bem verdade que essa visão pessimista em
relação ao homem e à natureza, que lhe propicia ocasiões
de pecado ou de esquecimento da necessidade de
salvação, encontra seu reverso, na própria Idade Média,
15 no cristianismo de São Francisco de Assis, baseado em
pobreza, alegria e amor à natureza enquanto obra
belíssima de Deus. Essa é justamente uma das
contradições mais fecundas apresentadas pelo universo
religioso medieval (contradição muito bem exposta, em
20 forma romanceada, por Umberto Eco em “O nome da
rosa”). (...) Mas, franciscanismo à parte, a tese que
prevalece na Idade Média como concepção “oficial” da
Igreja é aquela da degradação do homem em decorrência
do pecado original e da natureza como reino da perigosa e

25 tentadora materialidade.

(PESSANHA, José Américo Motta. *Humanismo e pintura. Artepensamento*. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 30-31)

5. Está corretamente indicado o termo a que se refere o pronome destacado em:
- a) **que** lhe propicia ocasiões de pecado (linha 12) – verdade.
 - b) que **lhe** propicia ocasiões de pecado (linha 12) – à natureza.
 - c) **seu** reverso (linha 14) – a necessidade de salvação.
 - d) **Essa** é justamente uma das contradições mais fecundas (linhas 17 e 18) – a natureza enquanto obra belíssima de Deus.
 - e) **aquela** da degradação do homem (linhas 23) – a tese.

Nessa questão notam-se as pro-formas específicas: as pro-formas pronominais da língua:

Na opção **a**, apresenta-se a palavra **que**, pronome relativo, tendo como referente, no texto, “essa visão”. A assertiva é falsa, pois propõe a ligação entre **que** e **verdade**.

Na opção **b**, apresenta-se a palavra **lhe**, pronome clítico, tendo como referente, no texto, “o homem”. A assertiva é falsa, uma vez propõe a ligação entre **lhe** e **à natureza**.

Na opção **c**, apresenta-se a palavra **seu**, pronome possessivo, tendo como referente, no texto, “essa visão pessimista”. A assertiva é falsa, visto que propõe a ligação entre **seu** e **a necessidade de salvação**.

Na opção **d**, apresenta-se a palavra **essa**, pronome demonstrativo, tendo como referente, no texto, toda a idéia apresentada anteriormente. Assim, a assertiva é falsa, por propor a ligação entre **essa** e **a natureza enquanto obra belíssima de Deus**.

Na opção **e**, apresenta-se a palavra **aquela**, pronome demonstrativo, tendo como referente, no texto, “a tese”. Essa ligação é verdadeira, por isso representa a opção a ser assinalada como correta.

O leitor deve estar atento às flexões de gênero e número e também aos aspectos regenciais dos pronomes, pois esses componentes gramaticais – além de muitos outros estilísticos, esquemáticos e retóricos – são responsáveis também pela “tessitura” do texto (cf. Fávero & Koch, 1994).

Análise de prova (8) ¹⁵

Cespe-UnB – Delegado de Polícia Federal.

Texto I – itens de 19 a 22

- 1 Diversos municípios brasileiros, especialmente aqueles que se urbanizaram de forma muito rápida, não oferecem à população espaços públicos para a prática de atividades culturais, esportivas e de lazer. A ausência desses espaços
- 5 limita a criação e fortalecimento de redes de relações sociais. Em um tecido social esgarçado, a violência é cada vez maior, ameaçando a vida e enclausurando ainda mais as pessoas nos espaços domésticos.

(Internet: <http://www.polis.org.br>, com adaptações)

¹⁵ Apresentam-se, aqui, três questões em referências aos dois textos.

Considerando o texto I, julgue os seguintes itens.

- 21 A expressão “ainda mais” (l. 7) reforça a idéia implícita de que há dois motivos para o enclausuramento das pessoas: falta de espaços públicos que favoreçam as relações sociais com atividades culturais, esportivas e de lazer e o aumento da ameaça de violência.

Texto II – itens de 22 a 24

- 1 Entre os primatas, o aumento da densidade populacional não conduz necessariamente à violência desenfreada. Diante da redução do espaço físico, criamos leis mais fortes para controlar os impulsos individuais e impedir a barbárie. Tal estratégia de sobrevivência tem lógica evolucionista: descendemos de ancestrais que tiveram sucesso na defesa da integridade de seus grupos; os incapazes de fazê-lo não deixaram descendentes. Definitivamente, não somos como os ratos.

*(Dráuzio Varella. Internet: <http://www.drauziovarella.com.br>,
com adaptações)*

Acerca dos textos I e II, julgue os itens a seguir.

- 22 Tanto no texto I como no II, a questão do espaço físico como um dos fatores intervenientes no processo de intensificação da violência é vista sob o prisma da densidade populacional excessiva.
- 23 Como a escolha de estruturas gramaticais pode evidenciar informações pressupostas e significações implícitas, no texto B, o emprego da forma verbal em primeira pessoa –

“criamos” (l. 3) – autoriza a inferência de que os seres humanos pertencem à ordem dos primatas.

- 24 Por funcionar como um recurso coesivo de substituição de idéias já apresentadas, no texto II, a expressão “Tal estratégia de sobrevivência” (l. 5) retoma o termo antecedente “violência desenfreada” (l. 2).

As questões elaboradas pelo Cespe-UnB devem ser julgadas uma a uma como *certas* ou *erradas*. E, para análise dessas questões, vários princípios da coesão e da coerência serão levados em conta. Por isso, comentar-se-ão as questões uma a uma.

Questão 21: coesão seqüencial *stricto sensu*, implicaturas ou inferências e seleção lexical – Note-se a assertiva, com grifo nosso: “A expressão ‘ainda mais’ (l. 7) reforça a idéia implícita de que há dois motivos para o enclausuramento das pessoas: falta de espaços públicos que favoreçam as relações sociais com atividades culturais, esportivas e de lazer e o aumento da ameaça de violência.” *Ainda mais* funciona como um operador do tipo lógico (cf. Fávero, 2005), imprimindo ao texto a idéia de inclusão: se a violência aumenta AINDA MAIS o enclausuramento, é porque outra coisa também faz isso: são as inferências percebidas a partir de marcas textuais deixadas pelo autor (cf. Ilari & Geraldi, 2004; Leite, 1985). Com base em tal idéia, chegamos ao conceito de que a produção de um texto envolve – entre outras coisas – a organização das idéias e a escolha de palavras (cf. Cagliari, 1996; Benveniste, 1989), que podemos também tratar como seleção lexical (cf. Kleiman, 2004), pois um item lexical que se acrescenta ao texto pode fazer a diferença entre a coerência e a incoerência.

Questão 22: intertextualidade – A fim de se chegar ao julgamento da questão como certa ou errada, é necessário ler ambos os textos e verificar as

idéias contidas em cada um deles, relacionando-as num processo cognitivo (produção e recepção, chamando por Beaugrande & Dressler (*apud* Fávero, 2005) de *intertextualidade de conteúdo*: quando os textos dialogam uns com os outros. A assertiva feita nessa questão está errada, pois “a questão do espaço físico como um dos fatores intervenientes no processo de intensificação da violência” não é vista nos dois textos “sob o prisma da densidade populacional excessiva”.

Questão 23: intencionalidade e aceitabilidade – A intencionalidade tem a ver com o produtor do texto, que – por ter determinados propósitos – organiza o texto de modo a obter o efeito desejado; a aceitabilidade está relacionada ao modo como o leitor percebe o texto, tem a ver com a argumentatividade, que concede a esse leitor a capacidade de construir sua leitura entre aquelas permitidas pelo texto (cf. Beaugrande & Dressler, 1981). A intencionalidade (ou intencionalidade/aceitabilidade) manifesta-se nas marcas textuais; no caso da questão em análise, por meio da forma verbal escolhida – “criamos”, 1ª pessoa do plural –, por meio da qual se nota a inclusão do leitor (*ser humano*) na fala do autor.

Questão 24: coesão referencial por substituição e coesão recorrencial por paráfrase (cf. Fávero, 2005) – A coesão referencial por substituição acontece pela troca de um componente lingüístico por uma proforma: na questão em análise isso acontece com o termo “tal” em “Tal estratégia de sobrevivência”. A coesão recorrencial por paráfrase consiste na reformulação de um enunciado anteriormente dado, mantendo *uma relação de equivalência semântica*. Os enunciadores da questão afirmam ser a expressão “estratégia de sobrevivência, em “Tal estratégia de sobrevivência”, paráfrase de “violência desenfreada”. Isso está errado, pois o termo “estratégia de sobrevivência” remete o leitor ao fato de “*criarmos*” leis mais fortes para conter a violência diante da redução do espaço físico.

Uma leitura atenta do texto garante o acerto da resposta. Por isso é preciso que todo candidato conheça os recursos de coesão para que possa bem utilizá-los durante a interpretação do texto da prova.

Koch (2004) fala da coesão por elipse, ou seja, a substituição por zero. Oculta-se um item lexical ou gramatical. Esse tipo de coesão é explorado nas provas, como na questão a seguir:

Análise de prova (9)

FCC – Analista do Banco Central – Área 5.

Atenção: As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto apresentado abaixo

O segredo da acumulação primitiva

Numa coluna publicada na Folha de São Paulo, o jornalista Elio Gaspari evocava o drama recente de um navio de crianças escravas errando ao largo da costa do Benin. Ao ler o texto – que era inspirado –, o navio tornava-se uma metáfora de toda a África subsaariana: ilha à deriva, mistura de leprosário com campo de extermínio e reserva de mão-de-obra para migrações desesperadas.

Elio Gaspari propunha um termo para designar esse povo móvel e desesperado: “os cidadãos descartáveis”. “Massas de homens e mulheres são arrancados de seus meios de subsistência e jogados no mercado de trabalho como proletários livres, desprotegidos e sem direitos.” São palavras de Marx, quando ele descreve a “acumulação primitiva”, ou seja, o processo que, no

século XVI, criou as condições necessárias ao surgimento do capitalismo.

Para que ganhássemos nosso mundo moderno, foi necessário, por exemplo, que os servos feudais fossem, à força, expropriados do pedacinho de terra que podiam cultivar para sustentar-se. Massas inteiras se encontravam, assim, paradoxalmente livres da servidão, mas obrigadas a vender seu trabalho para sobreviver.

Quatro ou cinco séculos mais tarde, essa violência não deveria ter acabado? Ao que parece, o século XX pediu uma espécie de segunda rodada, um ajuste: a criação de sujeitos descartáveis globais para um capitalismo global.

Simple continuação ou repetição? Talvez haja uma diferença – pequena, mas substancial – entre as massas do século XVI e os migrantes da globalização: as primeiras foram arrancadas de seu meio de subsistência, os segundos são expropriados de seu lugar pela violência da fome, por exemplo, mas quase sempre eles recebem em troca um devaneio. O protótipo poderia ser o prospecto que, um século atrás, seduzia os emigrantes europeus: sonhos de posse, de bem-estar e de ascensão social.

As condições para que o capitalismo invente sua versão neoliberal são subjetivas. A expropriação que torna essa passagem possível é psicológica: necessita que sejamos arrancados nem tanto de nossos meios de subsistência, mas de nossa comunidade restrita, familiar e social, para sermos lançados numa procura infinita de **status** (e, hipoteticamente, de bem-estar) definido pelo acesso a bens e serviços. Arrancados de nós mesmos, deveremos querer ardentemente ser algo além do que somos.

Depois da liberdade de vender a nossa força de trabalho, a “acumulação primitiva” do neoliberalismo nos oferece a

liberdade de mudar e subir na vida, ou seja, de cultivar visões, sonhos e devaneios de aventura e sucesso. E, desde o prospecto do emigrante, a oferta vem se aprimorando. A partir dos anos 60, a televisão forneceu os sonhos para que o campo não só devesse, mas quisesse, ir para a cidade.

O requisito para que a máquina neoliberal funcione é mais refinado do que a venda dos mesmos sabonetes ou filmes para todos. Trata-se de alimentar um sonho infinito de perfectibilidade e, portanto, uma insatisfação radical. Não é pouca coisa: é necessário promover e vender objetos e serviços por eles serem indispensáveis para alcançarmos nossos ideais de **status**, de bem-estar e de felicidade, mas, ao mesmo tempo, é preciso que toda satisfação conclusiva permaneça impossível.

Para fomentar o sujeito neoliberal, o que importa não é lhe vender mais uma roupa, uma cortina ou uma lipoaspiração; é alimentar nele sonhos de elegância perfeita, casa perfeita e corpo perfeito. Pois esses sonhos perpetuam o sentimento de nossa inadequação e garantem, assim, que ele seja parte inalterável, definidora, da personalidade contemporânea.

Provavelmente seria uma catástrofe se pudéssemos, de repente, acalmar nossa insatisfação. Aconteceria uma queda total do índice de confiança dos consumidores. Bolsas e economias iriam para o brejo. Desemprego, crise, etc.

Melhor deixar como está. No entanto, a coisa não fica bem. Do meu pequeno observatório psicanalítico, parece que o permanente sentimento de inadequação faz do sujeito neoliberal uma espécie de sonhador descartável, que corre atrás da miragem de sua felicidade como um trem descontrolado, sem condutor, acelerando progressivamente por inércia – até que os trilhos não agüentem mais.

*(Contardo Calligaris, Terra de ninguém.
São Paulo: Publifolha, 2002)*

Nota: O autor desse texto, Contardo Calligaris, é psicanalista e foi professor de estudos culturais na *New School* de Nova York. Faz parte do corpo docente do *Institute for the Study of Violence*, em Boston. É também colunista da Folha de São Paulo.

10. Para se evitar repetição de palavras, expressões ou frases, pode-se recorrer a uma elipse: embora não se represente de novo na frase, o elemento oculto estará subentendido.

Considerando-se o contexto, há elipse em:

- a) **na vida** em (...) *a acumulação primitiva nos oferece a liberdade de mudar e subir na vida, ou seja, de cultivar visões, sonhos e devaneios de aventura e sucesso.*
- b) **sonho infinito** em *trata-se de alimentar um sonho infinito de perfectibilidade e, portanto, uma insatisfação radical.*
- c) **o que importa** em (...) *o que importa não é lhe vender mais uma roupa, uma cortina ou uma lipoaspiração; é alimentar nele sonhos de elegância perfeita, casa perfeita e corpo perfeito.*
- d) **pudéssemos** em *provavelmente seria uma catástrofe se pudéssemos, de repente, aclamar a nossa insatisfação.*
- e) **o sentimento** em *pois esses sonhos perpetuam o sentimento de nossa inadequação e garantem, assim, que ele seja parte inalterável, definidora, da personalidade contemporânea.*

O que se nota no segmento “c” é o ocultamento de uma oração logo após o ponto-e-vírgula: *o que importa não é lhe vender mais uma roupa, uma*

cortina ou uma lipoaspiração; [O QUE IMPORTA] é alimentar nele sonhos de elegância perfeita, casa perfeita e corpo perfeito

Familiarizar-se com os termos utilizados para nomear fatos da coesão é muito importante para os concorrentes a concursos públicos, pois tais termos sempre aparecem. Eis outra questão cuja resposta depende desse conhecimento.

Análise de prova (10)

Cespe-UnB – Bolsa-prêmio de Vocação para a Diplomacia.

1 Píndaro nos preveniu de que o futuro é muralha
espa, além da qual não podemos vislumbrar um só
segundo. O poeta tanto admirava a força, a agilidade e a
coragem de seus contemporâneos nas competições dos
5 estádios quanto compreendia a fragilidade dos seres
humanos no curto instante da vida. Dele é a constatação
de que o homem é apenas o sonho de uma sombra. Apesar
de tudo, ele se consolará no mesmo poema: e como a vida
é bela!

10 O século XX, que para alguns foi curto, para outros
foi dilatado em seu sofrimento. Foi o século da mais
renhida luta entre a opressão totalitária e a dignidade dos
seres humanos. É provável que nele não tenha havido um
só dia sem algum confronto bélico. Mas, em que século os
15 seres humanos conheceram a paz?

Todos os tempos são opressivos, mas o nosso tempo
é o mais pesado de todos, e não só porque nele nos toca

viver. A tecnologia nunca serviu tanto à tortura, ao vilipêndio e à morte quanto serve hoje. Não há mais
 20 liberdade em nenhum lugar do mundo: os satélites nos ouvem e nos seguem pelas câmeras de televisão, pelo telefone celular, pelo uso do cartão de crédito, pelo desenho de nossos olhos. Podemos morrer, ao atender a
 25 controle remoto impedem aos prisioneiros um direito sempre reconhecido, o de buscar a própria liberdade.

Mauro Santayana. Sonhos e sombras. In: Correio Braziliense. "Opinião", 1.º/1/2003 (com adaptações).

- 12 As expressões “O poeta” (l. 3), “Dele” (l. 6) e “ele” (l. 8) constituem uma cadeia anafórica relativa a um mesmo referente: “Píndaro” (l. 1).

O termo *cadeia anafórica* pode representar um problema para o candidato despreparado. É possível, também, que um fato da coesão seja cobrado na prova sem que o seu nome apareça no comando da questão, da seguinte maneira:

Análise de prova (11)

NCE/UFRJ – Análise de Sistemas – Desenvolvimento.

1. Em texto da Folha de S.Paulo, um morador das margens de uma grande rodovia declarava o seguinte:

Hoje já passaram por aqui milhares de caminhões e automóveis, mas eu e

minha família já estamos habituados com isso; os garotos até brincam, jogando pedra nos pneus.

Há, nesse texto, um conjunto de palavras cujo significado depende da enunciação, ou seja, da situação em que o texto foi produzido. Entre as alternativas abaixo, aquela que indica um termo que NÃO está nesse caso é:

- a) hoje;
- b) aqui;
- c) eu;
- d) minha família;
- e) isso.

Note-se que a questão trata da *referenciação exofórica* (cf. Apothéloz, 2003) ou da *déixis* (cf. Guimarães, 2002). Na referenciação exofórica ou dêixis, o referente encontra-se fora do texto, como diz o comando da questão: “Há, nesse texto, um conjunto de palavras cujo significado depende da enunciação, ou seja, da situação em que o texto foi produzido.” Esse tipo de referência depende do contexto. É preciso que se conheça a situação comunicativa, para que seu sentido se preencha no texto. Os elementos contidos no texto que nos remetem à enunciação (contexto) são os dêiticos.

Observe-se os itens lexicais dados em cada opção:

a) hoje – o referente desse termo é o dia em que o texto foi produzido, e tal informação não está no cotexto, ou contexto lingüístico, é uma informação contida no contexto da enunciação;

b) aqui – o referente desse termo é o bairro, a cidade, o estado, o país em que mora o produtor do texto – como *Folha de S. Paulo* é um jornal da cidade de São Paulo, pode-se supor que “aqui” se refira a esta cidade, novamente uma informação extratextual;

c) eu – o referente desse termo não está contido no texto, supõe-se que esse “eu” se refira ao produtor do texto; assim, para termos a referência desse termo, precisaríamos conhecer o contexto da enunciação: conhecer a sua identidade do produtor do texto, seu nome, ou outras coisas que o caracterizem;

d) minha família – outra vez o referente desse termo está fora do texto, como apresenta um pronome (possessivo) de primeira pessoa, supõe-se que tenha o mesmo referente do pronome da opção **c** (eu);

e) isso – o referente desse pronome está no texto, ou seja é parte do cotexto: o pronome “isso” remete o leitor a: “passaram por aqui milhares de caminhões e automóveis”.

As opções **a**, **b**, **c** e **d** trabalham com a dêixis (referenciação exofórica), a opção **e** trabalha com a anáfora (referenciação endofórica).

De acordo que o que se lê em Marcuschi (1999), a evolução referencial trata as pro-formas citadas nas análises anteriores como *objetos-do-discurso* (cf. Mondada & Dubois, 2003) e os apresenta em dois processos. Um desses processos é o da *progressão referencial*, que para ele é a questão da introdução, identificação, preservação e continuação dos referentes textuais. Pode-se notar tal idéia em muitas questões.

Análise de prova (12)

ESAF – Analista de Finanças e Controle – AFC (SFC).

12. Indique a ordem em que os itens devem se organizar no texto, de modo a preservar-lhe a coesão e coerência (Baseado no texto de José Onofre).

1. O País não é um velho senhor desencantado com a vida que trata de acomodar-se.
 2. O Brasil tem memória curta.
 3. É mais como um desses milhões de jovens malnascidos cujo único dote é um ego dominante e predador, que o impele para a frente e para cima, impedindo que a miséria onde nasceu e cresceu lhe sirva de freio.
 4. "Não lembro", responde, "faz muito tempo".
 5. Lembra o personagem de Humphrey Bogart em Casablanca, quando lhe perguntaram o que fizera na noite anterior.
 6. Mas esta memória curta, de que políticos e jornalistas reclamam tanto, não é, como no caso de Bogart, uma tentativa de esquecer os lances mais penosos de seu passado, um conjunto de desilusões e perdas que leva ao cinismo e à indiferença.
- a) 1, 2, 6, 5, 4, 3.
 - b) 2, 5, 4, 6, 3, 1.
 - c) 2, 6, 1, 3, 5, 4.
 - d) 1, 5, 4, 6, 3, 2.
 - e) 2, 5, 4, 1, 6, 3

Com base na idéia de progressão referencial, devem-se, primeiramente, identificar os elementos textuais anafóricos ou catafóricos, para

que se perceba qual dos itens poderá (por não conter elemento anafórico) iniciar o texto: o item 1 traz a palavra “País” escrita com inicial maiúscula, isso que dizer que o nome próprio desse país já deve ter aparecido anteriormente (hiperônimo); o item 2 não apresenta elemento anafórico – pode, portanto, iniciar o texto –; o item 3 é iniciado por um verbo com sujeito oculto, que deve ter o seu referencial num segmento anterior a ele; o item 4, além de apresentar um sujeito oculto, traz o verbo “responde”, ou seja, haverá uma indagação anterior a esse trecho; o item 5 deve ser o predecessor do item 4: há o verbo “perguntou” – que está ligado semanticamente a “responde” do item 4 –, e há também o agente desse verbo: “Humphrey Bogart”; o item 6 é iniciado por “Mas”, uma disjunção¹⁶ o que o impede de, em ordem direta, iniciar uma idéia.

Identificados os elementos anafóricos, devem-se identificar os referenciais e a continuidade.

Note-se, em relação à continuidade, que no item 5 aparece “Humphrey Bogart, em Casablanca”, o que representa a apresentação de uma informação nova que se relaciona a “Bogart”, no item 6, representando a informação velha. A esse aspecto da coesão Fávero (2005) dá o nome de *recorrencial*, aproximando-se, assim, da idéia de Brown & Yule (1983).

Há no item 6 (cf. Fávero, 2005) o processo de *reiteração*, pela repetição do mesmo item lexical: “Mas esta memória curta” no item 6 retoma “memória curta” do item 2.

Agora, o texto reorganizado:

O Brasil tem memória curta. Lembra o personagem de Humphrey Bogart em Casablanca, quando lhe perguntaram o que fizera na noite anterior. “Não lembro”, responde, “faz muito tempo”. Mas esta memória curta, de que políticos e jornalistas reclamam tanto, não é, como no caso de Bogart, uma

¹⁶ Sobre essa classificação veja FÁVERO, Leonor Lopes (2005). *Coesão e coerência textuais*. 10ª ed. São Paulo: Ática. (Série Princípios)

tentativa de esquecer os lances mais penosos de seu passado, um conjunto de desilusões e perdas que leva ao cinismo e à indiferença. É mais como um desses milhões de jovens malnascidos cujo único dote é um ego dominante e predador, que o impele para a frente e para cima, impedindo que a miséria onde nasceu e cresceu lhe sirva de freio. O País não é um velho senhor desencantado com a vida que trata de acomodar-se.

Sob o ponto de vista de Van Dijk & Kintsch (1983), esse exercício trabalha com a *coerência sintática* (emprego de conectivos, pronomes, sintagmas nominais), que é a mesma visão – e sistemática – retomada por Koch & Elias (2006).

A progressão de idéias é fato importante na interpretação dos textos das provas de concursos públicos, e é um assunto tratado por Charolles (1988). Em sua obra são apresentadas meta-regras microestruturais e macroestruturais, uma delas (a segunda meta-regra) diz respeito à progressão textual: um texto coerente exige progressão semântica. Eis uma questão em que tal processo é o fator resolutivo.

Análise de prova (13)

ESAF – Analista de Finanças e Controle – AFC (SFC).

37. Identifique a letra que contém a introdução apropriada para integrar o trecho abaixo.

Mesmo tão diminutas, são as responsáveis pelas reações químicas que ocorrem nos seres vivos, dos vegetais e microorganismos ao homem. São as enzimas.

- a) Elas medem pouco menos de um milésimo de milímetro e estão presentes, aos milhares, em todas as células.
- b) Uma enzima é uma molécula de proteína, formada por uma seqüência de aminoácidos.
- c) Não se tem notícia de outro ingrediente envolvido em tantos processos industriais e de tão grande potencial para novas aplicações.
- d) Elas só foram descobertas no século passado. Até então, a transformação química de substâncias orgânicas que resultava em bebidas e pão, por exemplo, era mal compreendida.
- e) Cada célula possui milhares de moléculas de enzimas, cada uma exercendo sua função catalisadora sobre uma substância específica chamada de substrato.

Um fato da progressão a ser notado é que o texto trabalha com o “suspense”: apresenta as características de algo desconhecido, para no final (apenas no último período) nomeá-lo. Essa progressão deve ser mantida para que haja coerência. Assim, opções que tragam a palavra “enzima”, ou seja, a identificação do “desconhecido”, não podem aparecer na introdução do texto, pois esta deve preservar esse “enigma”.

Percebido esse fato, deve-se ainda trabalhar a *coesão por conjunção* (cf. Fávero, 2005), aquela que estabelece relações significativas entre as orações do período. Nesse texto, isso se dá pelo uso da locução conjuncional *mesmo que* – locução conjuncional concessiva. Essa locução indica que é feita uma “exceção” em relação ao que se disse anteriormente. Por isso, ao afirmar “Mesmo tão diminutas”, percebe-se que no período anterior se faz alguma referência ao tamanho – diminuto – desse ser que se caracteriza no texto (as enzimas).

A coesão está presente em diversas questões, das mais simples às mais complexas. Tais como:

Análise de prova (14)

ESAF – Analista de Finanças e Controle – AFC (SFC).

17. Os princípios da coerência e da coesão não foram violados em:

- a) O Santos foi o time que fez a melhor campanha do campeonato. Teria, no entanto, que ser o campeão este ano.
- b) Apesar da Sabesp estar tratando a água da Represa de Guarapiranga, portanto o gosto da água nas regiões sul e oeste da cidade melhorou.
- c) Mesmo que os deputados que deponham na CPI e ajudem a elucidar os episódios obscuros do caso dos precatórios, a confiança na instituição não foi abalada.
- d) O ministro reafirmou que é preciso manter a todo custo o plano de estabilização econômica, sob pena de termos a volta da inflação.
- e) Antes de fazer ilações irresponsáveis acerca das medidas econômicas, deve-se procurar conhecer as razões que por isso as motivaram.

O que se percebe aqui é o uso equivocado (em quatro opções) dos operadores do tipo lógico:

a) utilizou-se uma expressão de contrariedade (“no entanto”) enquanto a idéia que se percebe entre as frases é de conclusão – “portanto”, ou outra expressão sinonímica, deveria ligar as duas partes;

b) neste item há duas orações iniciadas por conjunção (“Apesar de”, concessiva / “portanto”, conclusiva), mas não há uma oração principal servido de apoio às duas conjuntivas;

c) aqui o que há é o emprego equivocado de um pronome relativo “que” – deve se tirado de frase: “Mesmo que os deputados **que** deponham na CPI”; há também uma relação equivocada de concessão afirmativa e uma outra oração negativa: “Mesmo que os deputados deponham na CPI e ajudem a elucidar o episódio obscuro do caso dos precatórios a confiança na instituição NÃO foi abalada.” – é preciso tirar o advérbio de negação para que a frase se torne coerente.

d) está correta;

e) há, nesta opção, uma expressão conclusiva usada indevidamente (“por isso”), pois o texto que a segue não tem esse valor conclusivo imposto por ela: “deve-se procurar conhecer as razões que as motivaram.”

Análise de prova (15)¹⁷

Cespe-UnB – Bolsa-prêmio de Vocação para a Diplomacia.

Texto II – itens de 42 a 51

1 Ter um ministro negro no Supremo Tribunal Federal representa um avanço, não há dúvida, em um país onde os negros há séculos são passageiros de terceira

¹⁷ Apresentam-se, aqui, duas questões em referência ao mesmo texto

classe. Igualmente, representa muito ter negros no
 5 ministério, uma boa bancada negra no Congresso, negros
 na diretoria de grandes empresas, na universidade, nas
 profissões chamadas liberais e na imprensa. Tudo o que
 signifique para os negros possibilidades de ascensão
 social mais amplas do que as oferecidas pelo antigo e
 10 caricato binômio futebol/música popular representará um
 passo importante na criação de uma sociedade harmônica
 e civilizada. Ainda assim...

Ainda assim, fica-se cogitando se a ênfase não está
 sendo posta na ponta errada da contradição social. Temos
 15 um negro no Supremo, mas não os temos entre os
 garçons, nos restaurantes dos Jardins, em São Paulo.
 Temos negros no ministério e no Congresso, mas faltam
 negros nas lojas dos *shopping centers* chiques das várias
 cidades do país. O desemprego entre os negros é maior do
 20 que entre os brancos não só por causa do nível
 educacional mais baixo, mas também da barreira odiosa
 representada pelo medo do patrão de, recrutando-os,
 espantar a freguesia, quando não se espantam eles
 próprios. É o estigma de outra caricata tradição da vida
 25 brasileira, aquela que se esconde sob o rótulo sinistro da
 “boa aparência”.

*Roberto Pompeu de Toledo. Negros, coronéis — e
 Sócrates. In: Veja, 14/5/2003, p. 130 (com adaptações)*

Julgue os itens que se seguem quanto ao emprego das
 estruturas lingüísticas do texto II.

48 No período entre as linhas 17 e 19, a coesão se constrói
 misturando plural e singular.

- 51 O pronome demonstrativo “aquela” (l. 25) desempenha no texto a mesma função de coesão que o pronome “a” desempenharia.

O item 48 dessa prova trabalha com a coesão seqüencial (cf. Fávero, 2005), pois utiliza procedimentos lingüísticos por meio dos quais as relações semânticas ou pragmáticas são estabelecidas, à medida que o texto progride. Nota-se isso no trecho citado ao se fixar o entendimento nos destaques dados a alguns termos:

“Temos um negro no Supremo, mas não os temos entre os garçons, nos restaurantes dos Jardins, em São Paulo. Temos negros no ministério e no Congresso, mas faltam negros nas lojas dos *shopping centers* chiques das várias cidades do país.”

Já o item 51 trabalha com a coesão gramatical: “aquela” é um pronome demonstrativo – elemento coesivo anafórico –, e pode ser substituído por “a” – que também se classifica e funciona da mesma maneira que “aquela”. Pode-se perceber isso pela simples substituição de um termo por outro:

“É o estigma de outra caricata tradição da vida brasileira, **aquela** que se esconde sob o rótulo sinistro da “boa aparência”. / “É o estigma de outra caricata tradição da vida brasileira, **a** que se esconde sob o rótulo sinistro da “boa aparência”.

Outro recurso muito utilizado na interpretação de texto em provas de concursos públicos é a *paráfrase*: uma atividade de reformulação, ou seja, dizer a mesma coisa com outras palavras (cf. Fávero *et alii*, 2003; Sant’Anna, 2003 e Fávero, 2005). É um recurso recorrente para se comprovar o entendimento de um texto.

Análise de prova (16)

ESAF – Auditor-Fiscal da Previdência Social.

18. Marque a opção que não constitui paráfrase do segmento abaixo:

"O abolicionismo, que logrou pôr fim à escravidão nas Antilhas Britânicas, teve peso ponderável na política antinegreira dos governos britânicos durante a primeira metade do século passado. Mas tiveram peso também os interesses capitalistas, comerciais e industriais, que desejavam expandir o mercado ultramarino, de produtos industriais e viam na inevitável miséria do trabalhador escravo um obstáculo para este desiderato."

(P. Singer, A formação da classe operária, São Paulo, Atual, 1988, p.44)

- a) Na primeira metade do século passado, a despeito da forte pressão do mercado ultramarino em criar consumidores potenciais para seus produtos industriais, foi o movimento abolicionista o motor que pôs cobro à miséria do trabalhador escravo.
- b) A política antinegreira da Grã-Bretanha na primeira metade do século passado foi fortemente influenciada não só pelo ideário abolicionista como também pela pressão das necessidades comerciais e industriais emergentes.
- c) Os interesses capitalistas que buscavam ampliar o mercado para seus produtos industriais tiveram peso considerável na formulação da política antinegreira inglesa, mas teve-o também a consciência liberal antiescravista.

- d) Teve peso considerável na política antinegreira britânica, o abolicionismo. Mas as forças de mercado tiveram também peso, pois precisavam dispor de consumidores para seus produtos.
- e) Ocorreu uma combinação de idealismo e interesses materiais, na primeira metade do século XIX, na formulação da política britânica de oposição à escravidão negreira.

Uma das maneiras de se comprovar a captação do sentido do texto é parafraseá-lo (cf. Guimarães, 2004). Isso garante a compreensão do sentido original. Pode-se mudar a ordem dos termos da oração, a ordem das orações dentro dos períodos, pode-se também trocar palavras por seus sinônimos.

Nessa questão em análise, percebe-se alguma alteração na ordem das informações contidas no texto, mas todas elas mantendo a sua idéia, exceto na opção “a”, pois surge a expressão “a despeito de”, que exclui um dos itens citado no texto como responsável pela libertação dos escravos nas Antilhas Britânicas: “Na primeira metade do século passado, a despeito da forte pressão do mercado ultramarino em criar consumidores potenciais para seus produtos industriais, foi o movimento abolicionista o motor que pôs cobro à miséria do trabalhador escravo.” O leitor deve estar atento a essas pequenas mudanças, pois o uso equivocado de um operador lógico pode alterar substancialmente a idéia do texto.

Apresenta-se, a seguir, uma questão que se resolve pela observação do conceito de paráfrase:

Análise de prova (17)

Cespe-UnB – Técnico Ministerial – Assistente Administrativo.

O discurso que procura limitar a atuação dos movimentos de defesa dos direitos humanos a uma questão policial carrega grande distorção. Muitos acabam sem responder a uma indagação que amiúde surge na boca daqueles que pretendem esvaziar o discurso acerca dos direitos humanos: “e os direitos humanos da vítima?” Parece até que existem duas espécies de direitos humanos: o dos marginalizados e o das vítimas. Direitos humanos constituem um instrumento forjado para defender a pessoa humana de modo geral e não, apenas, um indivíduo qualquer, seja ele criminoso, seja ele vítima de crimes. A violação dos direitos humanos dissemina-se não só por meio das transgressões à lei, mas também pelo exercício abusivo do poder político e do poder econômico. A violação de um direito, seja ele de uma pessoa, seja de um grupo de pessoas, está permanente e estruturalmente subordinada ao autor da violação, mas não se deve esquecer de que há fatores sociais e econômicos envolvidos na questão.

Maurício José Nardini. Papel do ministério público na promoção dos direitos humanos. Internet: <www.drmaycon.hpg.ig.com.br> (com adaptações).

Considerando as idéias e aspectos lingüísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 5 Mantêm-se a correção gramatical e a coerência textual com a seguinte reescrita do primeiro período sintático do texto: É altamente distorcido o discurso que procura limitar a

atuação dos movimentos de defesa dos direitos humanos à questão policial.

Nesta questão trabalha-se a substituição de itens lexicais por outros de sentido equivalente, ou seja, faz-se uma paráfrase do texto original.

Na proposta de substituição dada pelo enunciador da questão:

“É altamente distorcido o discurso que procura limitar a atuação dos movimentos de defesa dos direitos humanos à questão policial.”

houve uma inversão na ordem dos termos da frase, houve a alteração de uma expressão formada por verbo + substantivo (**carrega distorção**) por outra constituída de verbo + adjetivo (**é ... distorcido**), e a troca do adjetivo **grande** (distorção) pelo advérbio **altamente** (distorcido). Essas mudanças não provocam alteração do sentido original do primeiro período do texto (*O discurso que procura limitar a atuação dos movimentos de defesa dos direitos humanos a uma questão policial carrega grande distorção*), uma vez que a troca foi feita por termos possíveis [**grande** (adj.) + **distorção** (subst.) / **altamente** (adv.) + **distorcido** (adj.)]

Análise de prova (18)

Cespe-UnB – Técnico Ministerial – Assistente Administrativo.

Um dos mais fortes argumentos contra qualquer espécie de racismo vem das recentes descobertas no campo da genética, que consolidaram, no campo científico, a idéia bastante conhecida atualmente de que todos os seres humanos existentes hoje em dia são originários de um mesmo grupo de homínídeos

que viveram na África Ocidental há dezenas de milhares de anos.

As pesquisas realizadas pelo geneticista Marc Feldman, professor da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, que comparou os códigos genéticos de 1.056 voluntários de 52 regiões do planeta, revelaram diferenças tão pequenas que a única conclusão possível é a de que toda a humanidade descende de uma população bem pequena. Os cálculos matemáticos efetuados levaram à conclusão de que duas mil pessoas que viviam no continente africano há 70.000 anos são a origem da população atual da Terra.

Essa população, por motivos ainda desconhecidos, migrou em direção ao norte, passando pelo Oriente Médio, povoando a Europa e a Ásia e posteriormente migrando dessa região para o continente americano e demais partes do mundo.

Reinaldo Dias. Antepassados humanos comuns. In: Introdução à sociologia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005, p. 175 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, relativos aos sentidos e às estruturas lingüísticas do texto acima.

- 9 O último período do texto pode ser reescrito, com coerência e correção gramatical, da seguinte forma: Essa população, que, por motivos ainda não conhecidos, migrou em direção ao norte, passou pelo Oriente Médio, povoou a Europa e a Ásia e, posteriormente, migrou dessa região para a América e para as demais partes do planeta.

Para resolver essa questão, o leitor precisa utilizar seus conhecimentos gramaticais, pois a oração principal (**migrou em direção ao norte**), virou oração subordinada adjetiva (**que migrou em direção ao norte**); e as orações subordinadas reduzidas de gerúndio (**passando pelo Oriente...**, **povoando a Europa...**, **migrando depois...**) viraram orações principais (**passou pelo...**, **povoou a Europa...**, **migrou depois...**)

Utilizar a equivalência existente entre uma oração desenvolvida e uma oração reduzida que desempenhe a mesma função sintática é uma forma de parafrasear o texto. É assim que o conhecimento gramatical contribui para a construção do sentido do texto.

Para alguns autores, a paráfrase pode alterar, sim, o sentido do texto (cf. Fávero *et alii*, 2003; Sant'Anna, 2003 e Fávero 2005). Para a interpretação objetiva do texto em provas de concursos públicos, isso não deve acontecer, pois, ao ser solicitada uma paráfrase – por seus princípios básicos –, supõe-se que se deseje estabelecer outro texto de mesmo teor informativo.

Porém, algumas vezes, a paráfrase com alteração de sentido do texto original também aparece em provas de concursos públicos. Nesse caso, o enunciador deve deixar claro no comando da questão que isso (a mudança de sentido) pode acontecer. Tal fato se percebe na análise da próxima questão.

Análise de prova (19)

ESAF – Auditor-Fiscal da Previdência Social.

38. Marque, entre as opções propostas, aquela que não contém, ainda que parcialmente, as mesmas idéias expressas no trecho abaixo:

"A reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma peça cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção. Por outro lado, o escravo auto-representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autonômica."

(F. H. Cardoso)

- a) Do ponto de vista jurídico é obvio que, no sul como no resto do país, o escravo era uma coisa, sujeita ao poder e à propriedade de outrem...
- b) ... o escravo não encontra a condição de pessoa humana objetivada no respeito e nas expectativas formadas em torno de si pelos homens livres, pelos senhores.
- c) A liberdade desejada e impossível apresentava-se, pois como mera necessidade subjetiva de afirmação, que não encontrava condições para realizar-se concretamente.
- d) ... o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado coisa, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações com "sentido", pois eram ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos senhores.
- e) ... a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos.

Há, nessa questão, o problema vocabular, pois o leitor deve reconhecer a palavra "reificação", ou captar o seu sentido no co-texto, o que é perfeitamente possível aqui. E deve atentar para o fato de que as paráfrases

apresentadas (opções: a, b, d, e) acrescentam informação ao texto base, ou seja, vão além daquilo que o texto afirma. Isso não deve ser levado em conta, pois o comando da questão já o previa:

“Marque, entre as opções propostas, aquela que não contém, ainda que parcialmente, as mesmas idéias expressas no trecho abaixo.” [grifo nosso].

Além da paráfrase, pode-se destacar nesse trecho um outro aspecto interessante da coesão e da coerência: o uso dos operadores seqüenciais “Por um lado” e “Por outro lado”. Segundo Fávero (2005), trata-se da **coesão seqüencial *stricto sensu***. É pelo uso dessas partículas que se chega à idéia expressa pelo substantivo “reificação”.

“A reificação do escravo produzia-se **objetiva(1)** e **subjetivamente(2)**. **Por um lado(1)**, tornava-se uma peça cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção. **Por outro lado(2)**, o escravo auto-representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autonômica.” Isso quer dizer que: objetivamente (1), o escravo era “uma peça” (1); e subjetivamente (2), o escravo é “um ser incapaz de ação autonômica”. Tanto pela visão objetiva quanto subjetiva, o escravo era uma *coisa*. Era essa a idéia que deveria ser mantida nas paráfrases propostas, mesmo que houvesse algum acréscimo à essa idéia.

Outra interpretação que reforça a idéia do texto apresentado é o paralelismo das estruturas sintáticas. Para Fávero (2005), esse paralelismo caracteriza a *coesão recorrencial*, pela qual há sempre uma informação nova que se articula com a informação velha, e esse paralelismo das estruturas garante que a informação nova não se perca, atribuindo coerência ao texto.

A coesão recorrencial por paralelismo pode também atribuir sentidos novos ao termo que se repete. Pode-se dizer, por exemplo, que existem “médicos” e “Médicos”. O recurso gráfico da letra maiúscula no segundo termo

do paralelismo atribui a ele um grau de importância muito maior do que o percebido no primeiro. O simples fato de se repetirem os nomes (*recorrência de termos*) já dá a entender que há médicos diferentes. É o que se explora no exercício seguinte.

Análise de prova (20)

FCC – Analista Judiciário – Área Administrativa.

Atenção: As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto apresentado abaixo

Instituições e instituições

O homem não vive sem as instituições – sejam elas políticas, religiosas, jurídicas, financeiras, educacionais, esportivas ou de qualquer outra natureza, importância e amplitude. Do pequeno clube recreativo do interior ao Estado nacional ou à Igreja milenar, temos criado desde nossa origem instituições de todo tipo, por meio das quais nos agrupamos em torno dos mais distintos interesses, que tanto podem ser a devoção por uma escola de samba como a implantação de um sistema nacional de educação. As instituições, entendidas nesse amplo espectro, nascem, crescem e se transformam ou morrem segundo as necessidades nossas. Em princípio, elas são criadas para assegurar os fundamentos da ordem, da organização, da parceria, do conagraçamento, do espírito coletivo. Estamos conscientes de que, sem elas, imperaria o caos, a barbárie, a violência, a lei da selva.

No entanto, mesmo com a multiplicação das instituições, não conhecemos nenhuma época histórica que não tenha sido

marcada por conflitos, ódios e terremotos sociais. Isto nos leva a crer que, embora necessárias, múltiplas e atuantes, as instituições não asseguram o ordenamento social, a propagação da justiça, a harmonização dos interesses. Pode mesmo ocorrer o contrário: há instituições ditas “organizadas” que prosperam na atividade criminosa, disseminando o mandonismo, o ódio e a violência. Isso significa que a criação mesma de instituições pode ser motivada por um instinto destrutivo, discriminativo, hostil aos princípios básicos da civilização. “Crime organizado”, “formação de quadrilha”, “corporativismo” são expressões que lembram os diferentes modos pelos quais se podem instituir forças socialmente negativas e deletérias.

Uma grande dificuldade é a de discernir entre as instituições saudáveis, que de fato correspondem a algum interesse social, e aquelas que só se instalam como aparelho organizacional para mesquinamente auferir vantagens, cercear direitos, garantir privilégios. Outra grande dificuldade está em distinguir, dentro das instituições públicas oficiais, democraticamente criadas, os indivíduos ou grupos de indivíduos que se valem exatamente da imagem de legitimidade delas para, furtivamente, fazerem valer seus interesses particulares. O efeito desse tipo de ação é dos mais nefastos: quando se desmoraliza, pela ação de uma pequena parcela de delinqüentes, a imagem de uma instituição pública saudável e necessária, propaga-se a crença de que a sociedade deve ser controlada pelo poder da força. Isso leva, como a História tem mostrado, à implantação das piores ditaduras, dos regimes de exceção, do autoritarismo e do sectarismo terrorista – exemplos das instituições macabras que os homens – lamentavelmente – criam contra sua própria humanidade.

(Saulo de Magalhães)

1. A repetição de palavra que há no título desse texto – **Instituições e instituições** – justifica-se porque, com esse procedimento, o autor
 - a) encarece, de modo enfático, a importância que as instituições saudáveis assumem em qualquer tipo de organização.
 - b) considera a necessidade de discernir entre as instituições de efetivo valor social e as manipuladas por interesses reprováveis.
 - c) manifesta sua descrença nas instituições que se multiplicam para melhor contemplar os interesses mesquinhos de grupos minoritários.
 - d) alude à divisão entre as instituições permanentes, como a da Igreja e as transitórias, como de uma corporação pouco expressiva.
 - e) acentua a necessidade social de preservar as instituições, adaptando-as para isso, às diferentes contingências históricas.

A repetição da palavra *instituições* acontece para mostrar as diferenças entre “as instituições saudáveis, que de fato correspondem a algum interesse social, e aquelas que só se instalam como aparelho organizacional para mesquinamente auferir vantagens, cercear direitos, garantir privilégios.” – opção b.

Ao se repetir no título a palavra *instituições*, pensa-se logo na ênfase dada à palavra por meio dessa repetição, mas a leitura do texto nos leva a perceber significados diferentes para a mesma palavra. De acordo com Van Dijk & Kintsch (1983), isso pode ser entendido como a **coerência semântica**, na qual a relação entre os significados tem a ver com as seqüências textuais

utilizadas nas frases (coerência local), ou no texto como um todo (coerência global). De acordo com a progressão textual, percebemos que o autor caracteriza vários tipos de instituições, e – com base nisso – ao voltarmos ao título, percebemos as diferentes significações para **instituições e instituições**.

Pelo desenvolvimento do texto, o leitor percebe a diferença entre as diversas instituições, pois relaciona os fatos que se denotam no texto às coisas ligadas ao mundo real, ou possível. Essa é a meta-regra da relação, na concepção de Charolles (1988). É essa interação entre texto e mundo que dão as dimensões distintas para as palavras repetidas no título do texto.

Análise de prova (21)

Cespe-UnB – Analista Judiciário – Área Administrativa.

1 A chegada da Ouvidoria, no Brasil, começa com a
chegada dos portugueses, em 1500. Inicialmente, a função
da justiça era exercida pelo Rei, que, auxiliado por
funcionários, já à época chamados ouvidores, resolvia as
5 questões relacionadas ao dia-a-dia da Colônia. Dotados
inicialmente de pouquíssimo poder de decisão, tais
funcionários de el-Rei organizaram-se gradativamente e
constituíram a Casa de Justiça da Corte, que, com o tempo,
evoluiu para a chamada Casa de Suplicação, órgão judicial
10 responsável pelo julgamento das apelações dos cidadãos
nas causas criminais que envolvessem sentenças de morte.
Foi, porém, Tomé de Sousa, em 1549, quem
verdadeiramente deu início à estruturação do Poder
Judiciário no Brasil, ao estabelecer o Governo-Geral e
15 trazer o primeiro Ouvidor-Geral, Pero Borges.

Internet: <[HTTP://www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)>.

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Pelos sentidos do texto, a substituição de “à época” (l. 4) seja por **nessa época**, seja por **naquela época** preserva a coesão textual e a correção gramatical do texto.

Nessa questão trabalha-se a coesão endofórica (cf. Apothéloz, 2003), classificada por Fávero (2005) como coesão referencial por substituição. Nota-se que as expressões **nessa época** e **naquela época** trazem o mesmo referencial citado no texto, a chegada dos portugueses em 1500: “A chegada da Ouvidoria, no Brasil, começa com a chegada dos portugueses, em 1500. Inicialmente, a função da justiça era exercida pelo Rei, que, auxiliado por funcionários, já à época chamados ouvidores (...).”

O que se substitui, na verdade, são as pro-formas (cf. Fávero, 2005). Em **à época**, aparecem a preposição **A** e o artigo definido **A**; nas substituições propostas, surgem a preposição **EM** (em ambas) e os pronomes demonstrativos **ESSA** e **AQUELA** – **nessa** e **naquela**. As substituições feitas não alteram o referente, mas apenas o determinante do nome **época**. É preciso perceber o uso temporal das locuções (**à época**, **nessa época** e **naquela época**) e conhecer a função anafórica dos pronomes demonstrativos para se chegar à conclusão de que a assertiva feita pela banca examinadora está correta.

Análise de prova (22)¹⁸

Cespe-UnB – Procurador Federal de 2ª Categoria.

¹⁸ Apresentam-se, aqui, duas questões em referência aos mesmos textos.

Texto A

O sistema de cotas – no qual um determinado número de vagas, seja na universidade ou em uma empresa privada, é destinado a afro-descendentes – faz parte de um conjunto de políticas de ação afirmativa. Como o objetivo é corrigir desvantagens provocadas pela defasagem socioeconômica e educacional dos negros, costuma ser praticado durante um período de tempo determinado, ou seja, até que as distorções sejam corrigidas.

Vários países adotam sistema. In: Correio Braziliense, 27/2/2002, “Tema do dia”, p.7 (com adaptações)

Texto B

Ora, parece-me fora de dúvida que o problema da desproporção da presença de afro-descendentes nas universidades tem raiz anterior: a falta de acesso a um ensino fundamental (e médio) público, de boa qualidade, que habilite qualquer dos excluídos, sejam negros, indígenas, pobres ou trabalhadores vindos das classes sociais menos favorecidas, a concorrer, em paridade com os “bem-nascidos”, a uma vaga nas universidades. É, em suma, a correção da profunda desigualdade social e econômica da sociedade brasileira que está a merecer das autoridades uma solução. Não resolve o problema da discriminação a garantia de acesso à universidade aos que não tiveram assegurado o ensino básico em escolas públicas, com a mesma qualidade do que é oferecido na maioria das escolas particulares e confessionais.

Tratar do problema de acesso à educação no Brasil, país de grandes desigualdades econômicas e sociais, é o mesmo que tratar da exclusão social. O problema tem, na verdade, raiz na desigualdade, e forçoso é convir que também o descendente de branco, mas pobre, não ingressa na universidade, especialmente nas públicas. O afro-descendente, se não tem acesso ao ensino

superior, não é porque é negro, mas porque é, em geral, pobre. Sendo pobre, continuará freqüentando escolas públicas que não lhe darão condições para uma posterior formação universitária. Quem duvida de que, assegurado a todos – afro-descendentes ou não – o acesso ao ensino básico de qualidade, a luta por uma vaga na universidade não seria mais justa e menos discriminatória?

Mônica Sifuentes. A quota de afro-descendentes nas universidades.

In: Correio Braziliense, "Direito & Justiça", 18/2/2002, p.1 (com adaptações)

Em relação aos textos A e B, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto A é expositivo, aproxima-se da linguagem conceitual da definição, enquanto o texto B é argumentativo e defende uma idéia contrária à adoção da medida conceituada no texto A.

- 3 O recurso retórico da indagação, utilizado ao final do texto B, poderia também ser utilizado no texto A, caso este constituísse um verbete de dicionário.

Essas duas questões (1 e 3) trabalham dois princípios da coerência: intertextualidade de conteúdo e a interação texto/leitor (conhecimento compartilhado).

Na questão 1, nota-se a intertextualidade, ou seja, o relacionamento que existe entre os assuntos tratados no texto A e no texto B. Beaugrande & Dressler (1981) classificam essa relação como *intertextualidade de conteúdo*: são os *diálogos* que os textos mantêm entre si; eles devem tratar de uma mesma área de conhecimento, de uma mesma época, de uma mesma cultura

etc. Os textos A e B falam do sistema de cotas das universidades, com vagas destinadas a afro-descendentes. Depois de perceber a idéia central de cada um deles é possível concluir que tal questão é correta.

Sabe-se que o estabelecimento da coerência de um texto está, também, na correspondência entre os conhecimentos existentes nele e o conhecimento de mundo do leitor. Assim, a coerência se firma na interação entre texto e leitor. Na questão 3, é essa interação que nos levará a concluir que a assertiva lá presente é falsa, pois diz que “O recurso retórico da indagação, utilizado ao final do texto B, poderia também ser utilizado no texto A, caso este constituísse um verbete de dicionário. Koch & Elias (2006), reinterpretando a obra de Van Dijk & Kintsch (1983), falam da coerência genérica: aquela que se dá pelas exigências do gênero textual: conteúdo temático, estilo, propósito comunicacional e forma composicional. Um dicionário tem como propósito comunicacional esclarecer dúvidas e não suscitá-las. O conhecimento do leitor a respeito das características do gênero textual *dicionário* é o que resolve a questão.

Análise de Prova (23)

FCC – Analista Judiciário – Execução de Mandados.

Atenção: As questões de número 21 a 25 referem-se ao texto que segue.

Imagens banalizadas

A tecnologia proporciona verdadeiros milagres, mas também produz alguma banalização. Nunca se tirou tanta fotografia instantânea como hoje: em todo lugar há gente promovendo a permanência de um instante, que imediatamente se ilumina na tela minúscula de uma câmera digital ou de um

telefone celular. Impossível não lembrar as fotos antigas, quando o fotógrafo, investido de alguma solenidade, pedia aos fotografados que se preparassem, que posassem, e de repente acionava o botão, e triunfava: – Pronto! E era esperar algum tempo para que a foto fosse revelada e encaminhada ao álbum da família. Na pressa de hoje, os “cliques” das maquininhas eletrônicas disparam como metralhadoras, as pessoas mal têm tempo para ver as fotos e logo, enfadadas, apagam-nas. As eventualmente selecionadas costumam ir parar nos arquivos de um computador. Mais cedo ou mais tarde, serão igualmente apagados. De fato, o tempo está passando cada vez mais rápido.

(Ruiz de Souza Oviedo, inédito)

24. No contexto, os segmentos associam-se numa relação de causa e efeito – nesta ordem – em:

- (A) verdadeiros milagres / alguma banalização.
- (B) investido de alguma solenidade / de repente acionava o botão.
- (C) ir parar nos arquivos / eventualmente selecionadas.
- (D) acionava o botão / triunfava.
- (E) mais cedo ou mais tarde / apagados.

A resposta a ser assinalada é letra D. Pode-se chegar a ela pela observação da **coesão seqüencial *stricto sensu*** (cf. Fávero, 2005), em que o texto progride sem haver retomada; é a *seqüência temporal* do texto que nos permite perceber a relação de causa (anterioridade) e efeito (posterioridade) existente entres os termos *acionava o botão / triunfava*: “o fotógrafo, investido de alguma solenidade, pedia aos fotografados que se preparassem, que posassem, e de repente acionava o botão, e triunfava”. A ordenação linear presente nas ações descritas é que leva o leitor à idéia de causa e efeito.

Nas opções A, B e E, o que existe é simultaneidade:

A – *verdadeiros milagres / alguma banalização*. Ao mesmo tempo em que a tecnologia proporciona verdadeiros milagres, ela também produz a banalização: “A tecnologia proporciona verdadeiros milagres, mas também produz alguma banalização”.

B – investido de alguma solenidade / de repente acionava o botão. “investido de alguma solenidade” representa o modo como o fotógrafo desenvolvia as suas ações: “o fotógrafo, investido de alguma solenidade, pedia aos fotografados que se preparassem, que posassem, e de repente acionava o botão”.

E – *mais cedo ou mais tarde / apagados*. “mais cedo ou mais tarde” representa o momento em que os arquivos das fotos serão apagados: “as pessoas mal têm tempo para ver as fotos e logo, enfadadas, apagam-nas. As eventualmente selecionadas costumam ir parar nos arquivos de um computador. Mais cedo ou mais tarde, serão igualmente apagados.”

Na letra C – *ir parar nos arquivos / eventualmente selecionadas*, existe também a idéia de progressão temporal (uma coisa acontecendo depois da outra): “as pessoas mal têm tempo para ver as fotos e logo, enfadadas, apagam-nas. As eventualmente selecionadas costumam ir parar nos arquivos de um computador.” Porém, o enunciado da questão solicitou “causa e efeito – nesta ordem”. E no texto: “eventualmente selecionadas” é anterioridade, “ir parar nos arquivos” é posterioridade. Logo, a letra C não satisfaz a exigência do enunciado.

Análise de prova (24)

Cespe-UnB – Petróleo do Brasil S.A. (Petrobras) – Administrador(a)
Júnior.

1 O aumento do controle e do uso, por parte do
homem, da energia contida nos combustíveis fósseis,
abundantes e baratos, foi determinante para as
transformações econômicas, sociais, tecnológicas – e
5 infelizmente ambientais – que vêm ocorrendo desde a
Revolução Industrial.

Dentre as conseqüências ambientais do processo de
industrialização e do inerente e progressivo consumo de
combustíveis fósseis – leia-se energia –, destaca-se o
10 aumento da contaminação do ar por gases e material
particulado provenientes justamente da queima desses
combustíveis.

Cabe lembrar que o efeito estufa existe na Terra
independentemente da ação do homem. É importante que
15 este fenômeno não seja visto como um problema: sem o
efeito estufa, o Sol não conseguiria aquecer a Terra o
suficiente para que ela fosse habitável. Portanto o problema
não é o efeito estufa, mas, sim, sua intensificação.

20 A mudança climática coloca em questão os padrões
de produção e consumo hoje vigentes. Atualmente fala-se
muito em descarbonizar a matriz energética mundial, isto é,
em aumentar a participação das energias renováveis em
detrimento de combustíveis fósseis. Isto seria uma
25 condição necessária mas não suficiente para a atenuação da
mudança do clima, que depende também de outras
mudanças na infra-estrutura, na tecnologia e na economia.

*André Santos Pereira. Mudança climática e energias
renováveis. (com adaptações)*

Julgue os seguintes itens, a respeito do texto acima.

- 6 Ficam preservadas a coerência textual e a correção gramatical do texto, ao se substituir o sinal de dois-pontos depois de “problema” (l. 15) pela conjunção **pois**, precedida e seguida de vírgula.

Aqui, mais uma vez, se percebe a **coesão seqüencial *stricto sensu***, agora por conexão, vista em Fávero (2005). É interessante notar que esse tipo de coesão surge no texto em forma de pausa – pelo uso do sinal de dois-pontos –, e na questão proposta em forma de operador do discurso – conjunção **pois**.

“É importante que este fenômeno não seja visto como um problema: sem o efeito estufa, o Sol não conseguiria aquecer a Terra o suficiente para que ela fosse habitável.” – o sinal de dois-pontos introduz uma explicação para que o fenômeno não seja visto como um problema. Pelo fato de ser um sinal de pausa explicativo, ele pode ser substituído pela conjunção coordenativa explicativa **pois**, mantendo-se assim a coerência do texto e a correção gramatical: É importante que este fenômeno não seja visto como um problema, pois, sem o efeito estufa, o Sol não conseguiria aquecer a Terra o suficiente para que ela fosse habitável.

Análise de prova (25)

FCC – Agente Vistor I.

Atenção: As questões de número 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Cidadania e igualdade

Mais do que em outras épocas na nossa história, o momento em que ingressamos num novo século exige a construção da cidadania e a implementação dos direitos humanos como tarefa de urgência. Realizá-la implica uma série de atitudes que envolvem, antes de mais nada, o indivíduo, seu grupo, a comunidade e os diversos segmentos da sociedade. Impõe-se a cada pessoa o desafio de acreditar – ou voltar a acreditar, se perdeu tal crença – na possibilidade de uma sociedade justa e solidária, exercitando uma nova consciência crítica, conhecendo a realidade de suas várias nuances e mudando o que precisa ser mudado para uma vida melhor.

Ter consciência crítica significa também saber analisar, com realismo, as causas e os efeitos das situações que precisam ser enfrentadas, para, a partir dessa atitude, descobrir os melhores caminhos na busca da transformação social, política, econômica e cultural. Significa, do mesmo modo, abrir-se para as mudanças e capacitar-se, de todas as formas, para absorvê-las. Há hoje cada vez mais espaço para ações de parceria voltadas ao desenvolvimento sustentado e à realização dos direitos humanos.

O desafio apresenta-se de duas formas. De um lado, é preciso abrir-se para além dos círculos fechados em que as pessoas normalmente vivem, estimulando o respeito e a cooperação por uma sociedade com menores desigualdades, e de outro, para exercer o direito de cobrar das instituições do Estado a sua responsabilidade na preservação dos direitos humanos. O desafio essencial de cada um de nós é e sempre será fazer respeitar a nossa condição de ser humano vocacionado a uma vida digna e solidária.

O princípio de igualdade é a base da cidadania e fundamenta qualquer constituição democrática que se proponha a valorizar o cidadão. Não é diferente com a nossa. Na

Constituição de 1988, o direito à igualdade destaca-se como tema prioritário logo no seu artigo 5º:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”

(Guia Cidadania e Comunidade)

4. No contexto do 1º parágrafo, os elementos que constituem a enumeração *o indivíduo, o seu grupo, a comunidade e os diversos segmentos sociais*

- (A) estão dispostos numa ordem casual e arbitrária.
- (B) obedecem à seqüência lógica do mais geral para o mais particular.
- (C) são todos eles alternativos e excludentes entre si.
- (D) estão dispostos numa progressão do particular para o geral.
- (E) são todos eles sinônimos entre si.

Percebe-se que os elementos que constituem a enumeração *o indivíduo, o seu grupo, a comunidade e os diversos segmentos sociais* estão dispostos numa progressão do particular para o geral (opção D).

Trata-se da coesão referencial por reiteração (cf. Fávero 2005), ou seja, repetição de expressões do texto. No caso desta questão, a reiteração se dá pelo emprego de hiperônimos (nomes mais genéricos em relação a outros) e hipônimos (nomes mais específicos em relação a outros). O hipônimo sempre está contido em um hiperônimo: *indivíduo* está contido em *grupo*; *grupo* está contido em *comunidade*; *comunidade* está contido em *segmentos sociais*.

Apothéloz (2003) classifica o uso dos hiperônimos como anáfora infiel, pois a retomada se dá por um outro nome, sempre distinto do primeiro.

Levar o leitor a perceber as relações semânticas entre os nomes – dentre muitos outros recursos – ajuda, esse leitor, a ampliar o seu vocabulário e, conseqüentemente, o seu conhecimento de mundo. Quanto maior o conhecimento prévio, mais *fácil* se torna a compreensão dos textos.

A anáfora infiel (cf. Apothéloz, 2003) sempre aparece em provas de concursos públicos. A próxima questão trata desse assunto.

Análise de prova (26)

FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa.

Atenção: As questões de número 15 a 20 referem-se ao texto que segue.

Durante os períodos eleitorais muito se fala do voto como expressão do exercício de cidadania. No entanto, o conceito de cidadania não se esgota no direito de eleger e de ser eleito para compor os órgãos estatais incumbidos de elaborar, executar e fazer cumprir as leis. Ao contrário, o conceito de cidadania, como um dos fundamentais da República, é mais que o mero exercício do direito do voto.

A cidadania compreende, além disso, o direito de apresentar projetos de lei diretamente às casas legislativas, de peticionar ou de representar aos poderes públicos. Em verdade, a cidadania exige, no Estado Democrático de Direito, que os cidadãos participem nos negócios públicos – elegendo ou sendo

eleitos como representantes do povo –, principalmente intervindo no processo de elaboração e na fiscalização das leis, não apenas em defesa de interesses próprios, mas dos de toda a sociedade.

Vê-se, pois, como é conveniente que os cidadãos tenham pelo menos boas noções de processo legislativo, para saber como e quando devem nele intervir, em defesa do interesse comum. A educação, por exemplo, é assunto de interesse público, porque sempre foi não apenas a ferramenta essencial da construção da cultura e da civilização, mas o instrumento supremo da sobrevivência humana e de sua evolução. Foi ela que permitiu aos homens, cada vez mais, uma elaborada adaptação ao meio ambiente, ao longo de incontáveis eras. Foi e continua sendo o grande diferencial na história evolutiva da humanidade.

Por sua reconhecida importância estratégica para a vida das pessoas e do País, a educação é apresentada como prioridade nos diferentes programas de candidatos a cargos executivos e legislativos.

*(Adaptado de Cláudio Fonseca, **Jornal dos Professores, CPP**, p. 7, julho de 2006)*

17. *A cidadania compreende, além disso, o direito de apresentar projetos de lei ... (início do 2º parágrafo)*

A expressão pronominal grifada acima evita a repetição, no contexto, do segmento:

- (A) dos direitos eleitorais.
- (B) do conceito de cidadania.
- (C) do mero exercício do voto.
- (D) do respeito aos princípios democráticos.

(E) da expressão da vontade geral.

A expressão pronominal *disso* (preposição *de* + pronome demonstrativo *isso*) retoma a idéia de a cidadania ser mais que “o mero exercício do voto”. Os princípios da coesão que nos garantem afirmar isso são: a anáfora infiel, segundo Apothéloz (2003), e a coesão referencial por substituição, segundo Fávero (2005). Esta, ao citar a coesão referencial por substituição, fala do conceito de *pro-forma*.

As pro-formas são elementos gramaticais que, mesmo tendo baixa densidade significativa, sempre trazem as marcas daquilo que substitui. Assim é possível pela concordância, por exemplo, perceber o referente da pro-forma: João informou a Maria que precisava estudar. O sujeito oculto aqui prejudica o entendimento da frase, já o uso de pro-forma pronominal – ele ou ela – deixaria o texto claro: João informou a Maria que ele precisava estudar. Ou: João informou a Maria que ela precisava estudar.

Koch (2004) trabalha também com as pro-formas: a coesão por substituição consiste na colocação de um item no lugar de outro elemento do texto, e – para a autora – as pro-formas podem substituir até mesmo uma oração inteira. Isso é o que acontece na questão em análise: a expressão pronominal *disso* não tem como referente um nome, tem como referente uma oração inteira: *a cidadania não é o mero exercício de votar*.

Apresenta-se, a seguir, outra questão a respeito do assunto discutido na questão anterior: anáfora com pro-formas pronominais (sempre muito presente nas provas de concursos públicos).

Análise de prova (27)

FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa.

Atenção: As questões de número 31 a 38 referem-se ao texto que segue.

A arte brasileira da conversa não é de fácil aprendizado. Como toda arte, exige antes de mais nada uma verdadeira vocação. Essa vocação se aprimora ao longo do caminho que vai da inocência à experiência. Como em toda arte. [...]

Falo precisamente no bate-papo, erigido numa das mais requintadas instituições nacionais.

Mas por que arte brasileira? Os outros povos acaso não batem papo? [...] Este não deve ter finalidade alguma, senão a de matar o tempo da melhor maneira possível. É coisa de latino em geral e de brasileiro em particular: fazer da conversa não um meio, mas um fim em si mesmo. Se não me engano, essa é a distância que separa a ciência da arte.

No papo bem batido, a discussão não passa de uma motivação, sem intuito de convencer ninguém, nem de provar que se tem razão. Os que nela se envolvem devem estar sempre prontos a reconhecer, no íntimo, que poderiam muito bem passar a defender o ponto de vista oposto, desde que os que o defendem fizessem o mesmo. Os temas devem ser de uma apaixonante gratuidade, a ponto de permitir que, no desenrolar da conversa, de súbito ninguém mais saiba o que se está discutindo. [...]

Além disso a discussão, ainda que gratuita, pode exaurir o papo diante de uma impossível opção, como a de saber qual é o melhor, Tolstoi ou Dostoievski, Corcel ou Opala, Caetano ou Chico. A menos que ocorra ao discutidor o recurso daquele outro, hábil em conduzir o papo, que teve de se calar quando, no

melhor da argumentação sobre energia atômica, soube que estava discutindo com um professor de física nuclear:

– Você é presidencialista ou parlamentarista? – pergunta então.

– Presidencialista.

– Pois eu sou parlamentarista.

E começaram a discutir.

Mais ardente praticante do que este, só mesmo o que um dia se intrometeu na nossa roda, interrompendo animadíssima conversa:

– Posso dar a minha opinião:

Todos se calaram para ouvi-lo. E ele, muito sério:

– Qual o assunto?

(Fernando Sabino. Deixa o Alfredo falar!

Record: Rio de Janeiro, 1976, p. 28-31)

35. ... desde que os que o defendem fizessem o mesmo.

O segmento grifado acima evita corretamente a repetição, considerando-se o contexto, do segmento:

- (A) provassem estar com a razão.
- (B) soubessem o que se está discutindo.
- (C) passassem a defender o ponto de vista oposto.
- (D) se motivassem com as discussões.
- (E) aprimorassem uma verdadeira vocação.

O segmento **fizessem o mesmo** retoma não um nome, mas toda a oração anterior: “**Os que nela se envolvem devem estar sempre prontos a reconhecer, no íntimo, que poderiam muito bem passar a defender o ponto de vista oposto, desde que os que o defendem fizessem o mesmo.**”

É importante que o leitor entenda que os verbos, os pronomes e outras classes gramaticais funcionam de maneiras diferentes em diferentes contextos. Assim, tendo a visão ampliada para as várias possibilidades de uso das palavras, pode chegar com mais agilidade e certeza à idéia que melhor se encaixa ao exercício proposto, ou tema proposto. Cereja (2005) afirma que essa capacidade de construir sentido, própria das formas gramaticais (e dos signos lingüísticos), é a *significação*, ou o *sentido do texto*.

Análise de prova (28)

ESAF – Agente Tributário Estadual-ATE/MS.

Atualmente, o maior entrave da Justiça brasileira é a morosidade. E, como bem enfatizou Rui Barbosa, justiça protelada é negação da justiça. A falta de agilidade do Judiciário compromete, principalmente, a cidadania plena, uma vez que vivemos em um país onde as desigualdades são históricas e a distribuição da justiça vem-se constituindo como um fator a mais na diferenciação entre os cidadãos, quando todos deveriam ter acesso igualitário à lei, sem privilégios e exceções.

(Carlos Miguel Aida, Mediação, in Direito e Justiça, Correio Braziliense, 16/01/2001)

02- A idéia central do texto é

- a) Todos deveriam ter acesso à justiça.
- b) Vivemos num país em que as desigualdades são históricas.
- c) A distribuição da justiça é fator de diferenciação entre indivíduos.
- d) Rui Barbosa enfatizou que a justiça protela é a negação da justiça.

- e) A morosidade do judiciário compromete a cidadania e a igualdade.

Os textos são organizados de acordo com a intenção o autor, que – para melhor atingir seu objetivo comunicativo – elege um dos modos de organização do discurso como predominante (cf. Fiorin, 1994). O texto da questão é preponderantemente dissertativo, pois seu discurso é temático e as asserções mantêm entre si relações lógicas do tipo causa e consequência.

No parágrafo dissertativo, a primeira frase recebe o nome de *frase-síntese* (ou tópico frasal), por conter a idéia principal, a ser discutida no desenrolar desse parágrafo. Assim sendo, uma leitura atenta da frase-síntese (ou das frases-sínteses, quando o texto se constitui de dois ou mais parágrafos) leva-nos à idéia central do texto.

Nesse texto, então, a frase-síntese será: “Atualmente, o maior entrave da Justiça brasileira é a morosidade.” – o autor discutirá a morosidade da Justiça brasileira. Claro está que, para saber o que o autor pensa dessa “morosidade”, será necessário ler todo o texto, mas para saber que a idéia principal está na “morosidade”, basta a frase-síntese.

Isso tudo foi chamado por Van Dijk (*apud* Solé, 1998) de *relevância textual*. Para ele, todo produtor deixa marcas no seu texto para direcionar o entendimento do leitor. Assim, a ordem das palavras e das frases e a estrutura do texto tornam-se imprescindíveis para se descobrir o que o seu autor considerou mais importante.

Análise de prova (29)

ESAF – Analista de Finanças e Controle – AFC (SFC).

Leia o texto abaixo para responder às questões 05 e 06.

Parecido com o Brasil sempre fui. Meus espaços vazios. Minhas contradições contundentes. Subdesenvolvidas. Subdesenvolvido. Também virado para o mar e a montanha, fico indeciso entre a gaivota e o gavião. Mato a fome com um pastel descarnado à porta da venda e às vezes me oferecem caviar no céu.

Vendi por uma tutaméia as riquezas minerais. Não consigo inventar a ordem. Embaideirei-me de estrelas também.

Sou doce e irritado como o nordeste. Em nós o principal sempre perde para o supérfluo. Tentamos ainda as comunicações nestas rondônias rudes.

Fui descoberto pela coragem dos portugueses. Minhas tribos alcoolizadas no crepúsculo. Amo a liberdade com timidez e cobiça como se fosse um presente dispendioso demais para a minha resignação. Mas um dia serei livre (com brio), ainda que pague o preço da morte.

(Paulo Mendes Campos, Brasil Brasileiro. P.21-22)

- 06- Marque o item que representa uma dedução coerente em relação às idéias do texto.
- a) Meus espaços são vazios porque sou subdesenvolvido como o Brasil e fui descoberto pelos portugueses.
 - b) Embora minhas contradições sejam contundentes, tanto aprecio um pastel descarnado quanto caviar.

- c) Se não consigo inventar a ordem, faço como Brasil: embaixador-me com estrelas.
- d) Apesar de o nordeste ser irritado, ele também é doce desde quando se tornou comunicativo como o norte.
- e) Embora seja tímido no meu amor pela liberdade, lutarei por ela e, um dia, ainda serei livre.

Um texto sempre oferece informações necessárias para que se compreenda um conteúdo pressuposto. As deduções se fazem captando essas informações e articulando-as de maneira lógica, a fim de se obter um sentido (cf. Ilari & Geraldi, 2004). São as inferências, as implicaturas, as depreensões. São as conclusões a que se chega pelo raciocínio lógico verbal.

Mesmo que as palavras tenham um caráter polissêmico, pela observação das ligações lógicas entre os termos dos enunciados, pode-se chegar ao sentido autorizado pelo contexto, pois os raciocínios lógicos sempre vão do mais conhecido para o menos conhecido, do que está claro para o que está oculto; partem de proposições para chegar a conclusões (cf. Zanotto, 2000).

Esta questão trabalha com esses princípios. E observá-los nos leva à resposta: opção E: “Embora seja tímido no meu amor pela liberdade, lutarei por ela e, um dia, ainda serei livre.”

As informações do texto que levam o leitor a essa dedução – destacadas em negrito – são:

“Fui descoberto pela coragem dos portugueses. Minhas tribos alcoolizadas no crepúsculo. **Amo a liberdade com timidez e cobiça** como se fosse um presente dispendioso demais para a minha resignação. **Mas um dia serei livre (com brio)**, ainda que pague o preço da morte.

Cobiça é o desejo ardente de possuir ou conseguir alguma coisa. *Brio* é o sentimento da própria honra, dignidade, valor; amor-próprio; qualidade de quem é bravo; coragem. Esses dois termos ligados às idéias “Amo a liberdade” e “um dia serei livre”, autorizam a conclusão de que “Embora seja tímido no meu amor pela liberdade, lutarei por ela e, um dia, ainda serei livre.”

Análise de prova (30)¹⁹

Cespe-UnB – Agente de Polícia Federal.

Julgue se os itens seguintes apresentam relações de sentido que correspondem à estrutura semântica dada pela fórmula genérica abaixo, em que X é uma estrutura lingüística que expressa condição ou concessão, e Y é uma estrutura lingüística afirmativa.

X, não Y.

- 1 Apesar da proteção da justiça e do Estado, não parece que a resolução dos conflitos se desvie do âmbito privado.
- 2 Embora a nossa concepção de violência tenha sido ampliada, não é possível afirmar que nossa sensibilidade e tolerância em relação a ela estejam igualmente distribuídas.
- 3 Se alguns autores propõem que estamos vivendo um movimento de pacificação progressiva da vida em sociedade, não estão afirmando que esse processo seja fácil.

¹⁹ Apresentam-se, aqui, cinco questões em referência ao mesmo comando.

- 4 Não devemos pensar na pacificação da sociedade de forma isolada, mas sim dentro de um conceito mais geral das transformações econômicas que afetam o mundo.
- 5 Violência, direitos, justiça e o papel do Estado, se analisados como problemas fundamentais, estão dentro do quadro das transformações ocorridas, não só econômicas como também políticas.

Para resolver essas questões, precisamos utilizar o princípio da seqüenciação por conexão (cf. Fávero, 2005), que trata dos operadores lógicos e dos operadores do discurso.

O comando da questão solicita a seguinte relação “X, não Y.” – X deve ser uma condição ou concessão e Y uma afirmativa:

Questão 1: temos uma concessão indicada pelo operador APESAR DE, na seqüência temos o advérbio NÃO, exigido pelo comando e, depois, uma afirmativa: Apesar da proteção da justiça e do Estado (X – concessivo), não (negação solicitada pela fórmula genérica) parece que a resolução dos conflitos se desvie do âmbito privado (Y – afirmativo). – questão correta.

Questão 2: temos uma concessão indicada pelo operador EMBORA, na seqüência temos o advérbio NÃO, exigido pelo comando e, depois, uma afirmativa: Embora a nossa concepção de violência tenha sido ampliada (X – concessivo), não (negação solicitada pela fórmula genérica) é possível afirmar que nossa sensibilidade e tolerância em relação a ela estejam igualmente distribuídas (Y – afirmativo). – questão correta.

Questão 3: temos uma condição expressa pelo operador SE, na seqüência temos o advérbio NÃO, exigido pelo comando e, depois, uma

afirmativa: Se alguns autores propõem que estamos vivendo um movimento de pacificação progressiva da vida em sociedade (X – concessivo), não (negação solicitada pela fórmula genérica) estão afirmando que esse processo seja fácil (Y – afirmativo). – questão correta.

Questão 4: não apresenta operador que indique condição ou concessão e também não apresenta o advérbio NÃO solicitado pela fórmula genérica. – questão errada.

Questão 5: não se encaixa na fórmula genérica, pois apresenta uma frase declarativa seguida de uma condição, além de não apresentar a negação exigida pela fórmula genérica. – questão errada.

Ao analisar os operadores lógicos e os operadores do discurso, o leitor amplia seu entendimento a respeito das relações semânticas estabelecidas pelo contexto.

Há sempre muitas questões trabalhando com os operadores lógicos e os operadores do discurso. Apresenta-se, a seguir, mais uma questão que se resolve pelos mesmos mecanismos vistos acima.

Análise de prova (31)

ESAF – Auditor-Fiscal da Previdência Social.

Leia o seguinte texto para responder à questão 2.

A entrada dos anos 2000 têm trazido a reversão das expectativas de que haveria a inauguração de tempos de fraternidade, harmonia e entendimento da humanidade. Os resultados das cúpulas mundiais alimentaram esperanças que

novos tempos trariam novas perspectivas referentes à qualidade de vida e ao relacionamento humano em todos os níveis.

Contudo, o movimento que se observa em nível mundial sinaliza perdas que ainda não podemos avaliar. O recrudescimento do conservadorismo e de práticas autoritárias, efetivadas à sombra do medo, tem representado fonte de frustração dos ideais historicamente buscados.

(Roseli Fishmann, Correio Braziliense. 26/08/02, com adaptações)

02- Se cada período sintático do texto for representado, respectivamente, pelas letras X, Y, W e Z, as relações semânticas que se estabelecem no trecho correspondem às idéias expressas pelos seguintes conectivos:

- a) X e Y mas W e Z.
- b) X porque Y porém W logo Z.
- c) X mas Y e W porque Z.
- d) Não só X mas também Y porque W e Z.
- e) Tanto X como Y e W embora Z.

De acordo com o comando da questão, teremos:

X = A entrada dos anos 2000 têm trazido a reversão das expectativas de que haveria a inauguração de tempos de fraternidade, harmonia e entendimento da humanidade.

Y = Os resultados das cúpulas mundiais alimentaram esperanças que novos tempos trariam novas perspectivas referentes à qualidade de vida e ao relacionamento humano em todos os níveis.

W = Contudo, o movimento que se observa em nível mundial sinaliza perdas que ainda não podemos avaliar.

Z = O recrudescimento do conservadorismo e de práticas autoritárias, efetivadas à sombra do medo, tem representado fonte de frustração dos ideais historicamente buscados

Entre os enunciados X e Y não há operador do tipo lógico ou do discurso, então são informações que se somam, que se adicionam. Ao se acrescentar, então, um operador do discurso, deve-se procurar uma conjunção (cf. Fávero, 2005), pois designa uma conexão entre conteúdos que se somam. A mesma coisa acontece entre W e Z.

Nota-se que entre X+Y e W+Z existe a contrajunção “Contudo”, operador do discurso que designa uma conexão de enunciados cujos conteúdos se opõem.

Precisamos, portanto, da seguinte estrutura $X+Y \# W+Z$. A resposta está na opção a) X e Y, mas W e Z, pois apresentam os operadores que têm as mesmas funções e significações.

Análise de prova (32)

ESAF – Auditor-Fiscal da Receita Federal.

O trecho abaixo serve de base às questões 01 e 02.

Questão velha, polêmica e controvertida, que constitui obstáculo à ação das autoridades administrativo-tributárias, mas que sempre viva e exacerbadamente atual, é a do “sigilo bancário”, pois frente ao crédito tributário e ao Fisco, aquele como um bem público relevante e indisponível e este na busca de cumprir os

objetivos a que se destina de aferir a real capacidade contributiva, arrecadar tributos, promover a igualdade e a justiça fiscal, colocam-se a preservação e a garantia dos direitos fundamentais invioláveis de privacidade e intimidade inerentes às pessoas dos contribuintes.

(Mary Elbe G. Q. Maia, “A inexistência de sigilo bancário frente ao poder-dever de investigação das autoridades fiscais”, Tributação em Revista, julho/setembro de 1999)

- 02- Assinale a proposição nuclear do texto, aquela que contém a idéia-síntese em torno da qual se desenvolve sintática e semanticamente o parágrafo.
- a) Questão velha, polêmica e controvertida é a do sigilo bancário frente ao crédito tributário e ao Fisco.
 - b) Frente ao crédito tributário e ao Fisco, coloca-se a questão do sigilo bancário como um obstáculo à ação das autoridades administrativo-tributárias.
 - c) Por ser um bem público relevante e indisponível, o crédito tributário deve preservar e garantir o direito de privacidade do contribuinte.
 - d) A preservação dos direitos fundamentais de privacidade dos contribuintes frente ao crédito tributário e ao Fisco deve ser colocada na discussão da questão do sigilo bancário.
 - e) Na tarefa de cumprir os objetivos de aferir a capacidade contributiva, arrecadar tributos e promover a igualdade e a justiça fiscal, o Fisco deve preservar e garantir a questão do sigilo bancário dos contribuintes.

Um texto, para ser coerente, necessita de que haja correspondência – ao menos parcial – entre os conhecimentos nele ativados e os

conhecimentos de mundo do leitor (daí a necessidade de as provas de concursos públicos serem diferentes, para níveis de escolaridade distintas). Se essa correspondência não ocorrer, não haverá condições de o leitor construir um sentido para as palavras e expressões do texto. É na interação entre o texto e seus usuários, numa situação comunicativa concreta, que se firma a coerência.

Para perceber como isso ocorre nesse texto em análise, podemos recorrer às meta-regras de Charolles (1988) – *da repetição, da progressão, da não-contradição e da relação* –, dentre elas, especificamente, à meta-regra da repetição e à da progressão.

A primeira meta-regra (da repetição) remete à idéia de que, para um texto ser coerente, é preciso que o seu desenvolvimento linear contenha elementos de recorrência estrita. A autora utiliza esse recurso para fixar o seu ponto de vista em relação aos fatos apresentados:

a) vários sinônimos associados ao mesmo nome – sigilo bancário: “Questão velha, **polêmica** e **controvertida**, que **constitui obstáculo** à ação das autoridades administrativo-tributárias, mas que **sempre viva** e **exacerbadamente atual**, é a do ‘sigilo bancário’,”

b) definição de nomes apresentados – crédito tributário e Fisco: “pois frente ao crédito tributário e ao Fisco, **aquele** como **um bem público relevante e indisponível** e **este** na **busca de cumprir os objetivos a que se destina de aferir a real capacidade contributiva, arrecadar tributos, promover a igualdade e a justiça fiscal,**”

c) outra vez sinônimos – preservação e privacidade: “colocam-se a **preservação** e a **garantia** dos direitos **fundamentais invioláveis** de **privacidade** e **intimidade** inerentes às pessoas dos contribuintes.”

Os mecanismos de repetição garantem a continuidade temática do enunciado, permitindo, assim, um jogo, submetido a regras, de retomadas a partir do qual se encontra estabelecido um fio textual condutor.

A segunda meta-regra (da informatividade, da progressão) faz com que a contribuição semântica seja sempre renovada, isto é, o texto não pode simplesmente repetir um enunciado indefinidamente, é necessário, então, adicionar mais elementos que venham aumentar a informatividade. É o que se nota ao se eliminarem as repetições e definições: “Questão polêmica [...] é a do “sigilo bancário”, pois frente ao crédito tributário e ao Fisco [...] colocam-se a preservação [...] dos direitos [...] de privacidade [...] dos contribuintes.”

Assim a opção que traz a proposição nuclear do texto é a opção: d) A preservação dos direitos fundamentais de privacidade dos contribuintes frente ao crédito tributário e ao Fisco deve ser colocada na discussão da questão do sigilo bancário.

Análise de prova (33)

ESAF – Auditor-Fiscal da Receita Federal.

08- Assinale a opção que não constitui uma inferência das idéias do trecho abaixo.

Na tentativa de explicar a ocorrência de fome nos países subdesenvolvidos, surge, após a Segunda Guerra Mundial, a teoria demográfica neomalthusiana, logo perfilhada pelos países desenvolvidos e pelas elites dos países subdesenvolvidos. Segundo essa teoria, uma população jovem numerosa, resultante das elevadas taxas de natalidade verificadas em quase todos os países subdesenvolvidos, exige grandes investimentos sociais em educação e saúde. Com isso, diminuem os investimentos produtivos nos setores agrícola e industrial, o que impede o

pleno desenvolvimento das atividades econômicas e, portanto, da melhoria das condições de vida da população. Ainda segundo os neomalthusianos, quanto maior o número de habitantes de um país, menor a renda *per capita* e a disponibilidade de capital a ser distribuído pelos agentes econômicos.

(Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira, Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização, São Paulo: Scipione, 1998, pp. 338/9, com adaptações)

- a) O crescimento populacional é o responsável pela ocorrência da miséria.
- b) Em consequência das elevadas taxas de natalidade, os países subdesenvolvidos vêm-se impedidos de alcançar o pleno desenvolvimento das atividades econômicas.
- c) Sem programas efetivos de controle de natalidade acessíveis às camadas mais pobres, toda política de redistribuição de renda tenderá ao fracasso.
- d) Uma população numerosa condena muitos jovens a engrossar o enorme contingente de mão-de-obra desqualificada que ingressa anualmente no mercado de trabalho.
- e) À medida que as famílias obtêm condições condignas de vida, tendem a diminuir o número de filhos para não comprometerem o acesso de seus dependentes aos sistemas públicos de educação e saúde.

A coesão ajuda a estabelecer a coerência na compreensão dos textos, na percepção de seus sentidos, pois o sentido a transmitir é definido por meio das palavras, e o sentido das palavras é definido pelo contexto em que foram empregadas (cf. Benveniste, 1989). O texto constitui-se não apenas de uma seqüência de palavras ou de frases. A sucessão forma uma cadeia que vai muito além da simples seqüencialidade: há um entrelaçamento significativo

que aproxima as partes formadoras do texto. Os elementos constitutivos vão construindo o texto, e são as articulações entre vocábulos, entre as partes de uma oração, entre as orações e entre os parágrafos que determinam os contatos e conexões, e estabelecem sentido ao todo.

A escolha de uma ou outra palavra traz ao texto um determinado sentido – permitido pelo autor por suas escolhas –, pois há uma idéia preestabelecida para os vocábulos da língua. Assim, a diferença entre um texto coerente ou incoerente pode estar na presença de um item lexical (Kleiman, 2004).

O texto em análise trabalha com um conjunto lexical bastante específico: fome, países subdesenvolvidos, altas taxas de natalidade, diminuem os investimentos produtivos, impede o pleno desenvolvimento, *[impede]* a melhoria das condições de vida, menor a renda *per capita*, *[menor]* a disponibilidade de capital. São palavras de cunho pessimista, negativas, que nos levam à idéia de *miséria*.

Para chegarmos à resposta, ou seja, a opção que **não** constitui inferência do texto, temos de observar a seleção lexical de todas as assertivas a decidir por aquela que trabalha com uma seleção diferente da do texto (que está ligada à idéia de *miséria*).

A resposta a ser assinalada é:

e) *À medida que as famílias obtêm condições condignas de vida, tendem a diminuir o número de filhos para não comprometerem o acesso de seus dependentes aos sistemas públicos de educação e saúde.*

Percebe-se que, nessa opção, a seleção lexical leva o leitor ao lado bom da vida em sociedade, ao contrário de todas as opções anteriores que se ligavam à idéia de *miséria*.

Análise de prova (34)

ESAF – Auditor-Fiscal da Receita Federal.

09- Num determinado ponto do discurso de posse como Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara faz um raciocínio baseado em quatro proposições. Ordene tais proposições, obedecendo ao esquema: 1- proposição genérica; 2- proposição accidental; 3- proposição resolutiva; 4- proposição consecutiva.

- I. A melhor maneira de combater o erro é libertar as parcelas de verdade prisioneiras dentro dele.
- II. Quando o erro perde a verdade que nele se esconde, deixa de ter poder de sedução e consistência interior.
- III. Deus fez a inteligência voltada para a verdade.
- IV. Quando a inteligência adere ao erro é seduzida pela alma de verdade que existe dentro de todo erro.

A ordenação correta é:

- | | 1 | 2 | 3 | 4 |
|----|-----|-----|----|-----|
| a) | I | II | IV | III |
| b) | I | IV | II | III |
| c) | III | IV | I | II |
| d) | III | II | I | IV |
| e) | II | III | I | IV |

Para resolver essa questão precisamos atentar para alguns conceitos de Fávero (2005) – *coesão referencial por reiteração*, *coesão recorrencial por paralelismo* e a *coesão seqüencial **stricto sensu*** – e para outro de Beaugrande & Dressler (1981) – *princípio da relevância*.

Fávero (2005) propõe a *coesão referencial por reiteração*: a repetição de um mesmo item lexical. Nesse texto isso acontece com as palavras “verdade”, “erro” e “inteligência”.

A autora propõe também a *coesão recorrencial por paralelismo*, na qual diferentes conteúdos utilizam a mesma estrutura. No texto analisado, nota-se isso nas frases II (*Quando o erro perde a verdade que nele se esconde, deixa de ter poder de sedução e consistência interior*) e IV (*Quando a inteligência adere ao erro, é seduzida pela alma de verdade que existe dentro de todo erro*).

E, ainda, propõe a *coesão seqüencial stricto sensu por conexão*, em que a seqüência se faz por meio de operadores do tipo lógico: **quando**, nas frases II e IV.

Segundo Beaugrande & Dressler (1981), para que um texto seja *relevante*, é preciso que o conjunto de enunciados que o compõe seja relevante para um mesmo tópico discursivo subjacente, isto é, que os enunciados sejam interpretáveis como falando sobre um mesmo tema.

O texto da prova traz como tema a verdade: A inteligência é voltada para a **verdade**; a inteligência adere ao erro é seduzida pela alma de **verdade** existente dentro do erro; é preciso libertar as parcelas de **verdade** prisioneiras dentro do erro; o erro perde a **verdade** e deixa de seduzir. Assim chega-se ao texto remontado:

Deus fez a inteligência voltada para a verdade. – proposição genérica.

Quando a inteligência adere ao erro é seduzida pela alma de verdade que existe dentro de todo erro. – proposição accidental.

A melhor maneira de combater o erro é libertar as parcelas de verdade prisioneiras dentro dele. – proposição resolutiva.

Quando o erro perde a verdade que nele se esconde, deixa de ter poder de sedução e consistência interior. – proposição consecutiva.

A percepção dos elementos de coesão e do princípio da relevância faz com que o leitor organize coerentemente o texto.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho é, aplicar os princípios de coesão e coerência à compreensão de textos em provas de concursos públicos, mostrando o papel e a importância desses princípios, na busca pela resposta a ser assinalada por todos os candidatos.

Ao cumprir o objetivo a que se propõe, o trabalho – que aqui se conclui – pretende contribuir para que os interessados nos modos de funcionamento do texto possam ter informações básicas para compreender melhor os textos.

O trabalho volta-se, de modo mais específico, àqueles que se preparam para as provas de concursos público, pois – ao preparar os alunos, em cursos específicos para esta finalidade, ou seja, para as provas de concursos públicos – é comum ouvir afirmações como:

“A interpretação do texto é muito subjetiva.”

“É impossível chegar a uma única resposta na prova.”

“Eu sempre fico em dúvida entre duas opções e acabo assinalando a errada!”

Muitos alunos dizem que o texto não faz sentido, ou que a resposta dada pelo examinador como correta “não tem nada a ver com o texto”. E emendam:

“Eu não concordo com essa resposta.”

Outros, logo depois de se depararem com a prova, afirmam:

“Colocaram um texto muito difícil na prova, era impossível entender o que ele expressava.”

Conhecer os recursos que tornam um texto coeso, conhecer regras de sua coerência representam um benefício, pois o texto deixa de ser um enigma e passa a revelar informações que até então pareciam ininteligíveis. Compreender os mecanismos de textualidade acarreta um *outro* olhar sobre o texto, sobre sua forma de funcionamento e sobre a idéia que ele apresenta (cf. Antunes, 2005).

Esta dissertação examinou os princípios da coesão e da coerência, aplicando-os, durante a análise do *corpus*, aos vários tipos de questões que se apresentam nas provas, para dessa maneira evidenciar mecanismos de estruturação e de compreensão de textos.

A coesão e a coerência, apesar de fatos distintos e independentes, guardam entre si uma estreita relação, pois contribuem – ambas – para conferir textualidade a um conjunto de enunciados. A primeira trata da estruturação da seqüência superficial do texto, enquanto a segunda trata do processamento cognitivo do texto, permitindo assim uma análise mais profunda. Aquela se dá no nível microtextual (de superfície) e esta, no nível macrotextual (manifestação de sentido). Então, para se chegar à compreensão do texto precisamos trabalhar as relações coesivas e as de coerência. (cf. Fávero, 2005)

Não perdemos de vista o posicionamento de muitos autores sobre a variedade de leituras para um mesmo texto, como afirma Fávero (1985: 159-63):

O texto prevê determinados sentidos, excluindo outros, determinadas leituras, excluindo outras, porém não uma *única* leitura. Deste modo, a análise levantará marcas que levarão às intenções do texto, mas com certeza não haverá uma única leitura.

As marcas textuais percebidas na análise dos elementos de coesão e nas relações de conexão conceitual-cognitiva (coerência) ajudam a dirigir o entendimento do aluno para a única resposta admitida pela banca examinadora em provas de concursos públicos.

Por isso a escolha desse tema e da linha de pesquisa deste trabalho. Ensinar ao aluno, por meio de exemplos, a “gramática do discurso”:

Assim como ensinamos aos alunos, por exemplos, a coordenação e a subordinação como processos de estruturação do período, é preciso ensinar-lhes a gramática do discurso, para que possam, com mais eficácia, interpretar e redigir textos. (Fiorin, 2004: 9)

Ao se utilizarem as estratégias de análise fechadas (cf. Strôngoli, 2002) – mostrando a gramática do discurso –, cumpriu-se o objetivo deste trabalho, que era responder à indagação: como os muitos candidatos que realizam a *mesma* prova podem ter o *mesmo* entendimento acerca de um *mesmo* texto dado?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Irandé (2005). *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial. (Coleção Na ponta da língua, v. 13)
- APOTHÉLOZ, Denis (2003). Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, p.53-84. (Coleção Clássicos da lingüística)
- BACHELARD, Gaston (2000). *O novo espírito científico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. (Biblioteca tempo Universitário, v. 12)
- BAKHTIN, Mikhail (2003). *Estética da criação verbal*. 4ª ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.
- BASILIO, Margarida (2004). *Teoria lexical*. 7ª ed. São Paulo: Ática. (Série Princípios)
- BEAUGRANDE, Robert-Alain; DRESSLER, Wolfgang. (1981). *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman.
- _____ (1997). *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood-New Jersey: Ablex Publishing Corporation.
- BENVENISTE, Émile (1989). *Problemas de lingüística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes.
- BLIKSTEIN, Izidoro (2004). *Técnicas de comunicação escrita*. 20ª ed. São Paulo: Ática. (Série Princípios)

BRONCKART, Jean-Paul (2003) *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Rachel Machado. São Paulo: EDUC.

BROWN, Gillian, YULE, George. *Discourse Analysis*. Cambridge: University Press, 1983.

CAGLIARI, Luiz Carlos (1996). *Alfabetização & lingüística*. 9ª ed. São Paulo: Scipione.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.) (2003). *Referenciação*. São Paulo: Contexto (Coleção Clássicos da lingüística).

CEREJA, William (2005). Significação e tema. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, p.201-20.

CHAROLLES, Michel (1988). Introdução aos problemas da coerência dos textos: abordagem teórica e estudo das práticas pedagógicas. In: GALVES, Charlotte (1988). *O texto: escrita e leitura*. Campinas: Pontes. P. 39-85

CITELLI, Adilson (2005). *Linguagem e persuasão*. 16ª ed. rev. e atual. São Paulo: Ática. (Série Princípios)

FÁVERO, Leonor Lopes (1985). *Competência textual e ensino de leitura*. Anais do V Congresso de Leitura do Brasil. Campinas, Unicamp.

_____ ; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (1994). *Lingüística textual: introdução*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.

_____ ; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório Oliveira; AQUINO, Zilda Gaspar de Oliveira. (2003). *Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna*. 4ª ed. São Paulo: Cortez.

- FÁVERO, Leonor Lopes (2005). *Coesão e coerência textuais*. 10ª ed. São Paulo: Ática. (Série Princípios)
- FERREIRA, Luiz Antonio (2002). Texto, contexto e leitura dos meios de comunicação. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa, uma visão em mosaico*. São Paulo: IP-PUC-SP/EDUC, p.215-23. (Série Eventos)
- FIORIN, José Luiz (1994). Modos de organização do discurso: a narração, a descrição e a dissertação. In: MARTINS, Ângela Maria et. al. *Diário de classe v. 3*. São Paulo: FDE, pp. 61-70.
- _____ ; SAVIOLI, Francisco Platão (1998). *Para entender o texto – leitura e redação*. 6ª edição. São Paulo: Ática.
- _____ (2004). *Elementos de análise do discurso*. 12ª ed. São Paulo: Contexto. (Coleção Repensando a Língua Portuguesa)
- FOUCAULT, Michel (2004). *A ordem do discurso*. 11ª ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola.
- GERALDI, João Wanderley (1996). *Linguagem e ensino: exercício de militância e divulgação*. Campinas: Mercado das Letras.
- GUIMARÃES, Elisa (2002). Da conectividade textual. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa, uma visão em mosaico*. São Paulo: IP-PUC-SP/EDUC, p.225-33. (Série Eventos)
- _____ (2004). Procedimento discursivo e organização textual no processo ensino-aprendizagem. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa em caleidoscópio*. São Paulo: EDUC, p.189-96. (Série Eventos)
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. (1976). *Cohesion in English*. London: Longman.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley (2004). *Semântica*. 10ª ed. São Paulo: Ática. (Série Princípios)

KLEIMAN, Ângela (2004). *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 9ª ed. Campinas: Pontes.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1990). *A coerência textual*. São Paulo: Contexto.

_____ (2002). *Argumentação e linguagem*. 7ª ed. rev. São Paulo: Contexto.

_____ ; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (2003). *Texto e coerência*. 9ª ed. São Paulo: Cortez.

_____ (2004). *A coesão textual*. 19ª ed. São Paulo: Contexto.

_____ ; ELIAS, Vanda Maria (2006). *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.

LEITE, Cília Coelho Pereira (Madre Olívia) (1985). Gramática de texto e sintaxe-semântica. In: LEITE, Cília Coelho Pereira; FÁVERO, Leonor Lopes; SILVEIRA, Regina Cecília Pagliuchi. (orgs.). *Sintaxe-Semântica base para gramática de texto*. São Paulo: Cortez. (Série Gramática portuguesa na pesquisa e no ensino, v. 10)

LYONS, John (1977). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press

MARCUSCHI, Luiz Antonio (1983). *Linguística de texto, o que é e como se faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. (Série Debates, v. 1)

_____ (1999). O processo de referencialização na produção discursiva. In: HORA, Demerval da; CHRISTIANO, Elizabeth (Orgs.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia.

- MARCUSCHI, Luiz Antonio (2003). *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4ª ed. São Paulo: Cortez.
- MEDEIROS, João Bosco (1996). *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 2ª ed. São Paulo: Atlas.
- MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele (2003). Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, p.17-52. (Coleção Clássicos da Lingüística)
- PALMA, Dieli Vesaro; ZANOTTO, Mara Sophia (2000). Retórica e argumentação. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa: teoria e método*. São Paulo: EDUC, p.115-44.
- PERELMAN, Chaïn; OLBRECHTS-TYTECA, Luce (1995). *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- RODRIGUEZ, Carolina (2003). Sentido, interpretação e história. In: ORLANDI, Eni (Org.). *A leitura e os leitores*. 2ª ed. Campinas: Pontes, p. 47-58.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de (2003). *Paródia, paráfrase e cia*. 7ª ed. São Paulo: Ática. (Série Princípios)
- SAUSSURE, Ferdinand de (2004). *Curso de lingüística geral*. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 26ª ed. São Paulo: Cultrix.
- SILVEIRA, Regina Cecília Pugliuchi.; LEITE, Cília Coelho Pereira (Madre Olívia) (1985). Relações/valores textuais. In: LEITE, Cília Coelho Pereira; FÁVERO, Leonor Lopes; SILVEIRA, Regina Cecíli Pugliuchi (orgs.). *Sintaxe-Semântica base para gramática de texto*. São Paulo: Cortez. (Série Gramática portuguesa na pesquisa e no ensino, v. 10)
- SMITH, Frank (1999). *Leitura significativa*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed.

SOLÉ, Isabel (1998). *Estratégias de leitura*. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed.

STRÔNGOLI, Maria Thereza de Queirós Guimarães (2002). Sobre estratégias para a interpretação do discurso. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa, uma visão em mosaico*. São Paulo: IP-PUC-SP/EDUC, p.235-45. (Série Eventos)

VAN DIJK, Teun Adrianus; KINTSCH, Walter. (1983). *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press.

VOESE, Ingo (2004). *Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa*. São Paulo: Cortez. (Coleção Aprender e ensinar com textos, v. 13)

ANEXOS

Para que se tenha uma visão de como se apresentam as questões analisadas neste trabalho em provas de concursos públicos, anexam-se a seguir quatro provas, uma de cada banca examinadora apresentada selecionada para análise.

São elas:

- 1- Cespe-UnB: Administrador Júnior – Petrobras, aplicada em 05/08/2007.
- 2- NCE / UFRJ: Análise de Sistemas – Desenvolvimento, aplicada em 16/10/2005.
- 3- ESAF: Gestor Fazendário – GEFAZ/MG, aplicada em 19/06/2005.
- 4- FCC: Agente Vistor I – PMSP, aplicada em abril de 2002.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (PETROBRAS)

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
Nível Superior

Aplicação: 5/8/2007

Cargo 1:
ADMINISTRADOR(A) JÚNIOR

MANHÃ Caderno **ALFA**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno — Caderno ALFA — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cento e cinquenta itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 150.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso, cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **7/8/2007**, após as 19 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/petrobras2007.
- II **8 e 9/8/2007** — Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **30/8/2007** — Resultados finais das provas objetivas e do processo seletivo público: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1 — PETROBRAS/PSP-RH-1, de 21/5/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/petrobras2007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O aumento do controle e do uso, por parte do
homem, da energia contida nos combustíveis fósseis,
abundantes e baratos, foi determinante para as
4 transformações econômicas, sociais, tecnológicas — e
infelizmente ambientais — que vêm ocorrendo desde a
Revolução Industrial.

7 Dentre as conseqüências ambientais do processo de
industrialização e do inerente e progressivo consumo de
combustíveis fósseis — leia-se energia —, destaca-se o
10 aumento da contaminação do ar por gases e material
particulado provenientes justamente da queima desses
combustíveis.

13 Cabe lembrar que o efeito estufa existe na Terra
independentemente da ação do homem. É importante que
este fenômeno não seja visto como um problema: sem o
16 efeito estufa, o Sol não conseguiria aquecer a Terra o
suficiente para que ela fosse habitável. Portanto o problema
não é o efeito estufa, mas, sim, sua intensificação.

19 A mudança climática coloca em questão os padrões
de produção e consumo hoje vigentes. Atualmente fala-se
muito em descarbonizar a matriz energética mundial, isto é,
22 em aumentar a participação das energias renováveis em
detrimento de combustíveis fósseis. Isto seria uma condição
necessária mas não suficiente para a atenuação da mudança
25 do clima, que depende também de outras mudanças na infra-
estrutura, na tecnologia e na economia.

André Santos Pereira. Mudança climática e
energias renováveis. (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito do texto acima.

- 1 Para demonstrar sua tese, o autor indica haver mais conseqüências ambientais do processo de industrialização do que aquelas que enumera.
- 2 Preservam-se a correção gramatical e a coerência textual ao se empregar “as transformações econômicas, sociais, tecnológicas — e infelizmente ambientais” (l.3-5) no singular.
- 3 Na linha 9, a oração entre travessões “leia-se energia” explica como deve ser entendida a expressão “combustíveis fósseis”, e a vírgula após o segundo travessão é empregada para se destacar uma circunstância deslocada para o início do período.
- 4 Nos processos de coesão textual, a expressão “este fenômeno” (l.15) retoma a idéia de “aumento da contaminação do ar por gases e material particulado” (l.10-11).
- 5 Preservam-se a coerência da argumentação e a correção gramatical do texto ao se substituir “que este fenômeno não seja” (l.14-15) por **este fenômeno não ser**.
- 6 Ficam preservadas a coerência textual e a correção gramatical do texto, ao se substituir o sinal de dois-pontos depois de “problema” (l.15) pela conjunção **pois**, precedida e seguida de vírgula.

7 A mudança de posição do pronome átono em “fala-se” (l.20) para antes do verbo desrespeitaria as regras de colocação pronominal da norma culta brasileira.


8 A presença da preposição no termo “em aumentar” (l.22) é gramaticalmente opcional, mas tem a função de evitar ambigüidade por marcar a relação de paralelismo entre as idéias introduzidas por “descarbonizar” (l.21) e “aumentar” (l.22).

1 Após os dois choques de preços do petróleo,
problemas ligados ao desequilíbrio do balanço de
pagamentos e à garantia do suprimento de energia levaram
4 à formulação de uma política energética cujos objetivos
centrais eram a conservação da energia, o aumento da
produção nacional de petróleo e de eletricidade e a
7 substituição de derivados de petróleo por fontes alternativas
nacionais (energia hidrelétrica, biomassa, carvão mineral
etc.). Os instrumentos utilizados foram a política de preços
10 de energia, a política tecnológica e a política de incentivos e
subsídios, além de medidas de restrição ao consumo através
do estabelecimento de quotas às empresas do setor industrial.

Comissão interministerial para a preparação da conferência das Nações Unidas sobre
meio ambiente e desenvolvimento (CIMA). O desafio do desenvolvimento sustentável.
Secretaria de Imprensa. Presidência da República, dez. de 1991 (com adaptações).

Tomando por base a organização do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 9 Depreende-se das idéias do texto que “os dois choques de preços do petróleo” (l.1) provocaram preocupação com a escassez de energia.
- 10 O emprego do sinal de crase em “à garantia” (l.3) e “à formulação” (l.4) indica que são dois os complementos de “ligados” (l.2).
- 11 Mantêm-se a correção gramatical e a mesma relação significativa entre “política energética” (l.4) e “objetivos centrais” (l.4-5) ao se substituir o pronome “cujos” (l.4) por **que os**.
- 12 No trecho “o aumento (...) a substituição” (l.5-7), a repetição da conjunção “e” indica que “petróleo” e “eletricidade” estão ligados, na enumeração, ao termo “aumento da produção”, que se liga ao seguinte, iniciado por “a substituição”.
- 13 A inserção do sinal de dois-pontos depois de “foram” (l.9) preservaria a correção gramatical e a coerência textual.

<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 45%;"> <p style="text-align: center;">A EMBAIXADA DO ETANOL</p> <p>O álcool combustível brasileiro, extraído da cana, reduz em até 90% as emissões de gases estufa, em relação aos derivados de petróleo. O etanol de milho (EUA) e beterraba (Europa) reduz essas emissões em apenas 47%.</p> <p>Área plantada com cana para produção de etanol no Brasil (em hectares): 6,7 milhões, 8,9% a mais que em 2006.</p> <p>A reativação do etanol no Brasil gerou 1,5 milhão de empregos diretos e 4,5 milhões de empregos indiretos.</p> </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 45%;"> <p style="text-align: center;">A CRÍTICA SOCIOECOLÓGICA</p> <p>Segurança alimentar Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentos (FAO), a demanda por biocombustíveis provocará aumento de 20% a 50% nos preços dos alimentos até 2016.</p> <p>Desmatamento/queimadas Ambientalistas alegam que a expansão de cultivos destinados à produção de biocombustíveis reduzirá as florestas tropicais. ONGs apontam o cultivo de cana como causa de esgotamento do solo e de queimadas periódicas.</p> <p>Trabalho semi-escravo Autoridades europeias ameaçam impor barreiras não-tarifárias ao etanol e exigir certificados de que, desde o cultivo, são observadas relações de trabalho não-degradantes e processos auto-sustentáveis.</p> </div> </div>  <p style="text-align: center; font-size: small;">Anderson Araújo. In: Correio Brasileiro, 6/7/2007, p. 20 (com adaptações).</p>	<p>1 Escassez de petróleo e escassez de água — problemas que vieram para ficar na agenda mundial. O Brasil é ator importante nessa pauta. Possui, como</p> <p>4 nenhum outro, condições para produzir energia de origem vegetal e está situado sobre o maior reservatório de água doce do mundo. Tantas benesses não estão</p> <p>7 isentas de perigo. O maior deles é a invasão de capitais estrangeiros. Em um mundo temeroso de ficar sedento dentro de umas quantas décadas, a cobiça por essas</p> <p>10 terras é grande e maior ainda o risco de que sejam poluídas pela expansão de uma cultura dependente de altas doses de agrotóxicos.</p> <p>13 Na metade dos anos 50 do século XX, o Brasil cedeu ao capital estrangeiro o controle de sua indústria, mas a propriedade do solo permaneceu</p> <p>16 majoritariamente nas mãos do capital nacional. A transferência desse patrimônio aos estrangeiros terá conseqüências não apenas econômicas, mas</p> <p>19 desdobramentos sociais e políticos certamente gravíssimos do ponto de vista da soberania dos brasileiros sobre o seu território.</p>
<p>Compare as informações da figura acima e julgue os seguintes itens.</p> <p>14 Depreende-se das informações na coluna “A embaixada do etanol” que, no tocante à emissão de gases estufa, o etanol extraído da cana é bem mais vantajoso que o extraído do milho e da beterraba.</p> <p>15 O desenvolvimento das idéias do primeiro fragmento da coluna “A crítica socioecológica” permite substituir-se “demanda” por necessidade, sem que seja prejudicada a coerência ou a correção gramatical do período.</p> <p>16 Caso os dois períodos sintáticos que compõem o fragmento intitulado “Desmatamento/queimadas” fossem transformados em um só, fazendo-se a conexão com contanto que, a nova construção respeitaria as relações semânticas existentes entre os períodos.</p> <p>17 No fragmento intitulado “Trabalho semi-escravo”, preservam-se a correção gramatical e a coerência textual ao se empregar forem em lugar de “são”.</p> <p>18 Está gramaticalmente correta e coerente com as informações dos trechos finais das duas colunas a seguinte afirmação: Apesar de a reativação do etanol gerar milhões de empregos, as relações não degradantes de trabalho é exigência das autoridades europeias, ameaçando impor-lhe barreiras.</p>	<p style="text-align: right; font-size: small;">Plínio de Arruda Sampaio. Energia, água e soberania. In: Istoé, 11/7/2007, p. 44 (com adaptações).</p> <p>A partir do texto acima, julgue os itens subseqüentes.</p> <p>19 Na linha 1, a substituição do sinal de travessão por sinal de dois-pontos preservaria a correção e a coerência textuais; a substituição do travessão pela forma verbal são transformaria a frase em oração.</p> <p>20 Na linha 2, a substituição de “vieram” por vêm estaria de acordo com o desenvolvimento das idéias do texto, em especial com as decorrentes da expressão “para ficar”.</p> <p>21 Fazendo-se os devidos ajustes na inicial maiúscula, a argumentação do texto permite a inserção de Logo, antes de “O maior deles” (l.7), sem que se provoque incoerência ou incorreção gramatical.</p> <p>22 Pelo desenvolvimento das idéias do texto, depreende-se que foi omitido o termo de benesses após “sedento” (l.8).</p> <p>23 Na linha 10, o emprego da preposição antes de “que sejam” deve-se à presença do substantivo “risco”.</p> <p>24 O desenvolvimento das idéias do texto permite, na linha 14, a troca de lugar dos termos “ao capital estrangeiro” e “o controle de sua indústria”, sem que se provoque incoerência ou incorreção gramatical, pois os dois objetos de “cedeu” mantêm-se identificados.</p> <p>25 Mantém-se a correção gramatical do período e atribui-se maior formalidade ao texto ao se empregar de os brasileiros em vez da expressão “dos brasileiros” (l.20-21).</p>
<p>UnB/CESPE – PETROBRAS Cargo 1: Administrador(a) Júnior</p>	<p style="text-align: right;">Caderno ALFA - 2 -</p>



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (PETROBRAS)

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
GABARITOS OFICIAIS PRELIMINARES DAS PROVAS OBJETIVAS

CARGO 1: ADMINISTRADOR(A) JÚNIOR

Aplicação:
5/8/2007

OBSERVAÇÃO:

A agenda de outras fases desse evento encontra-se na CAPA do seu caderno de provas.

		PETROBRAS_CARGO_01_CADERNO_ALFA																				
Item		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
Gabarito		C	E	C	E	C	C	E	C	C	E	E	C	C	C	C	E	E	E	E	C	E
Item		21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
Gabarito		E	E	C	C	E	C	C	C	E	C	E	C	C	C	E	C	E	E	C	E	
Item		41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	
Gabarito		C	E	E	C	C	C	C	C	C	E	E	C	C	E	C	E	C	C	E	C	
Item		61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	
Gabarito		E	C	E	E	C	E	E	C	C	C	E	C	E	E	E	C	E	C	C	E	
Item		81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
Gabarito		E	C	C	E	E	C	E	E	C	C	C	E	C	C	E	C	C	E	E	C	
Item		101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	
Gabarito		C	E	E	C	E	C	C	E	E	C	E	E	C	E	E	E	E	E	C	E	
Item		121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	
Gabarito		C	C	C	E	C	E	C	E	E	C	C	C	C	E	E	C	C	E	E	E	
Item		141	142	143	144	145	146	147	148	149	150											
Gabarito		C	C	E	E	E	C	C	E	C	C											



SELEÇÃO PÚBLICA 2005

ANÁLISE DE SISTEMAS - DESENVOLVIMENTO

AND

INSTRUÇÕES GERAIS

- É responsabilidade do candidato certificar-se de que está recebendo a prova correta, ou seja, o nome e o código da Área de Formação informados nesta capa de prova correspondem aos impressos no seu *cartão de respostas da Prova Objetiva*.
- Você recebeu do fiscal:
 - Um *caderno de questões da Prova Objetiva* contendo 70 (setenta) questões de múltipla escolha;
 - Um *cartão de respostas da Prova Objetiva*, personalizado, para efetuar a marcação das respostas da Prova Objetiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique no *caderno de questões da Prova Objetiva* se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Responda as questões de língua estrangeira (Inglês ou Espanhol) conforme sua opção no ato de sua inscrição.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a Prova Objetiva. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo. Este tempo inclui a marcação do *cartão de respostas da Prova Objetiva*.
- Não é permitido copiar os assinalamentos feitos no *cartão de respostas da Prova Objetiva* (Edital 01/2005 – Item 9.7.2 alínea e).
- Após o início da prova, o fiscal de sala iniciará a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 01/2005 – Item 9.7.2 alínea a);
- Somente depois de decorrida uma hora do início da prova, você poderá entregar seu *caderno de questões da Prova Objetiva* e seu *cartão de respostas da Prova Objetiva* e retirar-se da sala de prova (Edital 01/2005 – Item 9.7.2 alínea c).
- Somente será permitido levar o *caderno de questões da Prova Objetiva* ao final do tempo total da prova, desde que permaneça em sala até este momento.
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal, o seu *cartão de respostas da Prova Objetiva* devidamente assinado e o seu *caderno de questões da Prova Objetiva*, ressalvado o disposto no item anterior.
- Não esqueça de solicitar ao fiscal de sala, sua carteira de identidade, quando da entrega do seu material de prova.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do *responsável pelo local*.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no *cartão de respostas da Prova Objetiva*. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata de Aplicação de Prova.
- Leia atentamente cada questão e assinale no seu *cartão de respostas da Prova Objetiva* a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O *cartão de respostas da Prova Objetiva* NÃO pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no seu *cartão de respostas da Prova Objetiva* é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



Cronograma Previsto (Cronograma completo no endereço www.nce.ufrj.br/concursos)

Atividade	Data	Local
Divulgação do gabarito da Prova Objetiva	18/10/05	www.nce.ufrj.br/concursos
Interposição de recursos contra o gabarito da Prova Objetiva	19 e 20/10/05	www.nce.ufrj.br/concursos
Divulgação do resultado final das Provas Objetivas	01/11/05	www.nce.ufrj.br/concursos

* Demais atividades consultar Manual do Candidato ou pelo endereço eletrônico www.nce.ufrj.br/concursos

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - Em texto da *Folha de São Paulo*, um morador das margens de uma grande rodovia declarava o seguinte:

Hoje já passaram por aqui milhares de caminhões e automóveis, mas eu e minha família já estamos habituados com isso; os garotos até brincam, jogando pedra nos pneus.

Há, nesse texto, um conjunto de palavras cujo significado depende da enunciação, ou seja, da situação em que o texto foi produzido. Entre as alternativas abaixo, aquela que indica um termo que NÃO está nesse caso é:

- (A) hoje;
- (B) aqui;
- (C) eu;
- (D) minha família;
- (E) isso.

2 - O segmento inicial de nosso Hino Nacional diz o seguinte:

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante

Se colocados na ordem direta, os termos desses dois versos estariam assim dispostos:

- (A) As margens plácidas do Ipiranga ouviram
O brado retumbante de um povo heróico;
- (B) As margens plácidas ouviram do Ipiranga
O heróico brado retumbante de um povo;
- (C) As margens plácidas do Ipiranga ouviram
O heróico brado retumbante de um povo;
- (D) Do Ipiranga as margens plácidas ouviram
O brado retumbante de um povo heróico;
- (E) Ouviram as margens plácidas do Ipiranga
De um povo o heróico brado retumbante.

3 - Num pequeno texto distribuído por moradores de um condomínio da Zona Sul do Rio de Janeiro apareciam as seguintes frases:

- "os condôminos cujas reclamações o síndico não deu atenção..."
- "os itens que não foram discutidos os pontos principais..."

Sobre essas frases pode-se afirmar, em termos de correção gramatical, o seguinte:

- (A) as duas frases apresentam perfeita estruturação gramatical;
- (B) as duas frases apresentam o mesmo tipo de erro gramatical;

- (C) só a primeira frase apresenta estrutura gramatical inadequada;
- (D) só a segunda frase apresenta estrutura gramatical inadequada;
- (E) as duas frases apresentam erros gramaticais de tipos diferentes.

4 - O manifesto do Partido Comunista dizia: "Proletários de todo o mundo, uni-vos!"; se essa mesma frase fosse reescrita com tratamento de "vocês" em lugar de "vós", a forma verbal do imperativo adequada seria:

- (A) unem-se;
- (B) unam-se;
- (C) unem-nos;
- (D) unem-vos;
- (E) une-se.

5 - Falando da Seleção Brasileira de Futebol, um cronista esportivo declarou o seguinte: "Carlos Alberto Parreira deveria fazer o quinteto de Ronaldo, Ronaldinho, Robinho, Adriano e Kaká, com um deles no banco de reservas, pois, assim, teria à sua disposição um substituto de qualidade para possíveis mudanças táticas."; tal declaração peca por imprecisão, visto que:

- (A) as mudanças não seriam táticas, mas técnicas;
- (B) o quinteto seria sempre formado de quatro jogadores;
- (C) o técnico não pode colocar titulares no banco de reservas;
- (D) nem todas as mudanças produzem o efeito desejado;
- (E) o banco de reservas não pode contar com um só jogador.

6 - A língua portuguesa e os conhecimentos matemáticos nem sempre estão de acordo. A frase abaixo em que a concordância verbal contraria a lógica matemática é:

- (A) 50% da torcida brasileira gostaram da seleção;
- (B) mais de três jornalistas participaram da entrevista;
- (C) menos de dois turistas deixaram de participar do passeio;
- (D) são 16 de outubro;
- (E) participaram do congresso um e outro professor.

7 - "-Senhor Presidente, Vossa Excelência não me tem permitido usar a palavra! – Senhor Deputado, Vossa Excelência poderá falar após dois outros colegas!". Esse diálogo, ouvido numa das CPIs do Congresso, mostra:

- (A) a concordância verbal errada com "Vossa Excelência";
- (B) a má colocação de pronomes pessoais oblíquos;
- (C) a mistura indevida de "Senhor" com "Vossa Excelência";
- (D) o uso inadequado do tratamento "Vossa Excelência" para deputado;
- (E) o emprego adequado da norma culta da língua.

8 - Num relatório de um segurança sobre um incidente ocorrido na entrada de um grande centro comercial estava escrito o seguinte:

Tudo aconteceu a partir do momento que chegaram dois homens com dois altos-falantes e começaram a fazer propaganda de um show na porta do prédio. Ora, segundo as normas, é proibido, após as 22h, não fazer barulho neste lugar e, porisso, tivemos que expulsar eles.

Há muitos problemas no uso da norma culta por parte do segurança; a alternativa abaixo que NÃO indica corretamente um problema é:

- (A) a forma plural "altos-falantes";
- (B) a grafia de "porisso";
- (C) a ausência da preposição "em" antes do pronome relativo "que";
- (D) a repetição do numeral cardinal "dois";
- (E) o emprego menos adequado de "eles" como objeto direto.

9 - Nesse mesmo texto da questão 8 há uma incoerência flagrante no seguinte segmento:

- (A) Tudo aconteceu a partir do momento;
- (B) chegaram dois homens com dois altos-falantes;
- (C) começaram a fazer propaganda de um show na porta do prédio;
- (D) é proibido, após as 22h, não fazer barulho neste lugar;
- (E) tivemos que expulsar eles.

10 - O filme publicitário mostra um casal muito bem recebido numa agência bancária e se encerra com uma frase: "UNIBANCO. Nem parece banco". Certamente pretende-se mostrar a superioridade desse banco sobre outros, mas a frase pode permitir também uma leitura que não seria agradável para os bancos, ou seja, a de que:

- (A) todos os bancos têm a mesma aparência arquitetônica;
- (B) os bancos tratam também de temas econômicos;
- (C) os bancos são muito frios na relação com os clientes;
- (D) os gerentes das agências não atendem os clientes;
- (E) as pessoas receiam entrar nas agências bancárias.

11 - Uma lata de um conhecido refrigerante traz escrita a seguinte frase: "Mais importante do que a beleza é o conteúdo". Considerando-se ser essa uma frase publicitária, pode-se inferir que a leitura esperada pelos publicitários é a de que:

- (A) a lata é bonita, mas mais valioso é o refrigerante;
- (B) a lata é feia, mas o produto é bom;
- (C) não importa a embalagem desde que o produto seja bom;
- (D) a lata não é para ser admirada, mas sim o refrigerante;
- (E) o refrigerante é ótimo apesar da embalagem.

12 - Uma creche de São Paulo mandou fazer uma faixa – colocada na fachada do prédio – com os seguintes dizeres: "Ame-os e deixe-os!". Sobre os dizeres contidos nessa faixa, só NÃO se pode dizer que:

- (A) há uma aparente contradição lógica entre os termos do período;
- (B) os dizeres recordam uma frase da época do "milagre brasileiro": "Brasil, ame-o ou deixe-o!";
- (C) a conjunção "e" substitui uma esperada conjunção "mas";
- (D) o pronome "os" refere-se a "filhos";
- (E) a creche reconhece a impossibilidade de amar como os pais.

13 - Uma coluna do jornal *Lance* dizia o seguinte: "Isto só será possível se o clube transformar-se em empresa, o presidente do clube trabalhar por isso e o torcedor reaver a confiança no time". O erro gramatical presente nesse segmento de texto é:

- (A) o emprego de "isso" por "isto";
- (B) a não repetição da conjunção "se";
- (C) o emprego de "reaver" por "reouver";
- (D) a má colocação do advérbio "só";
- (E) a grafia "presidente" por "Presidente".

14 - Uma indicação de como tomar-se determinado medicamento registrava: "tomar dois comprimidos, de dois tipos diferentes a cada duas horas". A frase, por ser ambígua, pode gerar confusão: tomar um ou dois comprimidos de cada tipo? A frase abaixo que NÃO traz qualquer possibilidade de ambigüidade é:

- (A) Pedro e José encontraram-se com João;
- (B) A perturbação do chefe prejudicou o projeto;
- (C) O gerente falou com o cliente que mora perto do banco;
- (D) O funcionário, em sua sala, falou com o chefe;
- (E) Pedro encontrou o irmão entrando na loja.

15 - A alternativa em que as duas formas da frase NÃO apresentam o mesmo significado é:

- (A) O presidente deseja ser admirado pelos eleitores
O presidente deseja a admiração dos eleitores
- (B) O gerente pretende ser promovido a diretor
O gerente pretende a promoção do diretor
- (C) O guarda teme ser capturado pelos traficantes
O guarda teme sua captura pelos traficantes
- (D) O jogador queria ser denominado "Rei"
O jogador queria a denominação de "Rei"
- (E) A rainha prefere ser amada pelos súditos
A rainha prefere o amor dos súditos

16 - Na frase "Ou vai ou racha!", a conjunção OU tem o mesmo valor significativo que apresenta na seguinte frase:

- (A) O turista compreendia inglês ou francês com facilidade;
- (B) As vaias ou os aplausos não perturbaram o presidente;
- (C) O empregado faz o que deve ou perde o emprego;
- (D) Na hora da premiação, chorava ou ria;
- (E) Morávamos no segundo ou no terceiro andar.

17 - Os adjetivos mostram qualidades, características ou especificações dos substantivos; a alternativa abaixo em que o termo em negrito NÃO funciona como adjetivo é:

- (A) difícil aprendizado;
- (B) sensação de **difficuldade**;
- (C) trabalho **que é difícil**;
- (D) tarefa **difficilima**;
- (E) acesso **difficil**.

18 - Uma antiga revista de humor, Pif-Paf, trazia o seguinte slogan: "Cada número é exemplar, cada exemplar é um número!"; nesta frase, as palavras "número" e "exemplar" trocaram:

- (A) função, classe e significado;
- (B) somente função e significado;
- (C) somente função e classe;
- (D) somente classe e significado;
- (E) somente classe.

19 - Nesta mesma revista Pif-Paf, a apresentação do humorista Fortuna, um dos colaboradores da revista, era feita do seguinte modo:

Fortuna é realmente um humorista nato. Muita gente preferia que ele fosse um humorista morto, mas ele ainda chega lá. Em criança também tinha mania de fazer brincadeiras com os pais, das quais ainda conserva inúmeras cicatrizes. Até hoje continua roxo por uma piada, sobretudo no dia seguinte.

O comentário INCORRETO sobre os constituintes desse pequeno texto é:

- (A) a oposição entre nato X morto provoca humor, mas não há, de fato, oposição de sentido entre esses adjetivos, em seus contextos;
- (B) a expressão "ele ainda chega lá" refere-se às possibilidades de sucesso profissional do humorista Fortuna;
- (C) as cicatrizes a que se refere o texto mostram, no plano humorístico, más conseqüências das brincadeiras do humorista com os pais;
- (D) a expressão "continua roxo" mostra desejo intenso;
- (E) a referência ao "dia seguinte" faz referência a possíveis conseqüências de agressões em razão das piadas, no plano humorístico.

20 - A frase abaixo faz parte de seção de uma revista de humor:

"Se você é um verdadeiro masoquista.
"Se você realmente adorou esta seção.
"Não perca o próximo número.
"Vai ser muito pior!"

O humor, neste caso, é produzido pelo(pela):

- (A) crítica feita à própria revista;
- (B) ambigüidade de termos;
- (C) relação "masoquista" / "pior";
- (D) reconhecimento das próprias falhas;
- (E) ironia do termo "adorou".

ATENÇÃO:

As próximas dez questões (21 a 30) são de língua estrangeira. Apresentamos inicialmente as questões de Inglês e, em seguida, as de Espanhol. *Resolva apenas as correspondentes à língua estrangeira que você indicou como opção.*

LÍNGUA INGLESA

READ TEXT I AND ANSWER QUESTIONS 21 TO 25:

TEXT I

The integral approach strategies adopted by Favela-Bairro consist of proposals of integrated and participative actions. The path that goes from welfare to work should combine programs and services for human and social development with labor and income-generation opportunities. To be viable, however, social promotion interventions should be focused on geographical areas with a high concentration of poverty, specifically on the poorest families.

An intersectoral decentralized and participative approach can produce synergetic effects capable of providing greater impact for poverty and inequality reduction policies, and capable of contributing to their sustainability.

Although Favela-Bairro has been based on the idea of integrated urban infrastructure interventions, initially the program did not incorporate all the basic components of an integral approach strategy. These components were gradually incorporated into its design as a result of the participatory process and the transformations that occurred in the municipal administration.

Favela-Bairro is the result of an evolving process that resulted in the creation of a typical integral development model with a territorial base that incorporates life-cycle perspectives.

Rio de Janeiro inhabitants, either living in favelas or not, recognize the importance of the Favela-Bairro program. A public opinion poll carried out in 2003 asked cariocas (as Rio residents are called) to choose from a list of governmental programs the one to which the next mayor should give priority. Favela-Bairro was chosen in first place in all three rounds of the survey. The same institute asked respondents about the most important project for the city, and again Favela-Bairro ranked first: 26.1 percent of respondents have elected Favela-Bairro as more important than programs such as minimum income, popular restaurants, and even essential works in major city roads.

(www.worldbank.org on September 10, 2005)

21 - The idea implied in the expression "from welfare to work" (l. 3/4) is one of:

- (A) social deterioration;
- (B) population control;
- (C) environmental concern;
- (D) temporary employment;
- (E) economic independence.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Seleção Pública – 2005 – ANALISTA DE SISTEMAS -
DESENVOLVIMENTO
Gabarito das Provas Objetivas (após recursos)

Questão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	E	A	B	B	B	C	E	D	D	C	A	E	C	D	B	C	B	A	B	C

Língua Inglesa

Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Gabarito	E	A	C	C	D	A	B	D	D	A

**Língua
Espanhola**

Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Gabarito	A	C	E	A	B	C	C	B	A	A

Questão	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
Gabarito	B	D	C	C	A	B	A	A	A	B	D	A	A	C	E	C	B	*	E	B

Questão	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	D	E	D	A	B	*	C	E	B	C	D	D	A	C	D	B	D	A	E	C

(*) – questões anuladas



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
GESTOR FAZENDÁRIO
GEFAZ - MG - 2005

Provas I e III

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico, se necessário:
“Sonhar é preciso, agir na direção da realização de um sonho é fundamental”.
- 4 - DURAÇÃO DAS PROVAS: 5 horas, incluído o tempo para a elaboração da Prova Dissertativa e para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Na prova objetiva, há 45 questões de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, FORTEMENTE, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciadas as provas.
- 9 - Durante as provas, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término das provas, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 5.10 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVAS, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início das provas; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - A prova objetiva está assim constituída:

Disciplinas	Questões	Peso
Língua Portuguesa	01 a 10	1
Direito Constitucional	11 a 15	
Direito Administrativo	16 a 20	
Ética do Servidor na Administração Pública	21 a 25	
Informática	26 a 30	
Raciocínio Lógico-Quantitativo	31 a 35	
Matemática Financeira	36 a 40	
Estatística	41 a 45	

Quanto à Prova Dissertativa

- 1 - Identifique-se apenas na capa da prova (página 13); sua prova dissertativa não poderá ser assinada ou rubricada nem conter marcas ou sinais identificadores.
- 2 - Use as folhas pautadas do caderno desta prova para desenvolver sua dissertação.
- 3 - As folhas em branco, no final do caderno, poderão ser usadas para rascunho.
- 4 - Não escreva no espaço à direita "Reservado ao Examinador".

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões 01 e 02 têm por base o seguinte texto:

A economia brasileira apresentou um bom desempenho ano passado, incentivada, principalmente, por anterior queda nos juros e pelo crescimento das vendas do país no exterior. ____ (a) ____ este ano, um desses motores está ausente. ____ (b) ____ o Banco Central, para combater a inflação, vem elevando seguidamente a taxa básica, hoje situada em 19,25% ao ano. ____ (c) ____, os juros altos estão contribuindo para frear o crescimento econômico, mas não a inflação. ____ (d) ____ o ganho com a queda da inflação é pequeno, se comparado à perda no crescimento econômico. Não se defende por meio dessa comparação, o aumento da produção a qualquer custo. ____ (e) ____ o objetivo é expor a atual ineficácia do aumento dos juros sobre a inflação. O outro motor importante para o crescimento de 2004 (as exportações brasileiras), no entanto, continua presente este ano, com ótimo desempenho.

(Inflação e crescimento. Opinião. Correio Braziliense, 9 de abril de 2005, com adaptações)

- 01- Desconsiderando o emprego de letras maiúsculas e minúsculas, assinale a opção que, ao preencher a lacuna, mantém o texto coeso, coerente e gramaticalmente correto.
- Haja vista que
 - Apesar de
 - Entretanto
 - Embora
 - Tão pouco
- 02- Assinale a opção que apresenta fundamento na argumentação do texto e lhe dá continuidade de maneira coerente e gramaticalmente correta.
- Por isso, torna-se importante definir por quê as exportações brasileiras alcançam tão parco crescimento.
 - Diante desse cenário, é importante estudar os fatores que estão movendo a inflação, para melhor combatê-la.
 - Assim, cumpre-se a promessa política de manter a economia brasileira em crescente equiparação com a taxa de juros.
 - Dessa maneira, a aceleração do crescimento, desde setembro passado, mostram-se como caminho politicamente mais viável.
 - Nesse contexto, percebe-se que o ajuste nos juros começam a ter efeito nas exportações brasileiras.

- 03- Assinale a opção que completa de forma coerente e gramaticalmente correta o texto abaixo:

Para os acostumados com a "liderança do Estado" no processo de investimento, o problema das incertezas regulatórias é de vontade política e, portanto, _____ o empresariado a cumprir seu dever. Isso não funciona mais. O conjunto de atores _____ processo de investimento obedece a fatores intangíveis, como a confiança e seu julgamento sobre as reais convicções do governo, _____ muito difíceis de manobrar. Os efeitos de uma melhoria no marco regulatório, por exemplo, _____ por uma nomeação política numa agência reguladora.

(Gustavo Franco, É preciso acreditar, VEJA, 2 de fevereiro, 2005, com adaptações)

- convocar – envolvido no – tudo – pode ser destruída
- convocarem – envolvidos em – tudo isso – pode ser destruído
- convocando – envolvido pelo – todos eles – seriam destruídos
- de convocarem – envolvidos pelo – todas – seria destruída
- de convocar – envolvido no – todos – podem ser destruídos

As questões 04 e 05 têm por base o texto abaixo.

Para reduzir a distância do fosso que separa ricos e pobres tanto na capital quanto no país será preciso anos e anos de crescimento contínuo da economia e um amplo programa de educação e de geração de 5 empregos nas periferias das grandes cidades. Se isso não acontecer, a tendência é de as diferenças sociais agravarem ainda mais a violência que já assola o país. Mas não adianta só crescimento econômico se as taxas de juros não caírem. É que a 10 riqueza decorre da transferência de renda dos mais pobres, que pagam juros quando tomam empréstimo ou compram a prazo, para os mais ricos, que têm dinheiro de sobra para aplicar no mercado financeiro.

(Juro piora desigualdade. Correio Braziliense, 27 de março de 2005, com adaptações)

- 04- Assinale a relação de causa e consequência que encontra fundamento na argumentação do texto.

CAUSA	CONSEQUÊNCIA
a) crescimento contínuo da economia pela aplicação de sobra de dinheiro	geração de empregos nas periferias das grandes cidades
b) crescimento contínuo da economia, programa de educação e geração de emprego nas periferias das grandes cidades	redução do fosso que separa ricos e pobres
c) violência na periferia das grandes cidades	agravamento das diferenças sociais e econômicas
d) crescimento econômico	queda das taxas de juros
e) transferência de renda dos mais pobres, que pagam juros pelas compras a prazo para os mais ricos	sobra de dinheiro, com aumento de juros para as aplicações no mercado financeiro

05- Julgue as afirmações a respeito das estruturas lingüísticas empregadas no texto como falsas (F) ou verdadeiras (V), para, em seguida, assinalar a seqüência correta.

- () A substituição de "será preciso" (ℓ.2) por **serão precisos** mantém o respeito às regras de concordância da norma culta e preserva a coerência textual.
- () A substituição de "acontecer"(ℓ.6) por **acontecesse** desrespeita as regras gramaticais e provoca incoerência textual.
- () A retirada de "ainda mais" (ℓ.7) mantém as mesmas relações argumentativas do texto, mas, para que seja preservada sua correção gramatical, será necessário retirar também "já"(ℓ.7).
- () A substituição de "É que" (ℓ.9) por **Pois** preserva as relações argumentativas, a correção gramatical e a coerência do texto.

A seqüência correta é

- a) V, V, F, V
 b) F, V, V, F
 c) F, F, V, V
 d) V, F, F, V
 e) F, V, F, F

06- Preencha os espaços do texto, de modo a preservar sua coerência argumentativa e correção gramatical.

O crescimento econômico não é um processo ordenado _____ um hormônio específico _____ como uma política focada. A economia se transforma, cresce, encolhe ou se _____ como o resultado agregado de uma infinidade de processos desordenados. Não se deve pensar no crescimento _____ um número, _____ a economia se modifica de múltiplas formas, e o tamanho está longe de ser a única métrica.

(Gustavo Franco. *A revolta da jabuticada. Veja*, 16 de fevereiro, 2005, com adaptações)

- a) por – tratável – deteriora – como – pois
 b) em – tratado – supera – acerca de – porém
 c) por – questionado – deteriora – acerca de – pois
 d) de – considerado – aumenta – por – porém
 e) em – considerável – aumenta – como – já que

07- Assinale em que lugar deve ser inserida a seguinte oração de modo a preservar a coesão, a coerência argumentativa e a correção gramatical do texto:

A partir de então, o ser humano nunca mais deixou de se globalizar.

(a) A globalização começou há 100.000 anos, quando nossos ancestrais *sapiens sapiens* forçaram as fronteiras do continente africano em direção a outras terras. (b) A globalização sempre teve vantagens e desvantagens. (c) Todos os povos que se moveram para lugares mais atrasados, no sentido físico, cultural ou econômico, levaram opressão e progresso às terras por eles visitadas. O processo vem derrubando fronteiras em todos os campos e está adquirindo uma velocidade muito maior nos dias atuais. (d) Essa transformação cinética não dá a ninguém o direito de achar que ser contra ou a favor da globalização é uma importante postura ideológica. (e)

(Tales Alvarenga. *Os neoconservadores. VEJA*, 2 de fevereiro, 2005, com adaptações)

- a) (a)
 b) (b)
 c) (c)
 d) (d)
 e) (e)

As questões 08 e 09 tomam por base o seguinte texto:

Na Grécia e em Roma, o conceito de cidadania tinha um tom bem diferente do atual. O cidadão grego, mesmo na áurea época de Péricles, em Atenas, era o nascido de família cidadã de determinada cidade-estado. Os escravos, os estrangeiros, os "periecos", moradores da periferia, não eram cidadãos. Numa cidade-estado, era ínfima a porcentagem de cidadãos, o que evidencia a presença de uma cidadania oligárquica nessas cidades. O mesmo pode ser dito de Roma, que dividia seu direito entre *Jus Civile*, ou direito dos cidadãos, e *Jus Gentium*, o direito das gentes ou daqueles que não eram cidadãos, que obviamente tinham menos direitos que os primeiros.

(Roberto de Aguiar, *Ética e Direitos Humanos. In: Desafios Éticos*, p.61-62, com adaptações)

08- Assinale a opção em que, de acordo com a argumentação do texto, a expressão da primeira coluna não se refere à da segunda coluna.

- a) "o que" (ℓ.8) ⇒ a ínfima porcentagem de cidadãos em uma cidade-estado
 b) "nessas cidades" (ℓ.9) ⇒ cidades-estado da Grécia antiga
 c) "O mesmo" (ℓ.9) ⇒ a presença de uma cidadania única.
 d) "que" (ℓ.12) ⇒ aqueles que não eram cidadãos
 e) "os primeiros"(ℓ.14) ⇒ cidadãos romanos

09- Assinale a opção correta a respeito do emprego de sinais de pontuação do texto.

- a) A substituição do ponto final depois de "atual"(ℓ.2) pelo sinal de dois pontos prejudica a correção gramatical do texto e altera suas relações argumentativas.
 - b) A retirada da vírgula depois de "Péricles"(ℓ.3) é admitida pela gramática, desde que a vírgula depois de "Atenas" (ℓ.3) também seja retirada.
 - c) A substituição da vírgula depois de "estrangeiros" (ℓ.5) pela conjunção aditiva e prejudica a correção gramatical do texto e o sentido de enumeração entre os termos.
 - d) A substituição da vírgula depois de "cidadãos" (ℓ.8) pelo travessão é admitida pela gramática e tem o efeito de dar ênfase à idéia da oração que vem a seguir.
 - e) Por anteceder uma conjunção coordenativa, a vírgula antes de "ou"(ℓ.11) pode ser suprimida, sem que fique prejudicada a correção gramatical do texto.
- 10- Os fragmentos abaixo estão desordenados, mas constituem um texto adaptado de Antônio Ermírio de Moraes, *A lamentável informalidade Brasileira*, publicado na Folha de São Paulo, de 27 de março de 2005. Ordene-os nos parênteses e indique a opção correspondente.
- () O Brasil está permeado pelas mais diferentes formas dessa informalidade. Em primeiro lugar, está a informalidade das empresas. Em segundo lugar, vem a informalidade dos trabalhadores.
 - () Depois, está a informalidade que existe dentro da formalidade: são os empregadores que registram um empregado por um salário baixo e pagam salário mais alto.
 - () Em 2004, o déficit dos sistemas público e privado foi de mais de R\$ 64 bilhões. Esse é o maior problema do Brasil, pois retira do Estado sua capacidade de investir.
 - () Consertar o sistema previdenciário é imprescindível, mas, no meio de tal informalidade, será insuficiente. Moralizar as leis trabalhistas é essencial para atingir o desenvolvimento desejado.
 - () Mais grave, o financiamento desse déficit pressiona as taxas de juros para cima e os investimentos privados para baixo, com conseqüências nefastas para o emprego. Os especialistas apontam a informalidade como o problema mais grave na determinação desse quadro.
- a) 1, 3, 4, 2, 5
 - b) 4, 1, 3, 2, 5
 - c) 4, 5, 1, 2, 3
 - d) 3, 1, 5, 4, 2
 - e) 3, 4, 1, 5, 2

DIREITO CONSTITUCIONAL

11- Assinale a opção correta.

- a) O Estado-membro não pode recusar fé aos documentos que ele próprio expediu, mas pode recusá-la aos documentos públicos produzidos nos Municípios.
- b) Dada a autonomia dos Municípios, o Estado-membro não participa dos fenômenos da fusão e do desmembramento dessas pessoas jurídicas de direito público.
- c) Somente por emenda à Constituição Federal é possível desmembrar um Estado-membro, para a criação de um novo Estado integrante da Federação.
- d) A guarda da Constituição Federal é matéria da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) O Estado-membro não pode prever na sua Constituição a possibilidade de o Governador do Estado editar medidas provisórias.

12- Assinale a opção correta.

- a) O servidor público condenado por ato de improbidade administrativa não pode sofrer ação penal pelo mesmo fato.
- b) O servidor público condenado em ação por improbidade administrativa perde, em caráter permanente, o direito de ser eleito para cargos eletivos de qualquer das esferas da Federação.
- c) A responsabilidade civil do Estado por danos causados a particulares por ato de servidor seu é objetiva; depende, porém, de demonstração da culpa desse servidor o direito de o Estado reaver do mesmo servidor envolvido no evento a quantia que despendeu a título de indenização.
- d) Nada impede que a lei estabeleça que os vencimentos dos cargos de uma carreira do Executivo corresponderão sempre a um percentual fixo dos vencimentos que vierem a ser atribuídos aos integrantes de uma outra carreira do mesmo Poder.
- e) Estando no mesmo patamar hierárquico da Constituição Federal, a Constituição Estadual não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

13- A Constituição veda expressamente certas penas. Assinale a opção que não contém penalidade proibida constitucionalmente entre nós.

- a) Pena de perda de bens.
- b) Pena cruel.
- c) Pena de trabalhos forçados.
- d) Pena de caráter perpétuo.
- e) Pena de morte, em tempos de paz.

14- Assinale a opção correta.

- a) O agente político do Estado não pode invocar o direito à privacidade, enquanto estiver no exercício do cargo.
- b) A garantia do sigilo bancário somente pode ser quebrada por decisão fundamentada de membro do Judiciário ou de membro do Ministério Público.
- c) É irrelevante, para o exercício da liberdade de reunião em local aberto ao público, que os participantes do evento estejam armados, desde que a reunião esteja autorizada pela autoridade policial competente.
- d) A Constituição proclama a liberdade de expressão, assegurando o direito ao anonimato e o sigilo de fonte.
- e) A Constituição em vigor expressamente admite a possibilidade de leis retroativas no ordenamento brasileiro.

15- Assinale a opção correta.

- a) Como regra geral, os direitos fundamentais somente podem ser invocados em juízo depois de minudenciados pelo legislador ordinário.
- b) Nenhuma norma da Lei Maior em vigor que dispõe sobre direito fundamental pode ser objeto de emenda à Constituição.
- c) Os direitos fundamentais são garantidos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país. Os demais estrangeiros não podem invocar direitos fundamentais no Brasil.
- d) No âmbito dos direitos políticos, o analfabeto pode votar, mas não pode ser eleito para nenhum cargo eletivo.
- e) Pode-se afirmar que, no direito brasileiro, o direito à vida e à incolumidade física são direitos absolutos, no sentido de que nenhum outro previsto na Constituição pode sobre eles prevalecer, nem mesmo em um caso concreto isolado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16- Suponha que Poder Executivo Estadual tenha exarado um ato administrativo que, ainda que não fosse ilegal, era inconveniente e inoportuno. Assinale a opção que corresponde à(s) providência(s) que poderia(m) ser tomada(s), em face de tal ato.

- a) O princípio da autotutela da Administração permite apenas ao Poder Executivo anulá-lo.
- b) Tanto o Poder Executivo como o Poder Judiciário poderiam anulá-lo (este, apenas se provocado por eventuais interessados).
- c) O Poder Executivo poderia revogá-lo, não podendo, o Poder Judiciário, revogá-lo ou anulá-lo.
- d) O Poder Executivo poderia anulá-lo, mas apenas se o Poder Judiciário assim o determinasse.
- e) Uma vez já exarado o ato, somente o Poder Judiciário poderia tomar providências quanto a ele.

17- Assinale a opção correta, relativamente ao princípio da legalidade.

- a) Tal princípio é de observância obrigatória apenas para a Administração direta, em vista do caráter eminentemente privatístico das atividades desenvolvidas pela Administração indireta.
- b) Não se pode dizer que todos os servidores públicos estejam sujeitos ao princípio da legalidade, na medida em que, para alguns, sua conduta profissional é regida precipuamente por regulamentos, editados pelo Poder Executivo.
- c) A inobservância ao princípio da legalidade, uma vez verificada, cria para o administrador o dever – e não a simples faculdade – de revogar o ato.
- d) Tal princípio não autoriza o gestor público a, nessa qualidade, praticar todos os atos que não estejam proibidos em lei.
- e) O princípio da legalidade é característico da atividade administrativa, não se estendendo à atividade legislativa, pois esta tem como característica primordial a criação de leis, e não sua execução.

18- Com relação ao poder de polícia, assinale a opção incorreta.

- a) Não se pode falar em utilização de poder de polícia pela Administração indireta.
- b) Como regra, tal poder será discricionário.
- c) O meio de ação que concretize a atuação do poder de polícia encontra limites no princípio da proporcionalidade.
- d) Nem sempre as ações atinentes ao poder de polícia serão auto-executáveis.
- e) O poder de polícia não abrange apenas medidas repressivas.

19- No que tange aos poderes administrativos, assinale a opção correta.

- a) Em face do poder hierárquico, um órgão consultivo que integre a estrutura do Poder Executivo, por exemplo, deve exarar manifestação que se harmonize como entendimento dado à matéria pelo chefe de tal Poder.
- b) Por sua natureza, a Secretaria de Receita Estadual não tem poder de polícia, que é característico da Secretaria de Segurança do Estado.
- c) Uma vez que o Direito não admite lacunas legislativas, e a Administração Pública deve sempre buscar atender o interesse público, o poder regulamentar, como regra, autoriza que o Poder Executivo discipline as matérias que ainda não foram objeto de lei.
- d) Em vista da grande esfera de atuação do Poder Executivo, o poder regulamentar se distribui entre diferentes autoridades que compõem tal poder, que expedem portarias e instruções normativas, conforme a área de especialização técnica de cada qual.
- e) Nem sempre as medidas punitivas aplicadas pela Administração Pública a particulares terão fundamento no poder disciplinar.



**CONCURSO PÚBLICO
GESTOR FAZENDÁRIO - GEFAZ - MG
2005**

GABARITOS (antes dos recursos)

Prova I (Aplicada em 19/06/2005 - DOMINGO MANHÃ)

Questões								
01 - C	06 - A	11 - D	16 - C	21 - D	26 - C	31 - E	36 - E	41 - C
02 - B	07 - B	12 - C	17 - D	22 - E	27 - D	32 - C	37 - A	42 - B
03 - E	08 - C	13 - A	18 - A	23 - C	28 - E	33 - A	38 - D	43 - A
04 - B	09 - D	14 - E	19 - E	24 - A	29 - E	34 - D	39 - C	44 - E
05 - A	10 - E	15 - D	20 - B	25 - B	30 - A	35 - B	40 - B	45 - D

A prova I está assim constituída:

Disciplinas	Questões	Peso
Língua Portuguesa	01 a 10	1
Direito Constitucional	11 a 15	
Direito Administrativo	16 a 20	
Ética do Servidor na Administração Pública	21 a 25	
Informática	26 a 30	
Raciocínio Lógico-Quantitativo	31 a 35	
Matemática Financeira	36 a 40	
Estatística	41 a 45	

Prova II (Aplicada em 19/06/2005 - DOMINGO-TARDE)

Questões				
01 - A	12 - D	23 - E	34 - E	45 - B
02 - A	13 - D	24 - A	35 - D	46 - B
03 - E	14 - C	25 - C	36 - E	47 - A
04 - C	15 - C	26 - A	37 - E	48 - C
05 - E	16 - B	27 - C	38 - C	49 - C
06 - B	17 - C	28 - B	39 - A	50 - E
07 - B	18 - D	29 - D	40 - A	51 - D
08 - C	19 - B	30 - C	41 - E	52 - C
09 - A	20 - D	31 - E	42 - D	53 - A
10 - D	21 - A	32 - B	43 - D	54 - D
11 - E	22 - E	33 - B	44 - E	55 - B

A prova II está assim constituída:

Disciplinas	Questões	Peso
Contabilidade	01 a 15	2
Direito Tributário	16 a 25	
Legislação Tributária	26 a 55	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Gestão Pública – SGP

Concurso Público de Ingresso para Provimento de Cargos Vagos de

Agente Vistor I

P R O V A

Conhecimentos Gerais

Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno contém 120 questões, numeradas de 1 a 120. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 5 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Abril/2002

<p style="text-align: center;">CONHECIMENTOS GERAIS</p> <p style="text-align: center;">PORTUGUÊS</p> <p>Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.</p> <p style="text-align: center;">Cidadania e igualdade</p> <p><i>Mais do que em outras épocas da nossa história, o momento em que ingressamos num novo século exige a construção da cidadania e a implementação dos direitos humanos como tarefa de urgência. Realizá-la implica uma série de atitudes que envolvem, antes de mais nada, o indivíduo, o seu grupo, a comunidade e os diversos segmentos da sociedade. Impõe-se a cada pessoa o desafio de acreditar – ou voltar a acreditar, se perdeu tal crença – na possibilidade de uma sociedade justa e solidária, exercitando uma nova consciência crítica, conhecendo a realidade em suas várias nuances e mudando o que precisa ser mudado para uma vida melhor.</i></p> <p><i>Ter consciência crítica significa também saber analisar, com realismo, as causas e os efeitos das situações que precisam ser enfrentadas, para, a partir dessa atitude, descobrir os melhores caminhos na busca da transformação social, política, econômica e cultural. Significa, do mesmo modo, abrir-se para as mudanças e capacitar-se, de todas as formas, para absorvê-las. Há hoje cada vez mais espaços para ações de parceria voltadas ao desenvolvimento sustentado e à realização dos direitos humanos.</i></p> <p><i>O desafio apresenta-se de duas formas. De um lado, é preciso abrir-se para além dos círculos fechados em que as pessoas normalmente vivem, estimulando o respeito e a cooperação por uma sociedade com menores desigualdades, e de outro, para exercer o direito de cobrar das instituições do Estado a sua responsabilidade na preservação dos direitos humanos. O desafio essencial de cada um de nós é e sempre será fazer respeitar a nossa condição de ser humano vocacionado a uma vida digna e solidária.</i></p> <p><i>O princípio de igualdade é a base da cidadania e fundamenta qualquer constituição democrática que se proponha a valorizar o cidadão. Não é diferente com a nossa. Na Constituição de 1988, o direito à igualdade destaca-se como tema prioritário logo em seu artigo 5º:</i></p> <p><i>“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).”</i></p> <p style="text-align: right;">(Guia Cidadania e Comunidade)</p>	<p>1. A realização da "tarefa de urgência", de que trata o primeiro parágrafo do texto, exige</p> <p>(A) iniciativas enérgicas por parte do poder estatal.</p> <p>(B) a defesa do convívio em círculos sociais restritos.</p> <p>(C) uma nova reforma constitucional.</p> <p>(D) uma alteração no fundamento da Constituição de 1988.</p> <p>(E) novas atitudes dos indivíduos e dos grupos sociais.</p> <hr/> <p>2. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. As "duas formas" de desafio de que trata o 3º parágrafo acentuam a importância do papel da iniciativa do Estado.</p> <p>II. A frase <i>Não é diferente com a nossa</i>, no penúltimo parágrafo, lembra que o princípio da igualdade é básico também na Constituição brasileira.</p> <p>III. O direito à igualdade, tratado no artigo 5º da Constituição de 1988, é amplo em relação aos cidadãos brasileiros e restrito em relação a todos os demais.</p> <p>Em relação ao texto, está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, somente.</p> <p>(B) II, somente.</p> <p>(C) I e II, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) I, II e III.</p> <hr/> <p>3. O texto manifesta a necessidade premente de se evitar</p> <p>(A) uma análise realista das causas e efeitos das situações que precisam ser enfrentadas.</p> <p>(B) a prática de cobrar de setores do Governo suas responsabilidades constitucionais.</p> <p>(C) a tendência de se viver no interior de círculos sociais fechados e estanques.</p> <p>(D) a discriminação social, a não ser nos casos previstos no artigo citado da atual Constituição.</p> <p>(E) qualquer desafio que diga respeito a mudança de atitude ou de hábitos tradicionais.</p> <hr/> <p>4. No contexto do 1º parágrafo, os elementos que constituem a enumeração <i>o indivíduo, o seu grupo, a comunidade e os diversos segmentos sociais</i></p> <p>(A) estão dispostos numa ordem casual e arbitrária.</p> <p>(B) obedecem à seqüência lógica do mais geral para o mais particular.</p> <p>(C) são todos eles alternativos e excludentes entre si.</p> <p>(D) estão dispostos numa progressão do particular para o geral.</p> <p>(E) são todos eles sinônimos entre si.</p>
--	---

<p>5. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma frase do texto em:</p> <p>(A) <i>em suas várias nuances</i> = em seus diversos aspectos.</p> <p>(B) <i>implementação dos direitos humanos</i> = preservação da assistência humanitária.</p> <p>(C) <i>vocacionado a uma vida solidária</i> = ambientado no regime da privacidade.</p> <p>(D) <i>tema prioritário</i> = questão de alguma relevância.</p> <p>(E) <i>inviolabilidade do direito à vida</i> = proteção da garantia de vida.</p>	<p>8. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na seguinte frase:</p> <p>(A) É uma tolice imaginar-se que não se devam satisfações àqueles que não pertençam ao âmbito do nosso próprio grupo social.</p> <p>(B) Não nos cabem, nos dias que correm, ignorar o fato de que novas atitudes são absolutamente necessárias a uma nova ordem social.</p> <p>(C) A base da cidadania se firmam nos princípios que postulam a inviolabilidade dos direitos básicos de todo cidadão.</p> <p>(D) Assim como nas dos outros países, encontram-se em nossa Constituição, em palavras que não deixam dúvida, o princípio democrático da igualdade.</p> <p>(E) As duas formas em que se apresentam para nós o desafio de acreditar na igualdade são a abertura para os outros e a vigilância quanto às funções do Estado.</p>
<p>6. A frase <i>Ter consciência crítica significa também saber analisar, com realismo, as causas e os efeitos das situações, que precisam ser enfrentadas</i> articula o segundo ao primeiro parágrafo. Considerando-se essa articulação, a palavra <i>também</i> tem o sentido de</p> <p>(A) ainda assim.</p> <p>(B) apesar de tudo.</p> <p>(C) além disso.</p> <p>(D) sobretudo.</p> <p>(E) antes de mais nada.</p>	<p>9. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>O desafio essencial será fazer respeitar a nossa condição de ser humano</i>, o segmento sublinhado será substituído por</p> <p>(A) fazer com que respeitemos.</p> <p>(B) fazermo-nos respeitados.</p> <p>(C) ter feito respeitar.</p> <p>(D) fazer ser respeitada.</p> <p>(E) fizermos respeitá-la.</p>
<p>7. Está correta a grafia de todas as palavras do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Uma das iniciativas encontornáveis da cidadania está em se ezercer a consciência crítica, aplicada aos fatos da realidade.</p> <p>(B) Recusando os privilégios dos que se habituaram a viver em grupos autônomos, o texto propõe o acesso de todos a todas as instâncias sociais.</p> <p>(C) Ninguém deve se ezimir de cobrar do Estado a prezervação do princípio de igualdade como um direito básico da cidadania.</p> <p>(D) Constitue dever de todos manter ou readquirir a crença em que seja possível a vijência social dos princípios da igualdade e da solidariedade.</p> <p>(E) O que se atribue a um cidadão, como direito básico, deve constituir-se em direito básico de todos os cidadãos, indescriminadamente.</p>	<p>10. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Viver em círculos fechados é o que muita gente gosta apesar de serem pouco beneficiados em razão disto.</p> <p>(B) Quando se obedece princípios de igualdade a cidadania de que todos almejamos torna-se não apenas provável quanto possível.</p> <p>(C) É bem melhor gozar de um direito coletivamente do que cada um por si, o mesmo ocorrendo com os demais.</p> <p>(D) Verifica-se hoje muitas ações de parceria, onde a meta é o desenvolvimento sustentado, além de ser voltado à realização dos direitos humanos.</p> <p>(E) Se há algumas razões para que se tenha deixado de crer na possibilidade de uma sociedade justa, há muitas mais para que se aceite o desafio de voltar a crer.</p>

<p>Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue:</p> <p style="text-align: center;">A tirania da experiência</p> <p><i>Acompanhei as dificuldades de um jovem que, ao terminar sua formação, saiu à procura de um emprego. Ele esbarrou em recusas que só os jovens recebem. Os entrevistadores apreciavam seu diploma, gostavam de sua apresentação e perguntavam: "Você tem experiência?". Meu jovem amigo sentia-se num círculo vicioso: era rechaçado por falta de uma experiência que nunca poderia adquirir, pois não conseguia emprego justamente porque lhe faltava experiência.</i></p> <p><i>Parece um pretexto para condenar os jovens a um salário simbólico. Eternos estagiários, eles seriam obrigados a trocar seu trabalho pelo "privilégio" de aprender o ofício. Mas não é só isso: nossa cultura, em princípio, venera a experiência. Salvo em momentos nostálgicos, duvidamos das sabedorias sagradas ou ancestrais. Preferimos confiar e acreditar nas coisas em que podemos colocar o dedo e o nariz. A autoridade, em suma, abandonou a tradição e veio para a experiência.</i></p> <p><i>Se sou um adolescente, como afirmo minha liberdade? Sou obrigado a me aventurar em terrenos completamente novos. Para me esquivar da autoridade dos pais e dos adultos, tento fazer algo que não esteja no campo de experiências dos que me precederam. A novidade, a originalidade tornam-se verdadeiros valores, porque prometem libertar-me da experiência dos outros. Se fizer algo que ninguém nunca fez, quem poderia ditar minha conduta, dizendo-se sábio e experiente?</i></p> <p><i>Recomendação aos pais de adolescentes: se, discutindo com seus filhos, você achar bom evocar a sabedoria que vem de sua experiência, seja humilde e modesto. Quanto mais você justificar sua autoridade pela experiência, tanto mais seu rebento estará a fim de aventurar-se por terrenos pouco ou nada mapeados.</i></p> <p style="text-align: right;">(Contardo Calligaris, Folha de S. Paulo, 07/03/2002)</p>	<p>12. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. As empresas se valem da pouca ou nenhuma experiência de um jovem para se aproveitarem de seu trabalho na precária condição de estagiário.</p> <p>II. A responsabilidade pelo círculo vicioso a que o texto se refere deveria ser assumida pelos adolescentes, que não dão valor a nenhum tipo de experiência.</p> <p>III. As dificuldades enfrentadas por um jovem que esteja buscando trabalho demonstram que está em baixa o prestígio da experiência.</p> <p>Em relação ao texto, está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, somente.</p> <p>(B) II, somente.</p> <p>(C) I e II, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>11. De acordo com o texto, para escapar à tirania da experiência um adolescente de hoje sente-se impelido a</p> <p>(A) reconhecer a sabedoria antiga e sólida dos nossos ancestrais.</p> <p>(B) aventurar-se em situações inteiramente novas e originais.</p> <p>(C) ratificar os valores culturais que nortearam a geração precedente.</p> <p>(D) corresponder à expectativa dos entrevistadores das empresas.</p> <p>(E) repisar os caminhos em que seus pais se sentiram livres.</p>	<p>13. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:</p> <p>(A) <i>rechaçado por falta de uma experiência</i> = absorvido pela inexperiência.</p> <p>(B) <i>eternos estagiários</i> = aprendizes eventuais.</p> <p>(C) <i>salvo em momentos nostálgicos</i> = à exceção dos instantes de nostalgia.</p> <p>(D) <i>evocar a sabedoria</i> = protelar o conhecimento.</p> <p>(E) <i>seu rebento estará a fim de aventurar-se</i> = seu ímpeto o levará a ousadias.</p> <p>14. Há palavras cuja grafia exige correção na frase:</p> <p>(A) Incompreensivelmente, dá-se absoluta primazia à experiência, quando se trata do preenchimento de novas vagas.</p> <p>(B) Pretextando a inexperiência dos jovens pretendentes a uma vaga, os empregadores lhes oferecem estágios, com pagamento irrisório.</p> <p>(C) É lamentável que jovens com aptidão e vocação para o trabalho sejam rejeitados em nome de uma experiência a que não podem ter acesso.</p> <p>(D) Diminuí paulatinamente o número de novos empregos, o que obriga os jovens candidatos a se submeterem a exigências cada vez mais rigorosas.</p> <p>(E) É evidente o descazo com que o mercado de trabalho trata os recém-formados, frustrando assim suas legítimas pretensões.</p>

<p>15. Está correto o emprego da forma verbal sublinhada na frase:</p> <p>(A) Ser jovem já não <u>constitue</u> vantagem, na luta por um emprego.</p> <p>(B) Se o empregador não <u>opor</u> obstáculo ao jovem, este poderá ganhar experiência.</p> <p>(C) As experiências que os pais <u>reteram</u> serão contestadas pelos filhos.</p> <p>(D) A exigência de experiência anterior <u>obstrui</u> o caminho de muitos jovens.</p> <p>(E) Quando se <u>desfazem</u> de seus preconceitos, os empresários contratarão os jovens.</p>	<p>18. Está correta a articulação entre os tempos verbais na frase:</p> <p>(A) Seria preferível que os empregadores dêem mais atenção aos jovens.</p> <p>(B) Para que sua liberdade venha a ser afirmada, os jovens terão de experimentar novos caminhos.</p> <p>(C) À medida que se vão confrontando com os valores dos pais, os filhos tinham sentido a necessidade de afirmar os seus próprios.</p> <p>(D) Espera-se que a futura geração não vá enfrentar as mesmas dificuldades que se imporiam à geração passada.</p> <p>(E) Talvez nunca se tenha desprestigiado tanto a sabedoria dos ancestrais quanto viesse a ocorrer a em nossa época.</p>
<p>16. Os jovens bem que tentam, mas não <u>se dá aos jovens</u> a oportunidade de um trabalho que <u>recompense os jovens</u> pelos esforços despendidos.</p> <p>Evita-se a repetição de palavras da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, pelas formas:</p> <p>(A) se dá a aqueles - recompense eles</p> <p>(B) se dá a eles - recompense-lhes</p> <p>(C) se lhes dá - os recompense</p> <p>(D) se os dá - os recompense</p> <p>(E) se dá a eles - recompense eles</p>	<p>19. Está correto o emprego da expressão sublinhada na frase:</p> <p>(A) Os bons salários <u>a que</u> os jovens aspiram são cada vez mais improváveis.</p> <p>(B) É mínimo o salário <u>no qual</u> os empresários julgam retribuir o esforço dos estagiários.</p> <p>(C) O assunto <u>de cujo</u> se trata no texto diz respeito às exigências que se colocam aos jovens.</p> <p>(D) São desafiadores os novos terrenos <u>com que</u> os jovens se prontificam a explorar.</p> <p>(E) Seria preciso <u>de que</u> se oferecessem oportunidades reais aos jovens pretendentes a um emprego.</p>
<p>17. O verbo indicado entre parênteses adotará obrigatoriamente uma forma do plural ao se flexionar na seguinte frase:</p> <p>(A) É irrisório o que nas empresas se <u>(oferecer)</u> aos jovens estagiários.</p> <p>(B) Os terrenos novos nos quais <u>(dever)</u> se aventurar o jovem de hoje são seu grande desafio.</p> <p>(C) Se não <u>(haver)</u> outras razões, a juventude e o entusiasmo deveriam bastar para se valorizar o jovem.</p> <p>(D) Como não se <u>(valorizar)</u>, num jovem, as qualidades naturais da mocidade, ele sai prejudicado.</p> <p>(E) Quanto aos adolescentes, nenhuma época lhes <u>(parecer)</u> tão injusta quanto a nossa.</p>	<p>20. Está bem observada a necessidade dos sinais de crase na seguinte frase:</p> <p>(A) Quando os filhos passam à interpelar os valores de seus pais, consideram-se aptos à afirmar os seus próprios.</p> <p>(B) O jovem fica à uma distância cada vez maior das poucas oportunidades que ainda estão à lhes oferecer.</p> <p>(C) Daqui à pouco vão dizer que são os jovens os principais responsáveis pelo círculo vicioso à que o texto se refere.</p> <p>(D) Apresentam-se, à toda vaga oferecida, candidatos dispostos à disputá-la da forma mais aguerrida.</p> <p>(E) Não se notam, à medida que o tempo passa, avanços significativos nas condições de trabalho oferecidas à juventude.</p>

<p>21. Considere estas duas frases:</p> <p>I. Foi enorme o prazer que me proporcionou aquela viagem.</p> <p>II. Foi enorme o prazer com que me proporcionou aquela viagem.</p> <p>É correto afirmar que</p> <p>(A) as frases I e II têm o mesmo sentido, variando apenas a forma de construção.</p> <p>(B) a frase I afirma o prazer que eu senti ao realizar uma viagem.</p> <p>(C) a frase II afirma o prazer que alguém sentiu ao fazer uma viagem.</p> <p>(D) a frase I afirma o prazer que alguém sentiu ao possibilitar que uma outra pessoa viajasse.</p> <p>(E) a frase II afirma o prazer que eu senti ao possibilitar a viagem de uma outra pessoa.</p>	<p>24. É preciso corrigir a forma do plural de uma das palavras da frase:</p> <p>(A) Quaisquer que sejam nossas opções, será difícil tomarmos uma decisão.</p> <p>(B) Nenhum desses salvo-condutos os livrará da detenção.</p> <p>(C) Os distintos caracteres das personagens de um romance devem ser bem definidos.</p> <p>(D) Estão correndo vários abaixo-assinados contra as últimas demissões.</p> <p>(E) Encontrei muitos senões nos documentos que os dois tabeliães expediram.</p>
<p>22. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Garçom, nós queremos conversar; poderia pedir para baixar um pouco o volume do rádio, por favor?</p> <p>(B) Se a maré subir, logo, os turistas ficarão ilhados naquelas pedras e, terão que esperar até amanhã, para voltarem.</p> <p>(C) Admita, que você nos traiu, ao tomar uma atitude que contrariou inteiramente, nossa decisão da véspera.</p> <p>(D) Durante a projeção do filme, que você me recomendou as pessoas iam saindo, mostrando assim, seu desagrado e desinteresse pelo final.</p> <p>(E) Você deve ser condescendente, uma vez que, se não renegociar minha dívida, dificilmente, poderei pagá-la.</p>	<p>25. Transpondo-se para a voz ativa a frase <i>Seu corpo nunca fora tocado por um homem</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) tinha sido tocado.</p> <p>(B) teriam tocado.</p> <p>(C) tocaria.</p> <p>(D) teria sido tocado.</p> <p>(E) tocara.</p>
<p>23. Está correto o emprego dos elementos sublinhados na frase:</p> <p>(A) Queria saber <u>porque</u> ele é mais exigente <u>com nós</u> do que com ela.</p> <p>(B) Ela pediu para <u>mim</u> aguardar alguns dias mais, <u>por que</u> logo teria o dinheiro.</p> <p>(C) Não sei <u>porquê</u> ele ficou tão nervoso <u>conosco</u> todos.</p> <p>(D) Se isso foi feito para <u>eu</u> renunciar, não o farei, <u>porque</u> mantenho meus princípios.</p> <p>(E) Ninguém entendeu o <u>por que</u> do fato de <u>mim</u> abandonar a reunião no meio.</p>	<p>26. A frase cuja construção está inteiramente clara e correta é:</p> <p>(A) As sobremesas de que mais aprecio é quando tem creme de leite.</p> <p>(B) A obrigação de os ler diminui o prazer com um livro para os adolescentes.</p> <p>(C) Não obstante houvesse chovido há pouco, foi possível seguirmos pela trilha sem grande esforço.</p> <p>(D) À proporção em que o sol se tornava mais forte pensávamos em procurarmos um abrigo dele.</p> <p>(E) Todos nós demos de si o máximo, mas fora insuficiente para se obter nossa vitória.</p> <p>27. Quanto às normas de concordância verbal e nominal, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) A onda de explosões e atentados deixaram assustadiços toda a população da metrópole.</p> <p>(B) A única das alegações suas com a qual concordo é a mesma que foi acolhida pelos meus sócios.</p> <p>(C) Quem tem de se fazer merecedor da minha confiança é eles, para que eu lhes dê meu voto com toda a convicção.</p> <p>(D) Muita gente, com o passar dos anos, vão modificando a opinião e tornando-se cada vez mais pessimistas.</p> <p>(E) Não lhes parecem estranho que todo mundo se mostrem nossos aliados, assim, de repente?</p>

<p>28. A alteração na pontuação acarreta alteração de sentido em:</p> <p>(A) I. Quando desembarquei percebi que o dinheiro já não estava comigo. II. Quando desembarquei, percebi que o dinheiro já não estava comigo.</p> <p>(B) I. Felizmente nada de mais grave lhe aconteceu. II. Felizmente, nada de mais grave lhe aconteceu.</p> <p>(C) I. Você acredita de fato que todos esses poemas são bons? II. Você acredita, de fato, que todos esses poemas são bons?</p> <p>(D) I. Só respeito os argumentos dela que se baseiam em fatos. II. Só respeito os argumentos dela, que se baseiam em fatos.</p> <p>(E) I. Ao partirem já comecei a sentir saudades. II. Ao partirem, já comecei a sentir saudades.</p>	<p>MATEMÁTICA</p> <p>31. A companhia de fornecimento de energia elétrica de uma cidade cobra mensalmente R\$ 0,20 por kwh pelos primeiros 100 kwh consumidos e, R\$ 0,25 por kwh pelo consumo que ultrapassar 100 kwh. Sabendo-se que o valor total de uma conta, em R\$, será calculado multiplicando-se o consumo total de energia em kwh por um fator C determinado segundo as regras de cobrança descritas acima, o valor de C para uma conta com consumo total de 250 kwh será igual a</p> <p>(A) 0,21 (B) 0,22 (C) 0,23 (D) 0,24 (E) 0,25</p>						
<p>29. Considere os seguintes fatos:</p> <p>I. Ela partiu já há duas semanas. II. Até agora ela não me deu notícias. III. Confesso que começo a ficar preocupado.</p> <p>O período em que os fatos acima estão articulados de modo lógico, com redação correta, é:</p> <p>(A) Confesso que começo a me preocupar, pois ela ainda não me deu qualquer notícia, apesar de já fazer duas semanas que partiu.</p> <p>(B) Já fazem duas semanas e eis que ela ainda não me deu notícias, muito embora eu confesse que começo a me preocupar.</p> <p>(C) Como até agora ela não me deu nenhuma notícia, confesso que começo a me preocupar pelo fato de já haver partido fazem duas semanas.</p> <p>(D) Já fez duas semanas de sua partida e até agora ela não me deu alguma notícia, posto que, confesso, começo a ficar preocupado.</p> <p>(E) Desde que ela não me deu qualquer notícia, visto que fazem duas semanas que partiu, confesso que começo a preocupar-me.</p>	<p>32. O preço de um determinado produto vendido a granel é R\$ 20,00 o quilograma. Se a pesagem do produto for feita sem descontar a massa de 50 gramas da embalagem descartável, um consumidor só irá levar um quilograma do produto se pagar</p> <p>(A) R\$ 20,40 (B) R\$ 20,50 (C) R\$ 21,00 (D) R\$ 21,40 (E) R\$ 21,50</p>						
<p>30. O tratamento pronominal mostra-se adequado à norma culta na frase:</p> <p>(A) Se nunca te prometi nada, o que está a me cobrar?</p> <p>(B) Se quiseres ir já, vá, que ninguém está a impedi-lo.</p> <p>(C) Vossa Excelência apreciastes a nossa apresentação?</p> <p>(D) Se todos vocês houvessem aceitado a proposta, não estaríeis arrependidos.</p> <p>(E) Quando é que vocês vão fazer o que lhes pedi?</p>	<p>33. Uma copiadora publicou a seguinte tabela de preços:</p> <table border="1" data-bbox="869 1086 1356 1187"> <thead> <tr> <th>Número de cópias de um mesmo original</th> <th>Preço por cópia</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>De 1 a 49</td> <td>R\$ 0,10</td> </tr> <tr> <td>50 ou mais</td> <td>R\$ 0,09</td> </tr> </tbody> </table> <p>Segundo os dados da tabela, uma pessoa que dispõe de R\$ 4,90 para fazer cópias de um mesmo original poderá solicitar no máximo</p> <p>(A) 50 cópias. (B) 51 cópias. (C) 52 cópias. (D) 53 cópias. (E) 54 cópias.</p> <p>34. Um museu dispõe de 13 funcionários treinados para atender o público visitante, sendo que cada um deles pode acompanhar grupos de no máximo 6 pessoas. Se o museu decide alocar os 13 funcionários para atender um grupo de 74 alunos de uma escola, o menor número de estudantes que um dos grupos poderá ter é igual a</p> <p>(A) 1 (B) 2 (C) 3 (D) 4 (E) 5</p>	Número de cópias de um mesmo original	Preço por cópia	De 1 a 49	R\$ 0,10	50 ou mais	R\$ 0,09
Número de cópias de um mesmo original	Preço por cópia						
De 1 a 49	R\$ 0,10						
50 ou mais	R\$ 0,09						

GABARITO TIPO 1

001 - E 021 - B 041 - A 061 - E 081 - E 101 - E
002 - B 022 - A 042 - B 062 - B 082 - D 102 - C
003 - C 023 - D 043 - C 063 - A 083 - A 103 - D
004 - D 024 - C 044 - D 064 - E 084 - B 104 - B
005 - A 025 - E 045 - B 065 - B 085 - E 105 - C
006 - C 026 - C 046 - E 066 - E 086 - D 106 - A
007 - B 027 - B 047 - C 067 - D 087 - A 107 - E
008 - A 028 - D 048 - A 068 - A 088 - C 108 - D
009 - D 029 - A 049 - E 069 - C 089 - E 109 - A
010 - E 030 - E 050 - B 070 - B 090 - A 110 - E
011 - B 031 - C 051 - C 071 - D 091 - D 111 - D
012 - A 032 - C 052 - A 072 - C 092 - E 112 - A
013 - C 033 - E 053 - B 073 - B 093 - B 113 - B
014 - E 034 - B 054 - E 074 - C 094 - A 114 - C
015 - D 035 - A 055 - A 075 - D 095 - C 115 - D
016 - C 036 - E 056 - D 076 - C 096 - E 116 - B
017 - D 037 - A 057 - C 077 - A 097 - A 117 - E
018 - B 038 - D 058 - D 078 - C 098 - D 118 - C
019 - A 039 - D 059 - D 079 - B 099 - C 119 - B
020 - E 040 - E 060 - B 080 - D 100 - B 120 - A